



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MARCUS KLEREDIS MONTEIRO VIEIRA

**A EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE PARA O PSICANALISTA EM
FORMAÇÃO, SEGUNDO FREUD**

**FORTALEZA
2010**

MARCUS KLEREDIS MONTEIRO VIEIRA

**A EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE PARA O PSICANALISTA EM
FORMAÇÃO, SEGUNDO FREUD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Soeiro
Crüxen

**FORTALEZA
2010**

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

V716e

Vieira, Marcus Kleredis Monteiro.

A experiência do inconsciente para o psicanalista em formação,
segundo Freud / por Marcus Kleredis Monteiro Vieira. – 2010.

114f. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Fortaleza(CE), 01/10/2010.

Orientação: Prof. Dr. Orlando Soeiro Crüxen.

Inclui bibliografia.

1-FREUD, SIGMUND, 1856-1939 - CRÍTICA E INTERPRETAÇÃO. 2-INCONSCIENTE
(PSICOLOGIA). 3-AUTO-ANÁLISE(PSICANÁLISE). 4-PSICANALISTAS. I- Crüxen,
Orlando Soeiro, orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação
em Psicologia. III-Título.

CDD(22ª ed.) 150.1952

71/11

MARCUS KLEREDIS MONTEIRO VIEIRA

**A EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE PARA O PSICANALISTA EM
FORMAÇÃO, SEGUNDO FREUD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Orlando Soeiro Crüxen (orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Marco Antonio Coutinho Jorge
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Para a minha esposa, Carol, com quem compartilho muitos percursos.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Orlando

À Profa Laéria, pela presença constante na minha formação.

Ao Prof. Marco, por mais uma colaboração.

Aos meus avós, pelo amor.

À minha mãe, pela força.

Aos meus irmãos, por serem manos.

À Magaly, por minha experiência do inconsciente.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro para a execução dessa pesquisa.

Os ensinamentos da Psicanálise baseiam-se em número incalculável de observações e experiências, e somente alguém que tenha repetido estas observações em si próprio e em outras pessoas acha-se em posição de chegar a um julgamento próprio sobre ela (FREUD, 1940[1938]/1996, p.157).

RESUMO

O objetivo de nossa pesquisa é acompanhar o desenvolvimento das formulações freudianas referentes à experiência do inconsciente – auto-análise, interpretação mútua e análise pessoal - para o psicanalista em formação. Com este intuito, iniciamos nosso trabalho com o exame bibliográfico dos aspectos clínicos, teóricos e institucionais da análise de formação em três autores: Ferenczi, Balint e Lacan. Após termos situado o problema sob as perspectivas desses autores, realizamos a pesquisa dos textos de Freud que abordam o assunto. Dividimos a abordagem do desenvolvimento da questão em Freud em três momentos distintos: 1) o processo de auto-análise como ponto de partida para as formulações freudianas posteriores; 2) as primeiras recomendações de análise para o psicanalista em formação, do funcionamento do “Grupo das Quartas-Feiras” ao artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade* (1919); 3) as formulações, posteriores à criação do sistema de formação de psicanalistas do Instituto Psicanalítico de Berlim, feitas em consonância com os paradigmas teóricos da segunda tópica. No primeiro momento do desenvolvimento da questão em Freud, observamos as mudanças relativas ao papel da auto-análise, que se inicia como pretensão método de tratamento e, paulatinamente, se torna uma privilegiada forma de acesso aos fenômenos que sustentam as formulações freudianas sobre o inconsciente. No segundo momento, abordamos a questão da experiência do inconsciente em sua articulação com os desdobramentos do movimento psicanalítico, do período do “Grupo das Quartas-Feiras” aos momentos que precedem a criação do primeiro sistema de formação de psicanalistas. Por fim, investigamos o desenvolvimento freudiano da questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação a partir do advento da segunda tópica e do conceito de pulsão de morte. Na conclusão, assinalamos nossas contribuições às discussões relativas à experiência do inconsciente – auto-análise, interpretação mútua e análise pessoal - e, de uma forma geral, à formação do psicanalista.

PALAVRAS-CHAVES: Experiência do inconsciente, Formação do psicanalista, Transmissão da psicanálise

ABSTRACT

This research aims at following the development of Freudian propositions referring to the experience with the unconscious - self-analysis, mutual interpretation and personal analysis – for the analytic training. Having this as a focus, it starts with a biographical examination of clinical, theoretical and institutional aspects of the training analysis by three authors: Ferenczi, Balint and Lacan. After establishing the problem upon the perspectives propounded by those three authors, a research of Freud's related texts was carried out. Freud's approach in developing the issue was, therefore, divided into three distinct moments: 1) The process of self-analysis as a starting point for later Freudian postulations; 2) First analysis recommendations for the beginning psychoanalyst going from the functioning of the "Wednesday Group" up to article titled *On the Teaching of Psychoanalysis in the University* (1919); 3) Formulations following the creation of the formation system for psychoanalysts of The Berlin Psychoanalytic Institute issued according to theoretical paradigms from the second topic. On a first moment, upon developing the issue as propounded by Freud, it was observed changes related to the role of self-analysis that starts with the doubtful method of treatment and little by little develops into a privileged form of accessing phenomena that supports Freudian formulations about the unconscious. On a second moment, it was investigated the issue of the experience with the unconscious according to its articulation with developments from the psychoanalytical movement going from the "Wednesday Group" period up to the time preceding creation of the first system for the formation of psychoanalysts. It was finally investigated the Freudian development of the issue concerning the experience of the unconscious for the beginning psychoanalyst from the advent of the second topic and the concept of death drive. In concluding it was presented the researcher's contributions to the discussion related to the experience of the unconscious - self-analysis, mutual interpretation and personal analysis – and, in a general approach, to the formation of psychoanalysts.

Keywords: Experience with the unconscious, Analytic training, Transmission of psychoanalysis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A QUESTÃO DA ANÁLISE COM FINS/EFEITOS DE FORMAÇÃO EM FERENCZI, BALINT E LACAN	16
1.1 Ferenczi: a reformulação da técnica psicanalítica e o fim da análise	17
1.2 Balint: o sistema de formação da IPA e as modalidades de análise didática	23
1.3 Lacan: a instituição psicanalítica e a passagem de analisante a analista	31
2. A AUTOANÁLISE DE FREUD: PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE COM FINS/EFEITOS DE FORMAÇÃO	44
2.1.A autoanálise como forma de tratamento	45
2.2.Aspectos teóricos e epistemológicos da autoanálise	49
2.3.A autoanálise e a formação de Freud como psicanalista	55
3. AS PRIMEIRAS RECOMENDAÇÕES FREUDIANAS: DO GRUPO DAS QUARTAS-FEIRAS À SISTEMATIZAÇÃO DO TRIPÉ DE FORMAÇÃO DO PSICANALISTA	62
3.1.A chegada dos primeiros adeptos e o surgimento da demanda por formação em psicanálise.....	62
3.2.A análise pessoal com fins de formação.....	69
3.3.A formalização do tripé de formação do psicanalista.....	76
4. O DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO DA EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE PARA O PSICANALISTA EM FORMAÇÃO A PARTIR DA SEGUNDA TÓPICA.....	83
4.1.A questão da análise leiga	83
4.2.A interminável formação do psicanalista	92

CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

O título desta dissertação de mestrado inclui uma expressão pouco usual na literatura psicanalítica. Para efeito de esclarecimento, definimos “experiência do inconsciente” como o trabalho associativo relativo às formações do inconsciente feito pelo psicanalista em formação. Utilizamos este termo ao invés do convencional “análise pessoal” devido ao fato dele englobar modalidades distintas – a autoanálise, a “interpretação mútua” e, finalmente, a análise pessoal - de promoção do contato do psicanalista com os fenômenos psíquicos que compõem o campo empírico da psicanálise e que recebe de Freud a denominação de inconsciente.

Freud, no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), expôs o tripé de formação do psicanalista - composto pelo ensino, supervisão e análise pessoal – que logo seria adotado pelo Instituto Psicanalítico de Berlim, no ano seguinte. De forma geral, considera-se que história da formação do psicanalista se inicia com sua institucionalização. Em função disso, a maior parte da literatura psicanalítica situa as formulações freudianas sobre a experiência do inconsciente anteriores ao artigo de 1919 em plano secundário, considerando-as somente para efeito de contextualização das concepções dos autores denominados “pós-freudianos” e de Lacan. Existe, porém, uma “pré-história” do desenvolvimento da questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação em Freud que não recebe a mesma ênfase e que se confunde, em grande medida, com o desenvolvimento da clínica e da teoria da psicanálise.

Freud, à primeira vista, parece negligenciar o tema da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação. Em sua obra, a questão apresenta-se de forma esporádica, estando, via de regra, diluída na abordagem de outros temas. As três obras de sua autoria que tratam de forma mais detida do assunto, os artigos *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), *A Questão da Análise Leiga* (1926) e *Análise Terminável e Interminável* (1937), o fazem a partir de interesses transversais, sendo, respectivamente, as possibilidades de ensino da psicanálise nas instituições universitárias, a não restrição da prática da psicanálise a médicos e a duração do tratamento psicanalítico. A razão para a aparente negligência em relação à questão da experiência do inconsciente é simples: o psicanalista, para Freud, é o operador da psicanálise. Dito de outra forma, o que está em jogo na questão da formação do psicanalista não são interesses corporativos, institucionais ou

estatais, mas as condições que possibilitam a efetivação de tratamentos psicanalíticos. Dessa forma, fica patente articulação íntima entre a clínica, a teoria e as noções relativas à formação do operador da psicanálise.

No percurso freudiano, encontramos três momentos referentes à experiência do inconsciente no contexto da formação do psicanalista: 1) o processo de autoanálise de Freud como ponto de partida para suas formulações posteriores; 2) as primeiras recomendações de análise para o psicanalista em formação, do funcionamento da “Sociedade das Quartas-Feiras” ao artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade* (1919), onde Freud sistematiza a composição do tripé de formação do psicanalista; 3) as formulações, posteriores à criação do sistema de formação de psicanalistas do Instituto Psicanalítico de Berlim, feitas em consonância com os novos paradigmas teóricos da segunda tópica.

Nossa pesquisa tem como objeto o desenvolvimento das concepções freudianas referentes à experiência do inconsciente para o psicanalista em formação. Com este intuito, iniciamos nosso trabalho com o exame bibliográfico dos aspectos clínicos, teóricos e institucionais da análise de formação em três autores distintos: Ferenczi, Balint e Lacan. Após termos situado o problema sob as perspectivas desses autores, realizamos a pesquisa dos textos de Freud que abordam o assunto em pauta de forma direta e indireta.

No projeto de pesquisa, estabelecemos quatro objetivos específicos para contemplarmos no decorrer do trabalho: o primeiro objetivo consistiu no levantamento das mais influentes contribuições, de autores contemporâneos e posteriores a Freud, relativas à discussão da análise de formação; no segundo, pretendemos cotejar a autoanálise de Freud, suas relações com a tripla formação da clínica, da teoria e do psicanalista enquanto função e, finalmente, seu papel nas recomendações futuras de experiência do inconsciente para o psicanalista em formação; em seguida, almejamos abordar o desenvolvimento das elaborações freudianas acerca da experiência do inconsciente – autoanálise, interpretação mútua e análise pessoal – a partir da chegada dos primeiros adeptos até a formulação do tripé de formação do psicanalista no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade* (1919); finalmente, estabelecemos como objetivo acompanhar o desenvolvimento freudiano da questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação a partir da segunda tópica e dos desdobramentos do conceito de pulsão de morte.

No primeiro capítulo, analisamos a abordagem de Ferenczi, Balint e Lacan da questão da análise com fins/efeitos de formação. O primeiro tópico foi dedicado a Ferenczi, o

primeiro psicanalista - antes mesmo de Freud - a construir uma reflexão sobre o fim da análise e sua relação com a formação do psicanalista. Vimos como o autor propõe modificações da técnica psicanalítica, que, por sua vez, lançaram novas exigências ao psicanalista. Observamos que essas novas exigências, concernentes aos atributos pessoais do psicanalista, engendraram o aumento das ambições relativas à análise de formação, que, segundo Ferenczi, deveriam avançar para além da remissão dos sintomas, chegando até seu desenlace natural. No segundo tópico, tratamos da abordagem de Balint, o primeiro psicanalista a romper a barreira de silêncio que pairava sobre a chamada análise didática desde sua adoção pela IPA como exigência para a formação do psicanalista. Examinamos a crítica do autor às formas assumidas pela análise didática no interior das instituições afiliadas à IPA e sua abordagem do desenvolvimento da questão da análise de formação no movimento psicanalítico, da chegada dos primeiros psicanalistas até o ano de 1953. No terceiro tópico, analisamos as contribuições de Lacan, erigidas no esteio do movimento de “retorno a Freud”, à discussão da questão da análise de formação. Acompanhamos a tessitura da crítica de Lacan ao sistema de formação da IPA sua proposição de dispositivos institucionais a fim de comportar a experiência psicanalítica como motor da formação do psicanalista.

O segundo capítulo teve como escopo a autoanálise freudiana e suas relações com a tripla formação da clínica, da teoria e do psicanalista enquanto função. No primeiro tópico, acompanhamos, através da correspondência de Freud com Fliess, a mudança gradativa do interesse do autor nos ganhos “terapêuticos” da autoanálise para a ambição de encontrar nela uma fonte acessível de dados empíricos capazes de fornecer inteligibilidade aos fenômenos da clínica. O segundo tópico trata do papel da autoanálise freudiana na elaboração da obra inaugural da psicanálise, *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Além disso, investigamos as formas pelas quais a autoanálise de Freud contribuiu para a construção de conceitos fundamentais para a psicanálise como o inconsciente, o complexo de Édipo e a fantasia inconsciente. Finalmente, no terceiro tópico, analisamos a tese de que a autoanálise de Freud consistiu, na realidade, numa análise onde Fliess, seu interlocutor epistolar, ocupava a função de analista. Diante da ausência de uma conclusão consistente sobre a suposta “análise original”, nos contentamos com a verificação dos efeitos de formação da autoanálise freudiana relativos à práxis psicanalítica e, principalmente, à função do psicanalista.

O terceiro capítulo aborda a questão da experiência do inconsciente em sua articulação com os desdobramentos do movimento psicanalítico, do período do “Grupo das Quartas-

Feiras” aos momentos que precedem a criação do primeiro sistema de formação de psicanalistas, passando antes pela fundação da Associação Internacional de Psicanálise. No primeiro tópico, abordamos a chegada dos primeiros adeptos da psicanálise e o surgimento da demanda por formação. Vimos que os anos iniciais foram marcados por duas formas distintas de promoção da experiência do inconsciente: a autoanálise, recomendada por Freud, e a chamada “interpretação mútua” das formações do inconsciente entre os membros do grupo inaugural. No segundo tópico, examinamos as primeiras análises com fins de formação - caracterizadas pela brevidade, informalidade e por partirem da demanda do próprio psicanalista em formação, que, via de regra, buscava essa experiência com o intuito de contornar os impasses de sua clínica. Destacamos o fato de que a análise de formação surgiu em função de dois fatores: os impasses referentes à autoanálise e à interpretação mútua e, numa perspectiva política, a crescente aceitação da psicanálise nos meios médicos, universitários e populares, fato que lançava, por sua vez, pressão sobre a questão da formação do psicanalista. O terceiro tópico trata da formalização teórica do tripé de formação do psicanalista como o resultado do recrudescimento das exigências institucionais relativas à sua formação, que tem como ponto de partida a criação da Associação Internacional de Psicanálise. Neste tópico, observamos que Freud restringe-se a formalizar conceitualmente o tripé de formação do psicanalista, evitando, por consequência, reduzi-lo a uma série de dispositivos institucionais burocratizados.

No quarto capítulo, investigamos o desenvolvimento freudiano da questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação a partir da segunda tópica e das consequências para os objetivos do tratamento psicanalítico do conceito de pulsão de morte. No primeiro tópico, abordamos o artigo de Freud intitulado *A Questão da Análise Leiga* (1926). Neste trabalho, Freud examina a tese da necessidade de formação médica para o psicanalista segundo as particularidades da clínica psicanalítica, do trabalho e da formação de seu operador, o psicanalista. Observamos no texto em questão que Freud abandona as tímidas referências anteriores aos atributos pessoais do psicanalista, conforme exposto nos artigos *As perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) e *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), e concentra-se nos atributos da função do psicanalista. Para o autor, a análise de formação assume, portanto, uma dupla função, sem qualquer referência à pessoa do psicanalista: demonstrar ao analista em formação o suporte empírico da teoria psicanalítica e engendrar convicção relativa à existência do inconsciente e a sua dinâmica. O

último tópico examina a abordagem freudiana da análise de formação no artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937). Neste trabalho, conforme observamos, Freud discute a teorização de Ferenczi sobre o fim da análise e sua relação com a formação do psicanalista. Desse diálogo teórico, constatamos que o autor, frente às ambições extremadas de Ferenczi, estabelece objetivos modestos para o tratamento psicanalítico, retirando qualquer esperança de profilaxia das neuroses. Por consequência, a análise de formação assume, para Freud, feições de brevidade e incompletude. Diante dos limites do tratamento e da reafirmação dos objetivos de gerar convicção e familiaridade em relação ao inconsciente através da análise de formação, Freud rebate os ideais de normalidade do analista.

Na conclusão de nosso trabalho, observamos a estreita ligação das formulações freudianas sobre a experiência do inconsciente para o psicanalista em formação com os desdobramentos da clínica, da teoria e do movimento psicanalítico. Alcançamos, ao fim do nosso percurso, algumas constatações relevantes, porém, os questionamentos que lançamos sobre pontos nevrálgicos da questão concedem maior valor a nossa pesquisa.

CAPÍTULO 1: A QUESTÃO DA ANÁLISE COM FINS/EFEITOS DE FORMAÇÃO EM FERENCZI, BALINT E LACAN

Neste capítulo, analisaremos as principais teses sobre as funções e as características da análise pessoal para o psicanalista em formação. Pretendemos com este trabalho situarmos o tema sob perspectivas distintas das estabelecidas por Freud. Entre uma série de autores que abordaram o tema, selecionamos três – Ferenczi, Balint e Lacan – devido à importância de suas contribuições à discussão sobre a análise do psicanalista em formação. Dessa forma, ao restringirmos nosso levantamento a um rol pequeno de autores, teremos a oportunidade de cotejarmos suas abordagens de forma mais detida. Contudo, a presença destes não se deve apenas à natureza de suas contribuições teóricas, mas também ao efeito delas sobre o movimento psicanalítico, pois a produção de cada autor, obedecendo a suas peculiaridades, influenciou de forma significativa o tratamento institucional dado à questão da formação do psicanalista.

Ferenczi (1927) foi o primeiro psicanalista, antes mesmo de Freud, a construir uma reflexão sobre o fim da análise e sua relação com a formação do psicanalista. Balint (1947), por sua vez, iniciou, após um longo período de silêncio sobre o assunto no movimento psicanalítico, um profícuo questionamento sobre as formas assumidas pela chamada “análise didática” no interior da Associação Internacional de Psicanálise (IPA¹²). Finalizando nosso levantamento, Lacan (1967), que, partindo do movimento de “retorno a Freud”, articulou a formação do psicanalista ao fim da análise e propôs dispositivos até então inéditos com o intuito de possibilitar a efetivação da experiência psicanalítica em âmbito institucional.

A partir dos questionamentos, das conclusões e dos impasses apontados na abordagem desses autores sobre a análise com fins/efeitos de formação, retomaremos a questão em Freud, procurando elaborá-la à luz de sua obra. Esse será o trabalho dos capítulos seguintes, que terão a seguinte disposição: no segundo capítulo, abordaremos o processo de autoanálise de Freud como ponto de partida para suas recomendações posteriores; no terceiro, trataremos das primeiras recomendações de análise para o psicanalista em formação, do funcionamento do “Grupo das Quartas-Feiras” ao artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), onde Freud sistematiza a composição do tripé de formação do psicanalista; no quarto,

¹ As traduções dos originais em inglês são de responsabilidade de Marcus Kleredis Monteiro Vieira. Para facilitar a compreensão do leitor, acrescentamos os textos originais em notas de rodapé.

² No original: International Psychoanalytical Association

analisaremos as recomendações freudianas posteriores à criação do Instituto Psicanalítico de Berlim, que, por sua vez, foram feitas em consonância com os novos paradigmas teóricos da segunda tópica.

1.1. *Ferenczi: a reformulação da técnica psicanalítica e o fim da análise*

Ferenczi foi um dos principais expoentes do movimento psicanalítico, figurando, inclusive, como um dos impulsionadores da criação da Associação Internacional de Psicanálise (IPA). Durante cerca de uma década e meia, manteve sua clínica e sua produção teórica em concordância com Freud. Entretanto, a partir de 1919, com a conferência publicada sob o título de *A Técnica Psicanalítica* (1919), Ferenczi passou a propor uma série de inovações técnicas com o intuito de contornar os impasses do tratamento. Essas inovações técnicas, que se articulam de forma íntima à questão da formação do psicanalista, puseram um fim a sua profícua interlocução com Freud e, posteriormente, somadas a outros fatores, ensejaram seu processo de exclusão da IPA, justificado pelo diagnóstico de psicose.

Mas, quais foram as inovações no dispositivo psicanalítico propostas por Ferenczi e quais são suas consequências para a formação do psicanalista? Em *A Técnica Psicanalítica* (1919), Ferenczi questiona aquilo que Freud denomina a “regra fundamental da psicanálise”, isto é, a associação livre. Para Ferenczi, o apelo para que o analisante associe sem reservas exclui do tratamento psicanalítico a consideração de gestos corporais reveladores, que, por sua vez, deveriam ser incorporados ao material associativo, pois comportam sentido e proporcionam descarga energética. Nessa perspectiva, o psicanalista deve dividir sua atenção entre o trabalho de anulação das resistências à associação livre, o manejo da transferência e, finalmente, a interpretação do não verbal. De acordo com Saleme (2008), Ferenczi

Destacou pequenos detalhes da situação analítica e mostrou que eram reveladores e, assim, a postura e os gestos repetitivos de um analisando deveriam ser ouvidos como material de associação livre. Ferenczi propôs “ouvir o corpo” do analisando, não como um sintoma a ser analisado, mas como uma forma de expressão e uma forma de descarga energética. (SALEME, 2008, p.60)

Entretanto, a fim de cumprir a tarefa de intérprete das resistências, da transferência e do não verbal, o psicanalista necessita abrir mão da ilusão de neutralidade em sua escuta. Para ele, as intervenções do psicanalista não estão livres da ação de seu próprio inconsciente. Nesse ponto específico, convém destacarmos, Ferenczi não trouxe qualquer conclusão inédita,

pois Freud já postulava, desde 1912, que a análise pessoal do psicanalista, a técnica da “atenção flutuante” e a abstinência de qualquer manifestação de sentimento relacionado ao paciente tinham como principal função impedir que o psicanalista, a partir de sua própria seleção, barrasse o livre curso associativo do analisante. Dito de outra forma, Freud pretendia impossibilitar a ação das resistências ao tratamento oriundas do próprio psicanalista, sabendo, de antemão, que elas existiam. Teremos a oportunidade de cotejarmos melhor essa questão em Freud no terceiro capítulo. Por ora, frisamos que Freud, por volta de 1919, período em que Ferenczi fez essas considerações, não supunha qualquer neutralidade no psicanalista enquanto pessoa, mas sim, enquanto função.

Ferenczi (1919) perguntava-se: se o psicanalista não é infalível e suas interpretações podem comportar distorções forçadas por seu próprio inconsciente, qual seria a garantia do trabalho do psicanalista? Esse é o momento em que o problema da contratransferência toma lugar primordial em suas formulações. O controle rígido da fala e dos atos pelo próprio psicanalista com o intuito de impedir que chegue ao analisante os efeitos de sua fala sobre si é, na realidade, uma resistência à contratransferência. Para Ferenczi, o problema maior dessa postura rígida do psicanalista seria a limitação do desenvolvimento da transferência. A solução possível, segundo suas conclusões, seria o psicanalista dar livre curso às reações despertadas pelo material trazido pelo analisante. Ferenczi vira o jogo: a contratransferência não seria mais uma barreira, mas um suporte real à transferência, garantindo, dessa forma, o andamento do tratamento psicanalítico.

A utilização das próprias reações a fim de oferecer suporte à transferência do analisante lança uma exigência ao psicanalista. Segundo Ferenczi, o psicanalista abandonaria a posição passiva de objeto-pivô do fluxo associativo do analisante e assumiria as rédeas do tratamento através de seu próprio ser. De acordo com essa compreensão, o ser do psicanalista consistiria na principal garantia de efetivação de uma análise. É justamente nesse ponto que a análise pessoal para o psicanalista emerge para Ferenczi como uma questão crucial para a psicanálise. Afinal de contas, como operar a partir do próprio ser sem prepará-lo para isso?

Embora Ferenczi, em *A Técnica Psicanalítica* (1919), tenha chegado à conclusão que o ser do psicanalista toma lugar central no tratamento psicanalítico e que sua própria análise seria a única forma de prepará-lo para tamanha tarefa, ele não se detém no assunto. A principal preocupação de Ferenczi nesse momento de sua reflexão teórica é a necessidade de inovar a técnica psicanalítica a fim de contornar os obstáculos do tratamento. Com essa

finalidade, Ferenczi introduz a “técnica ativa”, que consiste na assunção pelo psicanalista de uma posição flexível em relação à “técnica clássica”. Segundo André (1993),

A atividade apregoada por Ferenczi consistia em impor ao paciente, além da observância da regra fundamental, algumas tarefas particulares, expressas pelo analista sob a forma de injunções ou proibições (...). Ferenczi estenderia essa técnica a ponto de sugerir ao paciente algumas fantasias que, do ponto de vista do analista, deveriam logicamente aparecer no material, mas sobre as quais o paciente permanecia mudo (ANDRÉ, 1993, p.53).

Ferenczi pretendia com sua técnica ativa efeitos terapêuticos que não seriam possíveis, de acordo com seu ponto de vista, com o manejo “passivo” da análise. Fundamentalmente, Ferenczi buscava o esgotamento dos sintomas e das fantasias do analisante. Para André, a principal consequência dessa busca é a aproximação de Ferenczi do ideal médico, onde a restituição do estado de saúde original é o principal objetivo.

Visando, assim, uma análise sem nenhum resto, Ferenczi separou-se irremediavelmente de Freud, mas também se ligou, talvez sem sabê-lo, a uma ideologia essencialmente médica: a que se inspira num desejo de cura que ambiciona a *restitutio ad integrum* (ANDRÉ, 1993, p.54).

No artigo *O Problema do Fim da Análise* (1927), Ferenczi abandona a ênfase no manejo técnico da análise e se concentra em seus objetivos. Para ele, o processo analítico deve visar à cura total do analisante, ou seja, o esgotamento de seus sintomas e fantasias de forma a torná-lo mais adaptado às exigências da realidade. Para o analista, entretanto, as ambições são maiores, pois, conforme estabelece Ferenczi, a análise com fins de formação precisa avançar para além da remissão dos sintomas e da retificação da fantasia.

O Problema do Fim da Análise (1927), trabalho exposto no *X Congresso Internacional de Psicanálise*, no ano de 1927, traz a primeira contribuição de relevo a dois assuntos, até então, pouco abordados na literatura psicanalítica: o fim da análise e a análise com fins de formação. Veremos no quarto capítulo de nossa dissertação como Freud rebate posteriormente, quase ponto a ponto, as concepções de Ferenczi sobre o fim da análise e suas relações com a formação do psicanalista. No momento - tendo em vista o objetivo deste capítulo, que é fornecer um panorama das principais contribuições ao tema da análise para o psicanalista em formação -, nos limitaremos a apresentar a abordagem precursora de Ferenczi sobre o assunto em questão.

Vimos anteriormente que as inovações técnicas trazidas por Ferenczi, especificamente a “técnica ativa”, lançaram novas exigências ao analista, que já não ocupava somente as posições passivas de objeto da transferência e de ouvinte da teia associativa do paciente, mas intervinha de forma ativa com suas próprias reações. Notamos que nesse processo, a garantia do sucesso do tratamento se deslocou do trabalho do analisante para a pessoa do psicanalista. Nesse sentido, as exigências feitas ao psicanalista aumentaram, requerendo, portanto, uma formação capaz de subsidiá-lo dos atributos pessoais que, posteriormente, seriam utilizadas no manejo do tratamento.

Ferenczi inicia o artigo *O Problema do Fim da Análise* (1927) com o relato de um caso clínico em que o analisante mentia de forma contumaz. O autor estabelece uma correlação entre a mentira dos adultos e as fantasias infantis e chega à conclusão de que a noção freudiana da realidade enquanto dado psíquico padece do mal de desconsiderar os aspectos da realidade efetiva implicados na fantasia. Ferenczi vai além e afirma que a análise não deve se restringir ao desvendamento da fantasia, como Freud postula, mas promover uma nítida separação entre a ficção da fantasia e a realidade factual: “Adquiri a convicção de que nenhum caso de histeria pode ser considerado definitivamente solucionado enquanto a reconstrução, no sentido de uma separação rigorosa do real e da pura fantasia, não estiver consumada (FERENCZI, 1927/1992, p.17).”

A separação entre fantasia e realidade ao fim da análise assume para Ferenczi caráter profilático, pois o analisante, diante de qualquer situação desagradável, não lançaria mão novamente do recurso ficcional da fantasia, fincando o pé, portanto, na realidade. Nessa perspectiva, o fim da análise corresponde à extinção da “mentira” da fantasia inconsciente em função do advento da “verdade” da realidade. Mas, quem sustentaria, na análise, a realidade a não ser o analista? É evidente, nesse ponto de vista, que o analista deve servir de sustentáculo da realidade, precisando, a fim de possibilitar o processo, livrar-se de suas mentiras inconscientes. Deixamos suspenso, por enquanto, o desenvolvimento dessas questões com intuito de retornarmos às elaborações de Ferenczi sobre o fim da análise.

O trabalho de Ferenczi sobre o fim da análise foi elaborado após o advento do conceito freudiano de pulsão de morte. O objetivo da análise de tornar o inconsciente consciente havia sofrido o abalo da formulação freudiana de que algo resiste à inscrição psíquica e dificulta a decifração do enigma do sintoma. Nesse contexto, Ferenczi, no trabalho de 1927, define caráter como aquilo que, na ocasião do recalque do representante ideativo da

pulsão, “constituiu-se como automatismo protetor, retrocedendo até seus fundamentos pulsionais (FERENCZI, 1927/1992, p.18)”.

A fim de evitarmos uma longa digressão na conceituação de caráter, utilizaremos uma definição que o contrapõe ao conceito de sintoma, pois, assim, contemplamos a assertiva de Ferenczi de que uma análise levada a seu termo avança para além dos sintomas de forma a dissolver o caráter cristalizado. Sintoma e caráter são formas distintas de satisfação da pulsão, onde o primeiro termo é formado pelo conflito psíquico - engendrando, portanto, uma formação de compromisso -, enquanto o segundo é constituído por vestígios de investimentos libidinais em objetos perdidos. Como afirma Miller, o sintoma, por se tratar de uma formação de compromisso, está no campo da linguagem, enquanto o caráter se situa fora deste.

En el carácter está em primer plano la *Befriedigung*, la satisfacción. Y Freud llama carácter a lo que em el sujeto no se satisface com el sintoma, lo hace aparecer como um mode de satisfacción de la pulsión, que no moviliza el sintoma como message del Outro (MILLER, 1997/2008, p. 119)

Ferenczi espera que a análise dissolva a estrutura cristalizada do caráter e proporcione o surgimento de uma nova estrutura, mais fluida e adaptada à realidade. Conforme abordamos anteriormente, um dos objetivos do tratamento psicanalítico, segundo Ferenczi, é viabilizar o acesso do analisante à realidade, de forma que abra mão do recurso da fantasia inconsciente. Nessa perspectiva, o analista deve servir de fiador da realidade para o analisante. Mas, como o analista poderia servir de suporte para a realidade diante de um sujeito que se agarra à fantasia sem ter adquirido, em sua própria análise, o livre acesso ao que Ferenczi denomina “realidade efetiva”? Para Ferenczi, o término da análise se confunde com o esgotamento do inconsciente e de seus enredos fictícios. Só depois desse processo, o analista torna-se capaz de conduzir uma análise e remeter o analisante à realidade, que não é singular, no sentido dado por Freud, mas compartilhável pelos dois sujeitos envolvidos na análise.

No trabalho sobre o fim da análise, Ferenczi afirma que um dos principais obstáculos ao tratamento são as resistências decorrentes das dúvidas do analisante sobre a confiabilidade do analista. Vimos anteriormente que Ferenczi defendia, no artigo *A Técnica Psicanalítica* (1919), a expressão das reações do analista diante do analisante a fim de fornecer livre curso à transferência. No trabalho de 1927, Ferenczi parece modificar seu ponto de vista, passando a sustentar que o analista deve ser “objetivo” a ponto de não demonstrar suas falhas pessoais,

como, por exemplo, a deformação da verdade, a impaciência, ou mesmo, o não reconhecimento do próprio erro. Como o próprio autor afirma, o analista, a fim de viabilizar o tratamento, deve ter uma “performance quase sobre-humana (FERENCZI, 1927/1992, p.21)”.

Como salientamos acima, existe uma aparente mudança de posição entre o artigo sobre a técnica psicanalítica e o trabalho sobre o fim da análise no que se refere ao papel do analista. Ferenczi, no primeiro artigo, defende uma maior participação do analista no fluxo associativo do paciente, enquanto no segundo, lança mão da idéia de objetividade com o intuito de limitar as falhas do analista. Essa mudança de posição é apenas aparente, pois o que possibilita a eficácia da técnica ativa no primeiro momento é o mesmo que garante a objetividade no segundo, a saber, a pessoa do psicanalista. Esta, nos dois trabalhos, aparece como principal motivo do fracasso e do sucesso do tratamento.

Nesse contexto, a análise pessoal do analista torna-se fundamental. Para que o analista possa adquirir os atributos necessários para uma “performance sobre-humana”, para citar o autor, é preciso que ele passe por uma análise que vá até seu termo, isto é, para além da remissão dos sintomas. “(...) o analista, de quem depende o destino de tantos seres, deve conhecer e controlar até as fraquezas mais escondidas de sua própria personalidade, o que é impossível sem uma análise inteiramente terminada (FERENCZI, 1927/1992, p.21)”.

Do trecho acima, destacamos a idéia de que o analista deve conhecer e controlar suas próprias fraquezas para que, assim, possa empreender análises. A análise do analista, tendo chegado a seu final, proporcionaria o conhecimento e o controle de si e, conforme abordamos anteriormente, da realidade efetiva. Dessa forma, o analista pode tornar-se “objetivo” na condução do tratamento e, a partir disso, utilizar a técnica ativa sem enganos.

No artigo *A Elasticidade da Técnica Psicanalítica* (1928)³, Ferenczi guarda maiores ambições em relação ao que ele chama de “(...) segunda regra fundamental da psicanálise, a regra segundo a qual qualquer pessoa que pretenda realizar a análise deve ser primeiramente analisada (FERENCZI, 1928 apud BALINT, 1949, p.161)⁴”. No mesmo texto, Ferenczi afirma que os analistas formados através da experiência da “segunda regra fundamental da psicanálise” entram em concordância em relação à elaboração dos fenômenos da clínica psicanalítica e, mais ainda, adotam os mesmos procedimentos técnicos.

³ No original: *The Elasticity of Psycho-Analytic Technique*.

⁴ No original: *the second fundamental rule of psycho-analysis, the rule by which anyone who wishes to undertake analysis must first be analysed himself*.

Qualquer pessoa que tenha sido exaustivamente analisada e tenha adquirido conhecimento e controle completo das fraquezas e peculiaridades de seu próprio caráter, inevitavelmente, chegará às mesmas conclusões objetivas na observação e tratamento do material psicológico bruto e, conseqüentemente, adotará os mesmos métodos táticos e técnicos para lidar com ele. Tenho a impressão de que desde a introdução da segunda regra fundamental as diferenças na técnica da análise tendem a desaparecer (FERENCZI, 1928 apud BALINT, 1949, p.161)⁵

Conforme podemos observar no trecho acima transcrito, Ferenczi pretende encontrar na análise pessoal do analista não apenas uma forma de garantia para o tratamento psicanalítico, mas também a padronização da prática da psicanálise por todo e qualquer analista. De certa forma, o autor almeja com a efetivação da “segunda regra fundamental da psicanálise” a ausência de qualquer traço de singularidade do analista em sua prática.

Diante da ausência de teorização a respeito da exigência da análise didática na IPA – que já existia desde 1920 -, a noção de que a pessoa do psicanalista consiste na causa do sucesso e do fracasso da análise passou a ser tomada pelos demais psicanalistas como fundamental para a psicanálise. Nesse período, o domínio da contratransferência por parte do psicanalista a fim de permitir a objetividade necessária à condução do tratamento passou a ser o principal objetivo da análise didática nas instituições afiliadas à IPA. Contudo, divergindo de Ferenczi, que sustentava que o final da análise se dava pelo esgotamento da fantasia, consistindo, portanto, num desenlace “natural” do processo, a IPA regulamentou de forma excessiva as análises didáticas, estabelecendo critérios temporais para seu término.

No quarto capítulo de nossa dissertação, retornaremos às reflexões de Ferenczi sobre o fim da análise e a formação do psicanalista da forma que foram contempladas por Freud no artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937). No tópico seguinte, acompanharemos a abordagem de Balint sobre o sistema de formação de psicanalistas da IPA e as diversas formas de promoção das análises didáticas.

1.2. Balint: o sistema de formação da IPA e as modalidades de análise didática

No tópico anterior, expusemos as inovações de Ferenczi relativas à técnica psicanalítica, o condicionamento do sucesso e do fracasso do tratamento aos atributos da

⁵ No original: *Anyone who has been thoroughly analysed and has gained complete knowledge and control of the inevitable weaknesses and peculiarities of his own character will inevitably come to the same objective conclusions in the observation and treatment of the same psychological raw material and will consequently adopt the same tactical and technical methods in dealing with it. I have the definite impression that since the introduction of the second fundamental rule differences in analytic technique are tending to disappear.*

pessoa do analista e, principalmente, as características da análise com fins de formação. Neste tópico, veremos como Balint manteve de Ferenczi o princípio norteador de que a análise com fins de formação não deve estar dissociada dos princípios da análise com fins de cura, embora ambos postulem a existência de diferenças fundamentais no tocante à finalidade e ao desenlace entre as duas “modalidades de análise”.

Balint ocupa relevante papel no movimento psicanalítico ao ser o primeiro a questionar de forma contundente o sistema de formação de psicanalistas da IPA e as formas assumidas neste pela chamada “análise didática”. Seu artigo *Sobre o Sistema de Formação Psicanalítica* (1947)⁶ rompeu com o silêncio que pairava sobre a prática da análise didática desde sua implantação como exigência à formação do psicanalista na IPA. Mais do que isso, Balint questionou as razões desse silêncio e encontrou no cerne da formação do psicanalista nas instituições afiliadas à IPA uma incompatibilidade desconcertante com a própria práxis psicanalítica.

No artigo *Sobre o Sistema de Formação Psicanalítica* (1947), Balint analisa dois sintomas do sistema de formação da IPA: o primeiro é o fato dos analistas didatas, conhecidos por serem prolíficos escritores, não produzirem teoria a respeito da análise didática; o segundo sintoma apontado pelo autor é a atitude dogmática dos mesmos analistas didatas em relação à análise didática. Dessa forma, Balint desvela um cenário intrigante onde a prática da análise didática não é esclarecida por seus empreendedores, mas, mesmo assim, adquire feições dogmáticas. Em vista disso, Balint compara o sistema de formação da IPA e, mais precisamente, a análise didática a rituais religiosos de iniciação baseados em “fábulas esotéricas”.

Toda a atmosfera lembra fortemente as cerimônias primitivas de iniciação. Do lado dos iniciadores – o Comitê de Formação e os analistas didatas – constata-se o segredo que envolve nosso saber esotérico, assim como a enunciação dogmática de nossos regulamentos, e o uso de técnicas autoritárias. Do lado dos candidatos, isto é, daqueles que se deve iniciar, constata-se a pronta aceitação das fábulas esotéricas, a submissão ao tratamento dogmático e autoritário sem muitos protestos e o comportamento reverencioso. (BALINT, 1947 apud SAFOUAN, 1985, p.22)

No trecho acima, Balint evidencia que o “segredo” relativo à formação do psicanalista é sustentado por regulamentos dogmáticos e técnicas autoritárias. A autoridade se impõe com a finalidade de silenciar todo e qualquer questionamento acerca de algo que é mantido sob a

⁶ No original: *On the Psycho-Analytic Training System*.

capa do não dito. Iniciadores e iniciados, isto é, analistas didatas e candidatos a analistas fazem um pacto implícito de ignorância. Conforme Safouan afirma,

Admitir-se-á facilmente, como Balint, que uma ignorância que, por falta de ser confessa, faz-se passar por um saber esotérico, encontra sua compensação no dogmatismo. Mas não deixa de ser interessante observar que o dogmatismo apela para uma estrutura institucional autoritária e que o benefício desta estrutura leva a proteger a ignorância. (SAFOUAN, 1985, p. 23)

Balint deixa claro que o sistema de formação de psicanalistas da IPA está assentado na ignorância inconfessada a respeito da análise didática. Safouan, partindo disso, afirma que a estrutura institucional visa, justamente, a manter essa mesma ignorância. Podemos observar, portanto, um ciclo vicioso que se inicia com a ignorância relativa à análise didática, engendrando, posteriormente, atitudes dogmáticas a fim de compensar a ausência de qualquer reflexão consistente e que, ao seu final, geram mais ignorância. Dessa forma, o candidato a analista cumpre a exigência da análise didática sem que ninguém saiba ao certo qual a função desta em sua formação e se seus critérios de tempo possuem algum amparo teórico.

Diante do silêncio geral sobre os objetivos e características da análise didática – rompido somente por tímidas e esparsas reflexões -, Balint apresenta no XVIII Congresso Internacional de Psicanálise, em 1953, o trabalho intitulado *Formação Psicanalítica e Análise Didática* (1953)⁷. O autor inicia o trabalho fazendo um breve histórico da análise de formação, que, de acordo com sua definição, possui cinco períodos específicos. No primeiro período, denominado de “instrução⁸”, havia apenas a leitura da obra de Freud e o debate em torno de suas idéias. Mais tarde, porém, por ocasião do segundo período, chamado de “demonstração⁹”,

(...) a necessidade por algo mais que o saber intelectual foi reconhecida, e esse ‘algo mais’ consistiu numa curta análise durando de algumas semanas a alguns meses, que capacitou o candidato a experimentar em sua própria mente a validade e a força de muitas descobertas psicanalíticas”. (BALINT, 1953, p.157)¹⁰

⁷ No original: *Analytic Training and Training Analysis*

⁸ No original: *instruction*

⁹ No original: *demonstration*

¹⁰ No original: *the need for something more than intellectual knowledge was recognized, and the ‘something more’ consisted of a short analysis lasting some weeks to some months, which enabled the candidate to experience in his own mind the validity and force of the main psycho-analytical findings.*

Destacamos do trecho acima transcrito, a ideia de que curtas análises eram empreendidas a fim de fornecer a convicção sobre a “validade” dos enunciados psicanalíticos. Esse ponto de vista acerca da função das análises de “demonstração”, para utilizar o termo de Balint, é adotado por Freud em diversos momentos do desenvolvimento da questão em sua obra, embora, via de regra, a função específica de convencimento venha atrelada a outras. Retornaremos a essa questão em Freud em capítulos posteriores. Por ora, contentamo-nos em destacar o fato de que Freud, nesse período específico e conforme assinalado por Balint, não esperava mais que uma demonstração da existência do inconsciente.

Enquanto no primeiro período não houve questionamento sobre o trabalho de instrução, no segundo período, a prática da análise de demonstração gerou debates e resistência por parte de alguns analistas. Segundo o autor, o protagonista no ataque contra o método de demonstração foi Ferenczi, que argumentava que era uma situação insustentável o fato de “que os pacientes poderiam ser melhores analisados que seus analistas (BALINT, 1953, p. 157)¹¹”. Como vimos anteriormente, Ferenczi, antes de postular a coincidência dos efeitos de formação de uma análise com seu término, afirmava que a análise didática deveria ir tão longe e ser tão aprofundada quanto uma análise com fins de cura.

A posição de Ferenczi passou a ser aceita e, rapidamente, a análise de demonstração foi substituída pela análise pessoal, iniciando, dessa forma, o terceiro período. Vale destacar que o período da “análise pessoal¹²” coincide com a publicação do artigo *Sobre O Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919) - onde Freud formaliza a composição do tripé de formação do psicanalista - e com o surgimento do sistema de formação da IPA, que adota a composição do tripé proposto por Freud com ênfase na exigência da análise didática.

Contudo, enquanto a regulamentação relativa à análise didática recrudescia na IPA, tendo como finalidade assegurar a efetivação de uma análise tão profunda quanto uma análise com fins de cura, Ferenczi retirava o foco do controle institucional e teorizava sobre os efeitos de formação de uma análise que chega a seu esgotamento natural, avançando, portanto, para além da remissão dos sintomas. Esse é o período da “superterapia¹³”, conforme nomeia Balint. Já vimos anteriormente como Ferenczi teorizou sobre o fim da análise e suas relações com a formação do psicanalista. Entretanto, é preciso frisar, as elaborações de Ferenczi, embora discordantes das postulações freudianas, são feitas à luz de uma articulação entre os

¹¹ No original: *that the patients should be better analysed than their analysts.*

¹² No original: *proper analysis.*

¹³ No original: *supertherapy.*

objetivos do tratamento, a técnica psicanalítica e, principalmente, as aquisições necessárias ao analista para empreender análises bem sucedidas. Dessa forma, fica caracterizado que enquanto Ferenczi buscava contornar os obstáculos do tratamento e da formação do psicanalista a partir de uma vigorosa reflexão, a IPA insistia na regulamentação sem qualquer produção teórica que a sustentasse.

Balint chama atenção para o fato de que as análises didáticas passaram a durar cada vez mais em relação às análises comuns. Na década de vinte, duravam de um ano e meio a dois anos. A partir da década de trinta, porém, as instituições afiliadas à IPA já não entravam mais em acordo em relação à duração da análise didática, embora os prospectos de formação mencionassem que durasse cerca de quatro anos. Além do desacordo em relação à análise didática “pública” – aquela feita dentro dos parâmetros estabelecidos pela instituição -, Balint menciona no artigo *Formação Psicanalítica e Análise Didática* (1953) o intrigante fato de que alguns analistas formados pela IPA, preocupados com os impasses de suas clínicas, abandonavam suas atividades e buscavam auxílio em outros grupos psicanalíticos a fim de empreenderem “análises pós-didáticas¹⁴”, sendo estas de natureza absolutamente privada. O autor batiza o fenômeno de “epidemia de migração dos analistas sênior¹⁵”.

Enquanto as análises didáticas “oficiais” possuíam caráter público, sendo objeto da regulamentação institucional, as análises pós-didáticas eram assunto privado, não estando suscetíveis, portanto, a nenhuma interferência da instituição. A “epidemia de migração dos analistas sênior” em busca de “análises pós-didáticas” sugere a Balint a existência de problemas nas análises didáticas que, de algum forma, inviabilizavam os tratamentos conduzidos pelos analistas, pois, caso contrário, eles não procurariam outras análises didáticas.

A análise pós-didática ou era a continuação da análise didática, ou seja, um assunto público, ou os analistas recém-formados ainda necessitavam de ajuda analítica, caso em que tanto o processo original de seleção quanto a recente graduação do analista caíam sob a suspeita de não terem sido adequados o suficiente (BALINT, 1953, p.158).¹⁶

¹⁴ No original: *post-training analysis*.

¹⁵ No original: *epidemic of migrating senior analysts*.

¹⁶ No original: *The post-training analysis is either a continuation of the training analysis, i.e., a public affair, or the newly graduated analyst is still in need of analytic help in which case both the original selection procedure and the recent graduation come under suspicion of not having been quite adequate.*

Diante do quadro que punha em xeque as análises didáticas e, por consequência, a formação de seus psicanalistas, a IPA, inicialmente, passou a aumentar o tempo de duração das análises. Mais uma vez, segundo a denúncia de Balint no artigo *Sobre o Sistema de Formação Psicanalítico* (1947), a regulamentação excessiva ocupa o lugar que deveria ser o do questionamento sobre os objetivos e as formas de fomento das análises didáticas. Com o passar do tempo, já por volta da metade da década de trinta, a “emigração” dos analistas em busca de análises pós-didáticas diminui sua intensidade. O motivo apontado por Balint para essa mudança não foi o mero aumento do tempo das análises da forma que a IPA estabeleceu de princípio, mas a adoção por um número cada vez maior de instituições afiliadas da ideia da análise didática como uma “superterapia”, aos moldes do que preconizou Ferenczi.

O quarto período da análise didática passou a ser, portanto, o da superterapia. Balint, retomando a teorização de Ferenczi sobre o fim da análise e sua relação com a formação do psicanalista, aponta, no artigo de 1953, o principal motivo do fracasso das análises didáticas do período da análise pessoal: o término precoce do processo analítico sem o esgotamento das fantasias e sem a flexibilização dos modos de satisfação pulsional. Para Balint, assim como para Ferenczi, a análise didática precisava avançar para além do complexo de Édipo, atingindo, inclusive, os fundamentos não verbais da pulsão: “Todas as novas técnicas pretendem ir além do conflito de Édipo, nos estados pré-edípicos, o que significa que eles devem expressar em palavras as experiências mentais de um período não-verbal, ou mesmo pré-verbal (BALINT, 1953, p.159)¹⁷”.

Porém, Balint esclarece que a ambição de Ferenczi de que a superterapia trouxesse os ganhos dos atributos pessoais dos analistas necessários ao sucesso do tratamento e da padronização da técnica psicanalítica esbarrou no obstáculo da ausência de um padrão de superterapia. Como afirma Balint, “(...) várias tentativas têm sido feitas por vários analistas, cada um desenvolvendo sua própria superterapia e usando sua própria linguagem, ou seja, seu conjunto de termos técnicos, para descrever suas experiências (BALINT, 1953, p.159)¹⁸”.

Visando a estabelecer os fundamentos da superterapia de forma a proporcionar uma concordância mínima entre as diversas concepções, Balint propõe que essa modalidade de

¹⁷ No original: *All the new techniques claim to go beyond the Oedipus conflict, into the pre-oedipal states, which means that they must express in words mental experiences of a non-verbal or even pre-verbal period.*

¹⁸ No original: *several such attempts have been made by various analystys, each of them developing his own supertherapy and using his own language, i.e. his set of technical terms, for describing his experiences.*

análise didática seja pensada a partir da questão da transferência, mais especificamente, da transferência negativa.

Podemos considerar que as principais concepções sobre a análise com fins de formação carregam as marcas de duas análises específicas: a autoanálise do criador da psicanálise - que abordaremos no capítulo seguinte - e a análise de Ferenczi com Freud. Em relação à análise de Ferenczi, encontramos seus reflexos em toda a produção teórica do autor. Segundo André (1993), Ferenczi debruçou-se com afincamento sobre as questões da técnica psicanalítica, do fim da análise e da formação do psicanalista em função de haver existido, em sua análise com Freud, “um resto incompreendido e não formulado (ANDRÉ, 1993, p.51)”. Balint não deixa de apontar a existência desse resto, chegando, inclusive, a acusar Freud de negligência em relação ao manejo dos aspectos hostis da transferência de Ferenczi. O fato é que Ferenczi, partindo de sua análise malograda, detém-se na teorização sobre o tratamento e a transmissão da psicanálise com o intuito de encontrar uma definição sem resto para a remissão dos sintomas, a profilaxia das neuroses, as fantasias inconscientes, os atributos do analista e a clínica dos demais analistas. Nesse sentido, André afirma que

(...) Ferenczi tornou-se o mais acirrado militante da transmissão da psicanálise, na exata medida em que, no seio de sua relação com Freud, subsistiu um resto incompreendido e não formulado. Por Freud não haver transmitido o que ele gostaria de ter recebido, Ferenczi quis tornar-se, ele mesmo, mais do que um psicanalista: quis tornar-se o próprio lugar da transmissão da psicanálise, e de uma transmissão total, sem resto (ANDRÉ, 1993, p.51).

Balint compartilha, em certa medida, com Ferenczi a idéia de uma transmissão total da psicanálise pela via da análise didática. Entretanto, diante das concepções distintas de superterapia no movimento psicanalítico, Balint aponta para a necessidade de isolar seu fundamento, que é a transferência, mais precisamente, o manejo da transferência negativa. É com esse intuito que o autor, no artigo de 1953, refere-se à análise de Ferenczi com Freud, que teria encontrado seu principal obstáculo na ausência de um manejo adequado dos sentimentos hostis que irromperam na transferência a partir de um estado constante de frustração.

No artigo *Mudanças dos Objetivos Terapêuticos e das Técnicas na Psicanálise* (1949)¹⁹, Balint, ao abordar os “elementos formais”²⁰, da conduta do analisante, ou seja, seus

¹⁹ No original: *Changing Therapeutical Aims and Thecniques in Psycho-Analysis*.

²⁰ No original: *formal elements*.

aspectos não verbais, afirma que eles são componentes da transferência, expressando, portanto, sentimentos relativos ao analista. Diante disso, conclui Balint, os elementos formais do analisante “devem ser considerados como manifestações de certas formas de relação de objeto - geralmente de um tipo primitivo - que foi reavivada na (ou talvez pela) situação psicanalítica (BALINT, 1949, p.118)²¹”. Para Balint, o que está em questão, a partir de então, é uma nova orientação na técnica da psicanálise – e da análise didática – onde o foco está em “compreender e interpretar todos os detalhes da transferência do paciente em termos de relações de objeto (BALINT, 1949, p. 119)²²”.

Balint não abandona as concepções de Ferenczi acerca da análise do caráter e dos aspectos não verbais da situação analítica. Contudo, o primeiro diferencia-se em relação ao segundo ao afirmar, a partir dos enunciados trazidos pela “two body’s psychology²³”, que os obstáculos do tratamento não estão localizados em dois pólos isolados - analista e analisante -, mas na relação entre ambos, ou melhor, no desenrolar das satisfações e das frustrações apresentadas na interação entre a transferência e a contratransferência. Nesse sentido, a análise didática deve possibilitar ao analista uma relação harmônica com o objeto de forma a promover, em suas análises futuras, um manejo adequado do par satisfação-frustração na relação com o analisante. Para Balint, saber responder do lugar de objeto da transferência coincide com uma relação apropriada com o objeto na contratransferência.

Abordamos anteriormente quatro períodos que, segundo Balint, compõem a história da análise didática: os períodos de “instrução”, “demonstração”, “análise pessoal” e “superterapia”. Ainda resta cotejarmos o período de “pesquisa²⁴”, que é contemporâneo ao artigo *Formação Psicanalítica e Análise Didática* (1953). Balint afirma que a análise didática com fins de pesquisa consiste numa tentativa confusa de contornar os impasses gerados pelo “conluio secreto entre o analista e seu candidato sobre a introjeção do analista idealizado (BALINT, 1953, p. 161)²⁵” e pela chamada “confusão das línguas” relativa à análise didática. Diante disso, o autor se pergunta:

²¹ No original: *they have to be regarded as phenomena of some kind of object relation - often of a primitive type - which has been revived in (or perhaps by) the psycho-analytical situation.*

²² No original: *understanding and interpreting every detail of the patient's transference in terms of object relations.*

²³ Psicologia dos dois corpos

²⁴ No original: *research.*

²⁵ No original: *the covert collusion between analyst and his candidate about introjecting the idealized analyst.*

Não é muito claro quem é o sujeito e quem é o objeto da pesquisa. É que com a ajuda do analista o candidato tem de descobrir algo sobre as camadas profundas de sua própria mente, ou é o analista que, com a ajuda de seus candidatos, quer descobrir algo sobre as possibilidades e limitações do seu próprio entendimento e técnicas? (BALINT, 1953, p. 161)²⁶

A quem interessaria esse tipo específico de análise didática? Quais os possíveis ganhos do analista e de seu analisante? Balint não responde a essas questões, embora afirme a possibilidade de que os objetivos do analisante e do analista na análise de pesquisa possam coincidir. O fato destacado por Balint na emergência da noção da análise didática com fins de pesquisa é que ela consiste, na verdade, na assunção, por parte dos analistas didatas, das limitações de suas compreensões e técnicas. Segundo o autor, a passividade do analista didata em seu trabalho de pesquisa, ao invés de possibilitar soluções às suas limitações técnicas e conceituais, impede o manejo satisfatório da transferência de forma a contornar os impasses do tratamento. Dito de outra forma, a excessiva desconfiança em relação à própria técnica inviabiliza a análise didática, restando ao analista, então, optar pelo aspecto didático da análise ou pelo investigativo.

A reflexão de Balint sobre as modalidades da análise didática parte das contribuições de Ferenczi e, posteriormente, apóia-se nas concepções de relação de objeto trazidas pela *two body's psychology*. No próximo tópico, veremos como Lacan retoma a crítica de Balint relativa ao sistema de formação da IPA e teoriza sobre a análise com efeitos de formação.

1.3. *Lacan: a instituição psicanalítica e a passagem de analisante a analista*

Como vimos anteriormente, Balint afirma que o sistema de formação adotado pela IPA obedecia a critérios burocráticos e corporativistas, onde as especificidades da psicanálise e, por consequência, da prática e da formação do psicanalista eram ignoradas. O mérito da abordagem de Lacan da função e das características da análise pessoal para o psicanalista em formação reside, principalmente, no rigor conceitual com o qual se debruça sobre essas questões. Para Lacan, da mesma forma que para Freud, a formação do psicanalista e o papel da análise pessoal nesta são indissociáveis da teoria e da clínica psicanalíticas, sendo,

²⁶ No original: *It is not quite clear who is the subject and who the object of the research. It is that with the help of analyst the candidate has to find out something about the deep layers of the human (his own) mind, or is it the analyst who, with the help of his candidate, wants to find out something about the possibilities and limitations or his own understanding and techniques?*

portanto, necessária a retomada dos fundamentos da psicanálise para, só a partir daí, estabelecer dispositivos institucionais.

A obra lacaniana, edificada sob a retomada dos fundamentos da psicanálise, possui inúmeros trabalhos onde o tema da análise pessoal do psicanalista em formação é abordado. Em vista do intuito deste capítulo, que é oferecer um panorama acerca das principais contribuições à discussão em pauta, nos deteremos no texto capital de Lacan sobre o assunto: *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola* (1967). Neste texto se encontra a mais detida e aprofundada abordagem lacaniana sobre a formação do psicanalista e sua principal maneira de fomento: a análise pessoal. Veremos adiante como Lacan concebe a análise pessoal para o psicanalista em formação e sua relação com o término do tratamento psicanalítico. Além disso, cotejaremos o dispositivo do passe, que se destina a promover a passagem subjetiva de analisante a psicanalista ao fim da análise e a verificação da instituição dessa passagem.

Lacan inicia a *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola* (1967) com o pedido para que o leitor retome seu artigo *Situação da Psicanálise e Formação do Psicanalista em 1956* (1956). Neste texto, o autor critica o sistema de formação de psicanalistas das instituições afiliadas à IPA e ao papel ocupado neste pela análise didática. No desenvolvimento do trabalho, Lacan evidencia a teia identificatória componente de todo o processo de formação de psicanalistas da IPA, utilizando, para esse fim, o artigo de Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), que trata dos exemplos da igreja e do exército como instituições notórias pela estabilidade e coesão. Lacan, por sua vez, iguala a estrutura coesa das instituições descritas por Freud às instituições afiliadas à IPA. Nessa equiparação, evidencia-se não apenas a rigidez da estrutura hierárquica, mas principalmente o fato de que o candidato a analista, tal como o fiel e o soldado, sofre um processo de padronização.

Para se transmitir, não dispondo da lei do sangue, que implica a geração, nem da lei da adoção, que pressupõe a aliança, resta-lhe a via da reprodução imaginária, que por uma modalidade de fac-símile análoga à impressão, permite, por assim dizer, sua tiragem num certo número de exemplares em que o único se pluraliza. (LACAN, 1956/1998, p.479)

O escândalo maior, segundo Lacan, não é a padronização dos futuros psicanalistas, mas o processo utilizado para tal fim: a análise didática.

(...) não nos esqueçamos de que a entrada na comunidade está sujeita à condição da análise didática, e há mesmo uma certa razão para que tenha sido no círculo dos didatas que veio à luz a teoria que faz da identificação com o *eu* do analista a finalidade da análise. (LACAN, 1956/1998, p.479)

Como o próprio título do artigo de 1956 deixa evidente, a formação do psicanalista não está dissociada da situação da psicanálise. No trecho acima, Lacan afirma que a finalidade do tratamento psicanalítico, segundo a teoria corrente na IPA, consiste na identificação do analisante com o eu do psicanalista. Diante da ausência de reflexão teórica sobre a análise com fins de formação na IPA e dos efeitos de padronização desta, Lacan aponta que um dos princípios da análise didática seria a identificação do analisante com o analista didata. O foco na identificação com o psicanalista didata, portanto, assegura sua reprodução imaginária.

Lacan, após sua tumultuada saída da IPA, funda a Escola Freudiana de Paris (EFP)²⁷. O *Ato de Fundação* (1964) traz, em suas primeiras linhas, a missão dessa nova instituição:

(...) que, no campo aberto por Freud, restaure a sega cortante de sua verdade; que reconduza a práxis original que ele instituiu sob o nome de psicanálise ao dever que lhe compete em nosso mundo; que, por uma crítica assídua, denuncie os desvios e concessões que amortecem seu progresso, degradando seu emprego. (LACAN, 1964/2003, p. 235)

A Escola Freudiana de Paris é criada como alternativa ao modelo burocrático e hierarquizado da IPA. No trecho acima, podemos observar as marcas do percurso lacaniano de “retorno a Freud” e suas consequências para a nova instituição: a recondução da práxis psicanalítica a seus fundamentos, conforme estabelecidos por Freud, e a denúncia aos desvios relativos aos mesmos fundamentos.

Na nota anexa ao *Ato de Fundação* (1964), Lacan afirma: “Este ato de fundação considera nulos hábitos simples (LACAN, 1964/2003, p.239)”. Dessa forma, fica evidente a ruptura com as convenções da IPA, chamadas por Lacan de “hábitos simples”. Sob a denominação de “hábitos” está - da forma que foi denunciada pelo autor em *Situação da Psicanálise e Formação do Psicanalista em 1956* (1956) - a análise didática. A ruptura com os impasses relativos à análise didática na IPA estava anunciada no texto do *Ato de Fundação* (1964), mas não sua solução. Conforme veremos abaixo, Lacan parte, naquele momento específico, de um único princípio:

²⁷ No original: Ecole Freudienne de Paris

O único princípio certo a formular, ainda mais por ter sido desconhecido, é que a psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida mesma da aproximação do desejo que ele encerra (LACAN, 1964/2003, p. 240)

No trecho acima, Lacan afirma que o caráter didático de uma análise reside no desejo do analisante, que se encontra preocupado com o objetivo de fazer de seu tratamento uma análise didática. Dito de outra forma, a análise didática não é um rito de passagem, como denuncia Balint, nem mesmo a identificação com o eu do analista-didata, mas, sim, o percurso através do qual o analisante-candidato questiona seu próprio querer em relação à psicanálise. O autor, ao chamar a atenção em relação à contestação desse querer, deixa evidente que a decisão de empreender análises não caberia à instituição, mas ao próprio sujeito.

Contudo, seriam necessários mais três anos para que Lacan pudesse deter-se nas soluções aos impasses apontados nas análises didáticas na IPA. *No Ato de Fundação* (1964), Lacan prepara o modo de funcionamento institucional capaz de abrigar suas formulações e proposições relativas à análise para o psicanalista em formação.

Conforme abordaremos de forma detida em capítulo posterior, Freud afirma, no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), que a formação do psicanalista fundamenta-se no tripé composto pela aquisição teórica, pela supervisão clínica e pela análise pessoal. Segundo Jorge (2006), Lacan não diverge de Freud na concepção do tripé de formação, mas avança no tratamento conceitual dado a cada elemento e, principalmente, em suas garantias e formas de inserção numa instituição psicanalítica.

Acompanhamos acima, no texto *Situação da Psicanálise em 1956 e Formação do Psicanalista* (1956), as críticas lacanianas sobre as características assumidas pela chamada análise didática na instituição criada por Freud para diferenciar a psicanálise de outras práticas e promover a formação de psicanalistas. Na *Proposição 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola* (1967), trabalho que enfocaremos adiante, Lacan enfatiza o papel da análise pessoal na formação do psicanalista e sua relação com o desenlace do tratamento psicanalítico. Além disso, o autor aponta saídas aos impasses relativos à experiência psicanalítica encontrados na IPA através do inovador dispositivo do passe.

A *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola* (1967), redigida por Lacan para a Escola Freudiana de Paris, instituição que fundara em 1964, ano em que foi expulso da IPA, traz como objetivo o estabelecimento da formação do analista de forma

compatível com as singularidades da psicanálise. As palavras com as quais Lacan inicia sua “Proposição” não deixam dúvida sobre seu objetivo: “vamos tratar de estruturas asseguradas na psicanálise e de garantir sua efetivação no psicanalista (LACAN, 1967/2003, p.248)”.

Lacan sustenta que o principal objetivo da instituição psicanalítica é garantir a efetivação no psicanalista das estruturas asseguradas na psicanálise, em outras palavras, tratar-se-ia de promover a formação de psicanalistas em concordância com a própria psicanálise. Se a psicanálise é o tratamento que se espera de um psicanalista, conforme Lacan afirma no trabalho de 1956, então sua efetivação depende do psicanalista, portanto, de sua formação. Mas, não se trata de qualquer formação. Lacan faz referência a uma formação psicanalítica que efetiva as estruturas asseguradas na psicanálise. Tratamento e formação, portanto, apresentam-se indissociáveis.

Entre os três elementos componentes do tripé clássico da formação do psicanalista – ensino teórico, supervisão clínica e análise pessoal- o último é, desde Freud, o ponto de associação mais íntima entre a formação e o tratamento psicanalíticos. O grande desafio para Lacan é como associar no interior de uma instituição psicanalítica a experiência do tratamento e seus efeitos de formação, pois, conforme levantado anteriormente, essa associação esbarrava em sérios empecilhos nas instituições que teriam como função sustentá-la.

Como vimos anteriormente, Ferenczi modificou sua posição inicial de que não havia diferença entre a análise didática e a terapêutica pela idéia da necessidade de que as análises com intuito de formação avançassem até seu “término”, acrescentando que o futuro analista deveria contornar, através de sua análise, suas fraquezas de caráter. Sabemos também que a IPA adotou, de certa forma, os pontos de vista normatizadores e padronizadores de Ferenczi quanto aos objetivos da análise didática. A diferença recai sobre o processo, pois a IPA condicionou a análise didática a critérios burocráticos, tais como número de sessões, tempo total de análise a ser cumprido e parecer do analista, enquanto Ferenczi propunha a condução a seu término natural. E quanto a Lacan? Que finalidade reservou à análise com fins de formação em sua *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola (1967)*?

Lacan inverte as relações: uma instituição não é uma instituição analítica porque inclui, entre seus membros, didatas que fazem didáticas, mas porque análises didáticas aí tem lugar de fato; e precisamente, é essencial da instituição esclarecer a questão do fim de análise. (SAFOUAN, 1985, p.51)

Uma análise não se origina de uma demanda institucional, mas de uma demanda de cura, ancorada na transferência, feita por um sujeito a um analista. Como pode estar o sujeito implicado em sua análise quando ela surge de uma exigência institucional? Conforme Safouan demonstra no trecho acima, Lacan retoma essa questão afirmando que uma análise é didática em suas conseqüências e não em sua finalidade. Isto é, uma análise realizada dentro dos parâmetros institucionais está a serviço da própria instituição e de um saber teórico que se produz sobre o inconsciente, enquanto uma análise com efeitos de formação consiste na passagem do sujeito da posição de analisante a analista.

Lacan (1967) formula que a análise de um sujeito pode chegar a um ponto em que de analisante ele vira analista. Mas, que ponto é esse? O que ocorre nessa passagem? Para a IPA, recordando o que fora abordado anteriormente, o ponto de passagem de analisante a analista é bem definido: o cumprimento das exigências pré-estipuladas relativas ao ensino, à supervisão e à análise didática. Vimos com Balint e com Lacan que essas exigências, em sua maior parte, padecem da ausência de reflexão e sustentação nos fundamentos da psicanálise, consistindo, portanto, em critérios meramente burocráticos.

Para Lacan, o ponto de passagem de analisante a analista é o fim da análise. Os parâmetros norteadores dessa passagem não são fornecidos pelo aparato de controle da instituição psicanalítica, mas pela própria psicanálise, ou melhor, pelas vicissitudes do sujeito no tratamento psicanalítico. A elaboração lacaniana sobre os desdobramentos do fim da análise possibilitam o encontro da garantia do ato do psicanalista não em suas “virtudes” pessoais, como pretendiam os psicanalistas pós-freudianos, mas no operador lógico que Lacan denomina “desejo do psicanalista”, que emerge, por sua vez, ao término da análise. Dessa forma, o fim da análise não garante apenas a formação do psicanalista, mas a própria psicanálise, que está, por sua vez, condicionada à operação do desejo do psicanalista.

“No começo da psicanálise está a transferência (LACAN, 1967/2003, p.252)”, afirma Lacan em sua “Proposição”. O eixo da transferência, segundo o autor, é o “sujeito suposto saber”, que consiste na suposição, feita pelo analisante, de que o analista detém um saber capaz de decifrar o enigma do sintoma. Para Lacan, a suposição de saber feita por um sujeito a outro sujeito rompe com a idéia psicologizante da existência de uma relação intersubjetiva

entre analisante e analista, pois, como o autor define, o sujeito é o que um significante representa para outro significante. Dito de outra forma, o sujeito não se confunde com uma essência, mas está condicionado pelo deslizamento da cadeia significante, que encontra no Outro sua fonte.

(...) Embora a psicanálise consista na manutenção de uma situação entre dois parceiros, que nela se colocam como o psicanalisante e o psicanalista, ela só pode desenvolver-se ao preço do constituinte ternário, que é o significante introduzido no discurso que se instaura, aquele que tem nome: o sujeito suposto saber (...). (LACAN, 1967/2003, p.254)

O analista é posto na posição de sujeito suposto saber pelo analisante, que espera dele o significante que dê conta de seu desejo. Para que uma análise ocorra, o analista não deve responder dessa posição concedida pelo analisante, mas recusá-la de forma a operar a partir do não saber, através do qual, na efetivação da regra fundamental estabelecida por Freud, a associação livre, o saber próprio ao inconsciente, cuja origem está no Outro, pode advir. A partir disso, o deslizamento constante da cadeia significante sob o móbil da transferência – o que corresponde ao “meio” da análise - não se torna previsível para o analista, conforme alerta Freud em sua metáfora sobre o jogo de xadrez, mas o desenlace desse trabalho, sim.

Se o surgimento do sujeito suposto saber, como eixo da transferência, está no começo da análise, sua queda marca o fim do processo analítico. Lacan, nessa mesma ocasião, chama a atenção para o fato de que a queda do sujeito suposto saber não representa a liquidação da transferência, mas, sim, sua resolução. Na liquidação, conforme o termo deixa claro, não resta nada, tudo soçobra. Já na resolução, a transferência não é extinta, mas sofre uma mudança significativa, que se caracteriza pelo trabalho de luto do analista como suporte do desejo do Outro. Em outros termos, o luto decorrente da queda do sujeito suposto saber, chamada por Lacan de “des-ser”, consiste no luto derivado da constatação da inconsistência do Outro, isto é, de que o “tesouro dos significantes” jamais responderá a questão do “quem sou?”.

Nesse ponto da análise, o sujeito tem sua fantasia fundamental percorrida, na forma que Lacan denomina “travessia da fantasia”. A fantasia, chamada por Lacan na “Proposição” de “janela para o real”, consiste numa barreira para a ausência de sentido do real, constituindo, portanto, o caráter psíquico da realidade para todo sujeito. Ao atravessá-la, o analisante põe em xeque suas identificações. É nesse sentido que a travessia da fantasia é correspondente à destituição subjetiva, pois, ao seu final, provoca a queda dos significantes-

mestres que representavam o sujeito. Como afirma Lacan, “Nessa reviravolta em que o sujeito vê soçobrar a segurança que extraía da fantasia em que se constitui, para cada um, sua janela para o real, o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um des-ser (LACAN, 1967/2003, p. 259).”

Ao final da travessia, o analisante perde a segurança que encontrava na fantasia – em sua constituição imaginária e simbólica – e vê o analista cair de sua posição de sujeito suposto saber, pois seu desejo se desvincula do desejo do Outro, cujo suporte na análise era o analista: “Nesse des-ser revela-se o inessencial do sujeito suposto saber, donde o futuro psicanalista entrega-se ao *agalma* da essência do desejo, disposto a pagar por ele em se reduzindo, ele e seu nome, ao significante qualquer (LACAN, 1967/2003, p. 259).”

Conforme a citação acima, a ocupação pelo sujeito da função de psicanalista como “agalma da essência do desejo”, está condicionada à revelação proporcionada pela queda do sujeito suposto saber. Em outros termos, a destituição subjetiva e o des-ser do analista ao fim da análise permitem ao sujeito ser analista para outro sujeito. Entretanto, a passagem de analisante a analista, como já frisamos, não se trata da aquisição do “título de psicanalista”, mas da emergência de algo que garante a efetivação do tratamento psicanalítico: o desejo do psicanalista.

Mas, o que é o desejo do psicanalista?

Já antecipamos que a formulação lacaniana do desejo do psicanalista visava encontrar uma garantia para o ato analítico que não fosse a identificação com a pessoa do analista, como postulavam os pós-freudianos. Vimos também que o analista oferece suporte ao desejo do Outro, não inibindo, portanto, a esperança do analisante de encontrar no analista a resposta e o complemento para seu desejo. Porém, ao evitar responder do lugar do Outro, o analista permite que o analisante lance uma interrogação sobre o desejo que fundamenta seu próprio desejo, perguntando-se, a partir de então: “o que sou para o desejo do Outro?”. A recusa do analista de responder do lugar do Outro a fim de possibilitar a emergência da interrogação do analisante não se trata de mera abstinência voluntária, mas da operação do desejo do analista. O desejo do analista se apresenta como uma incógnita para o analisante, que continua perguntando insistentemente sobre seu lugar no desejo do Outro.

No *Seminário VIII* (1960-1961), cujo tema é a transferência, Lacan, assim, define o desejo do psicanalista:

(...) possamos talvez definir, e em termos de longitude e latitude, as coordenadas que o analista deve ser capaz de atingir para, simplesmente, ocupar o lugar que é o seu, o qual se define como aquele que ele deve oferecer vago ao desejo do paciente para que se realize como desejo do Outro (LACAN, 1960-1961/1992, p. 109).

Observamos, no trecho acima, que Lacan define o desejo do psicanalista como um vazio, estando, portanto, em condições de ser preenchido pelo desejo do analisante como desejo do Outro. O desejo do analista permite ao sujeito-analista ocupar o lugar de analista na medida em que possibilita causar o desejo do sujeito como desejo do Outro. Como afirma Lacan, “A que tem de responder o desejo do psicanalista? A uma necessidade que só podemos teorizar como tendo que produzir o desejo do sujeito como desejo do Outro, ou seja, fazer-se causa desse desejo (LACAN, 1970/2003, p.271).”

É só ao final de sua análise, depois de atravessada a fantasia, que o sujeito percebe a inconsistência do Outro e pode fazer semblante, no lugar de analista, de objeto causa de desejo para o analisante. É, justamente, por causar o desejo sem “formatá-lo”, isto é, sem fornecer significantes a fim de representar o sujeito, que o analista pode remetê-lo ao desejo do Outro que compõe a história de sua vida.

É preciso salientar que o desejo do psicanalista não se restringe ao desejo do sujeito psicanalista, nem mesmo com sua decisão pessoal de empreender análises. Entretanto, resta uma questão crucial: o que leva um sujeito, depois de ter percebido a fragilidade da suposição de saber atribuída ao Outro, suportar o sujeito suposto saber como analista para outro sujeito? Foi com o intuito de abrigar essa pergunta e suas possíveis respostas no interior de uma instituição psicanalítica que Lacan propôs o dispositivo do passe, conforme veremos adiante.

De forma diferente de Freud e Ferenczi, que pensaram a questão do fim da análise sem articulá-la com a instituição psicanalítica, Lacan propôs um dispositivo sem precedentes, o passe, a fim de inserir os efeitos de formação do fim da análise na instituição. Como vimos anteriormente, o processo lacaniano que culmina na proposição do dispositivo do passe se inicia com a crítica ao sistema de formação encontrado na IPA e, posteriormente, chega à fundação da EFP, instituição que traz uma série de inovações em seu modo de funcionamento. Sob o solo institucional da EFP, Lacan retoma a questão da análise pessoal do psicanalista em formação e conceitua o fim da análise a fim de encontrar nele o ponto de passagem de analisante para a analista, bem como as forma de verificação e garantia dessa passagem na instituição.

A máxima lacaniana de que o analista só se autoriza por si mesmo encontra na Escola Freudiana de Paris e no dispositivo do passe o acréscimo dos “mais alguns outros”. Para Safouan,

(...) trata-se de institucionalizar a autonomia na iniciativa, princípio que já constitui, para aquele que toma esta iniciativa, se ele quer participar da obra comum, um apelo para que a instituição, neste caso a Escola, testemunhe “que o psicanalista (por si só), nesta iniciativa, traz uma garantia de formação suficiente” (SAFOUAN, 1985, p.51)

O *Ato de Fundação* (1964) estabeleceu, em função do trabalho como única referência, o princípio de igualdade entre os analistas. Porém, cerca de três anos depois, na *Proposição de 9 de Outubro de 1967* (1967), Lacan introduz uma distinção entre os membros da Escola Freudiana de Paris: o *gradus*. Essa diferenciação entre os analistas proposta por Lacan refere-se, na realidade, a duas formas de inserção do sujeito na instituição. O título de AME (analista membro da escola) é concedido pela instituição sem que o analista “preste contas” de seu percurso analítico. O AME se autoriza por si mesmo, não demandando, portanto, qualquer verificação ou garantia da instituição. Todavia, para o analista receber a denominação de AE (analista da escola) há, inicialmente, uma demanda à instituição para que verifique sua relação com a psicanálise e garanta, a quem interessar, que houve uma passagem do sujeito da posição de analisante à de analista ao fim da análise. De maneira diferente do AME, que se autoriza por si mesmo, o AE convoca “alguns outros” para verificarem essa passagem. O passe enquanto dispositivo é, por consequência, o lugar dos “alguns outros” da instituição.

O passe visa a responder a questão anteriormente levantada: o que leva o sujeito a retomar, no lugar de analista, o trabalho de tradução do inconsciente que redundava na destituição subjetiva? A pergunta pode ser feita de outra forma: qual é o desejo que sustenta essa retomada? A resposta não poderia ser outra que não o desejo do analista. Embora o desejo do analista assuma o lugar de operador do tratamento analítico, estando presente nas generalizações teóricas de Lacan sobre o fim da análise, sua condição de emergência é absolutamente singular. É nesse sentido que Safouan afirma que o “(...) desejo do analista não pode ser encarado de outro modo que como uma nova formação do inconsciente (SAFOUAN, 1985, p.52)”, estando nisso “o sentido mais autêntico da ‘formação’ do analista (SAFOUAN, 1985, p.52)”.

O dispositivo do passe institui a possibilidade de transmissão da psicanálise pela via do testemunho de uma análise. Como no chiste, o testemunho do passante faz chegar aos passadores uma experiência que é única, desprovida de sentido na instância psíquica do eu, mas que pode ser transmitida. Por mais particular que seja a fala do passante sobre sua análise, Lacan espera encontrar nela algo de transmissível que seja percebido não apenas pelo passador, mas também pelo júri.

(...) para se fazer autorizar como analista da Escola, falará de sua análise, e o testemunho que eles poderão colher pelo vívido de seu próprio passado será daqueles que nenhum júri de aprovação jamais colhe. A decisão de tal júri seria esclarecida por isso, portanto, não sendo essas testemunhas juízes, é claro. (LACAN, 1967/2003, p.261)

Nesse trabalho, a figura do passador é fundamental, pois as funções que acumula são a de recolher do passante o testemunho de sua análise, de preparar um relato do que ouviu, destacando seus pontos principais e de passá-lo ao cartel do passe. A existência do passador se justifica pelo fato de que ele também está experimentando o fim da análise e, dessa forma, pode isolar o que há de transmissível no testemunho do passante. Quinet (2009) refere-se ao passador como o barqueiro que conduz o testemunho de uma margem do rio à outra, do passante ao cartel do passe: “Ele passa a fala, os enunciados, a enunciação, de uma margem a outra. Ele toma a palavra e a carrega de um lado para o outro (QUINET, 2009, p.110)”.

O júri do dispositivo do passe acumula três funções específicas: receber o testemunho do passador, verificar a metamorfose do passante de analisante a analista ao fim da análise e, finalmente, o trabalho de doutrina. O dispositivo do passe proporciona a junção entre a psicanálise em intensão e a psicanálise em extensão – compreendidas, respectivamente, como a singular experiência do tratamento psicanalítico propriamente dito e a presença da psicanálise no mundo, fora do dispositivo clínico. Entretanto, é a últimas das funções do júri acima elencadas, o trabalho de doutrina, que corresponde ao exato ponto de junção.

Lacan afirma que o dispositivo do passe proporciona um acúmulo de experiência sobre a passagem do sujeito de analisante a analista, que, por sua vez, exige uma elaboração teórica. A produção teórica da psicanálise, portanto, passa a incorporar a compilação dos testemunhos dos passantes. Como afirma Lacan, “o júri em funcionamento, portanto, não pode abster-se de um trabalho de doutrina, para além de seu funcionamento como selecionador (LACAN, 1967/2003, p.261)”.

Lacan retoma a questão da análise pessoal do psicanalista em formação sob dois pilares: o fim da análise e a instituição psicanalítica. Embora a aposta no dispositivo do passe na EFP não tenha correspondido às expectativas - por questões semelhantes às apontadas por Freud como componentes de todo grupo -, sua proposta, ancorada em sólida teorização sobre o fim da análise, continua presente, aplicada ou não, nas mais diversas instituições psicanalíticas. Este é o legado da “Proposição” lacaniana.

Iniciamos o capítulo com as formulações de Ferenczi sobre o fim de análise e suas relações com a formação do psicanalista. Posteriormente, abordamos as reflexões de Balint sobre o sistema de formação da IPA na década de quarenta e acompanhamos suas considerações sobre o papel e as características da análise didática neste. Conforme pudemos observar, Lacan, de certa forma, dá continuidade ao trabalho dos dois autores anteriormente enfocados, pois, tal como Ferenczi, formula que a formação do psicanalista está intimamente articulada ao fim de análise. Por outro lado, assim como Balint, Lacan tece uma crítica consistente ao sistema de formação da IPA, avançando, todavia, na proposição de dispositivos institucionais a fim de comportar a experiência psicanalítica como motor da formação do psicanalista.

Embora o foco de Lacan sobre a ampla questão da formação do psicanalista seja o mesmo de Ferenczi e de Balint, ou seja, a análise do analista e suas formas de inserção em âmbito institucional, sua abordagem possui feições distintas das contribuições dos outros autores. Enquanto eles, cada um a sua maneira, trazem divergências em relação às formulações freudianas sobre a formação do psicanalista e o papel da análise pessoal nesta, Lacan edifica sua teorização e suas proposições sobre o solo conceitual do movimento de “retorno a Freud”, que consiste na retomada dos fundamentos da psicanálise da forma em que foram estabelecidos por seu criador.

Nos capítulos seguintes, retornaremos a Freud. Não da forma feita por Lacan, pois este trabalho já está feito. Realizaremos, na realidade, o retorno ao desenvolvimento da questão da análise pessoal como elemento de fomento da formação do psicanalista na obra de Freud. Partimos do pressuposto da existência de uma íntima articulação entre o desenvolvimento da clínica e da teoria psicanalíticas e as noções relativas à formação de seu operador. Nesse sentido, acompanhar o percurso freudiano relativo à análise do analista em formação é, também, cotejar a construção da psicanálise enquanto práxis, pois uma não está dissociada da outra, como assinalam o próprio Freud e Lacan.

No próximo capítulo, abordaremos a autoanálise de Freud como ponto de partida para a recomendação e para a discussão da necessidade e da importância da análise para o psicanalista em formação.

CAPÍTULO 2: A AUTOANÁLISE DE FREUD: PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE COM FINS/EFEITOS DE FORMAÇÃO.

Neste capítulo, abordaremos o processo freudiano denominado “autoanálise” e suas relações com a tripla formação da clínica, da teoria e do psicanalista enquanto função. Partimos do pressuposto, a ser posteriormente cotejado, de que as conclusões extraídas por Freud de sua autoanálise estão na base de suas recomendações futuras relativas ao que aqui chamamos de “experiência do inconsciente” na formação do psicanalista.

Freud fundou o campo psicanalítico. Antes dele, obviamente, não havia psicanálise, tampouco psicanalistas. Hoje, passado quase um século da adoção da exigência da análise didática por parte da IPA, a ideia da autoanálise de Freud talvez possa ser justificada, em termos meramente lógicos, pela inexistência de alguém que pudesse analisá-lo.

Todavia, conforme assinalam Balint (1949) e Lacan (1957), a permanência, por si só, da análise pessoal do candidato a analista como exigência nas instituições afiliadas à IPA não lança luz sobre os motivos de sua existência, que ainda permanecem na penumbra da burocracia institucional. Se a análise didática visa a formar analistas segundo um modelo institucionalizado, não podemos afirmar o mesmo da autoanálise de Freud, que ocorreu num contexto completamente diferente. A situação *sui generis* da autoanálise freudiana permite-nos indagarmos sobre seus efeitos de formação – do primeiro psicanalista e da própria psicanálise – e sobre suas relações com as elaborações posteriores de Freud sobre a análise pessoal para o analista em formação.

A título de introdução, definimos a autoanálise de Freud como um modo de observação dos próprios sonhos, lapsos, atos falhos e sintomas. Esse autoescrutínio caracteriza-se pelo processo de associação de ideias, que desemboca numa síntese, via de regra, de natureza teórica. Outro aspecto relevante da autoanálise, conforme veremos no último tópico, é o fato de que Freud comunicava, de forma constante, o andamento e o resultado de seu trabalho a seu correspondente e amigo Fliess.

Definido momentaneamente o trabalho autoanalítico de Freud, partimos para a seguinte pergunta: quais motivos levaram o criador da psicanálise a passar por uma espécie de escrutínio de suas formações do inconsciente?

Uma das primeiras verificações que fazemos ao debruçarmo-nos sobre a autoanálise de Freud é que seus efeitos não estão resumidos à esfera pessoal de seu empreendedor, não

ficando, como consequência, restritos ao rol das curiosidades biográficas. O período em que a autoanálise esteve em plena efervescência, entre os anos de 1897 e 1900, corresponde ao momento de maior avanço técnico e teórico da psicanálise. Nesse espaço de tempo, Freud, a um só fôlego, substituiu a teoria da sedução pelo conceito de fantasia inconsciente, descobriu a sexualidade infantil e edificou sua primeira tópica em *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Conforme observaremos adiante, não é difícil concluir que existe uma estreita ligação entre os percursos de autoanálise de Freud e o da construção da psicanálise.

2.1. *A autoanálise como forma de tratamento*

Cerca de oito anos após a publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud, no prefácio à segunda edição, salienta a existência de uma motivação subjetiva na escrita da obra:

(...) este livro tem para mim, pessoalmente, outra importância subjetiva – uma importância que só aprendi após tê-lo concluído. Ele foi, como verifiquei, parte de minha própria autoanálise, minha reação à morte de meu pai – isto é, ao evento mais importante, à perda mais pungente da vida de um homem. (FREUD, 1900/1996, p. 32)

No trecho acima transcrito, Freud revela a constatação posterior de que o livro sobre os sonhos fazia parte de sua autoanálise. Identifica, ainda no mesmo trecho, o processo de autoanálise com a reação à morte de seu pai. Observamos que a escrita de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), a perda familiar e o processo de autoanálise não são apenas contemporâneos, são três aspectos distintos da vida e da obra de Freud que, de alguma forma, estão associados. Na realidade, a autoanálise do autor, conforme se apresenta em sua correspondência com Fliess, promove a implicação entre os aspectos pessoais e teóricos, entre o sofrimento psíquico decorrente do falecimento de um familiar e a formalização teórica da experiência clínica.

Embora os aspectos teóricos da autoanálise sejam indissociáveis dos pessoais, conforme teremos oportunidade de demonstrar no decorrer do capítulo, a motivação referente a cada um dos aspectos diverge. Já mencionamos o trabalho de luto por qual Freud passava como um dos motivadores de seu trabalho inovador. Além dessa motivação, Freud apresentava a Fliess uma série de queixas relacionadas a inibições intelectuais e a

perturbações cardíacas, cujos alívios ele pretendia encontrar no escrutínio de suas formações do inconsciente. Notamos que, pelo menos no tocante à natureza da queixa, isto é, a existência de sintomas psíquicos que produzem sofrimento, podemos afirmar que Freud buscava uma forma de tratamento. Torna-se perceptível, portanto, que Freud possuía pretensões iniciais de que sua autoanálise produzisse efeitos de cura.

As cartas de Freud a Fliess possuem importantes referências às pretensões de cura em jogo na autoanálise. Na carta de 14 de agosto de 1897, Freud torna evidente seu interesse de cura: “o principal paciente a me preocupar sou eu mesmo (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.262).” Na mesma carta, logo depois da afirmação de que era seu próprio paciente – o principal -, Freud observa os efeitos de alívio de seus sintomas proporcionados pela autoanálise, mas não sem apontar para as dificuldades de sua empreitada:

Minha histeriazinha, apesar de muito acentuada por meu trabalho, solucionou-se um pouco mais. O resto ainda está paralisado. É disso que depende primordialmente meu estado de ânimo. A análise é mais difícil do que qualquer outra. De fato, é ela que paralisa minha energia para descrever e comunicar o que conquistei até agora. Mesmo assim, creio que precisa ser feita e que é uma etapa intermediária em meu trabalho (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p. 262).

Freud, ao mesmo toque, menciona a pequena melhora de sua “histeriazinha” e afirma que sua análise é “mais difícil do que qualquer outra”. Se por um lado a autoanálise proporcionava o benefício de uma pequena melhora dos sintomas histéricos, por outro trazia o incômodo da inibição relativa à descrição dos avanços obtidos. Desde os primeiros momentos da autoanálise, Freud passa a perceber em si mesmo um fenômeno que se apresentava nas análises de seus pacientes, ou seja, a existência de uma força contrária ao avanço do trabalho associativo. Esta força, caracterizada no trecho acima como uma paralisia relativa à comunicação do andamento do processo autoanalítico, receberá posteriormente o nome de “resistência”, passando a ser considerada por Freud como um dos principais obstáculos do tratamento, seja de seus pacientes, seja de si mesmo.

Na carta de 3 de outubro de 1897, após apontar para acontecimentos da infância “rastreados” pela autoanálise e que acreditava estarem na origem de alguns de seus sintomas neuróticos, Freud faz menção à melhora parcial de seus sintomas como um possível obstáculo para o avanço da autoanálise: “temo que, se melhorar, venha a representar um obstáculo para a minha autoanálise (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.270)”.

Freud justifica seu temor da seguinte maneira: “Minha compreensão de que as dificuldades do tratamento se devem ao fato de que, no final das contas, o que se faz é desnudar as más inclinações do paciente, seu desejo de permanecer doente, torna-se cada vez mais forte e mais clara (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.270)”.

A especulação de que a melhora no sofrimento derivado do sintoma pode funcionar como obstáculo ao avanço da autoanálise está baseada na observação de outro fenômeno recorrente nos tratamentos que empreendia: os lucros primários e secundários da doença. Freud teme aferrar-se aos ganhos trazidos pelo sintoma, de forma a reproduzir o que observava em seus pacientes.

A equiparação da autoanálise às análises de terceiros ocorre em outros trechos da correspondência de Freud com Fliess. Na carta de 27 de outubro de 1897, logo após a afirmação de que seu estado de ânimo se alterava rapidamente, Freud revela o seguinte: “Tudo o que experimentei com meus pacientes, na qualidade de terceiro, torno a encontrar aqui (...) (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.275)”. Freud aborda ainda as características de sua flutuação de humor: em alguns dias, desânimo pela incompreensão de um sonho ou de uma fantasia e em outros, euforia pelo surgimento de compreensões súbitas. É nessa mesma carta, surgindo como uma das “compreensões súbitas” proporcionadas pela autoanálise, que Freud começa a materializar o conceito de resistência, que, até então, apenas vislumbrava: “Uma ideia sobre a resistência permitiu-me recolocar no rumo certo todos os meus casos que estavam um pouco à deriva, de modo que eles agora progredem a contento (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p. 275)”.

Paulatinamente, Freud vai deslocando seu interesse na remissão dos sintomas através da autoanálise para a construção de um conhecimento válido para o manejo das análises que empreendia. Melhor dizendo, Freud passa a utilizar a autoanálise para lançar luz sobre os fenômenos da clínica. No caso específico da noção de resistência, Freud percebeu, de forma recorrente, o fato de que o trabalho associativo de seus pacientes estancava em alguns momentos. Foi a “(...) sensação de estar amarrado por dentro (algo de que os pacientes tanto se queixam) (...) (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.271)”, antecedendo, via de regra, o momento de irrupção de uma “centelha fulgurante (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.275)”, que forneceu a Freud a convicção empírica da existência de uma força que impunha obstáculo ao avanço das associações rumo ao núcleo do recalcado.

Endossando a afirmação acima, Freud, no trecho que se segue, atesta a ajuda prestada pelo conceito de resistência no manejo das análises de seus pacientes após se queixar da resistência como fenômeno em sua autoanálise:

Estou completamente esgotado pela observação. Minha autoanálise está novamente parada, ou melhor, prossegue lentamente num filete, sem que eu entenda nada sobre o rumo que vai tomando. Nas outras análises, minha última ideia sobre a resistência tem continuado a me ajudar. (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p. 278)

A mudança de atitude de Freud em relação à autoanálise – ou seja, o deslocamento do foco na remissão dos próprios sintomas ao auxílio na condução dos tratamentos através da compreensão de seus entraves – se deve, sobretudo, aos questionamentos sobre seus limites de cura. Embora tenha demonstrado esperanças de cura em alguns momentos da correspondência com Fliess, chegando a citar a substituição de sintomas cardíacos por gastrointestinais, Freud não tarda a perceber que sua autoanálise não avança como tratamento, mas sim como fonte objetiva para esclarecimento das análises que conduzia.

Apercebi-me da razão por que só posso me analisar com o auxílio de conhecimentos objetivamente adquiridos (como uma pessoa de fora). A verdadeira autoanálise é impossível, caso contrário, não haveria doença (neurótica). Visto que ainda estou lutando com alguma espécie de enigma em meus pacientes, isso está fadado também a me deter também em minha autoanálise. (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p. 282)

Podemos destacar no trecho acima transcrito três afirmações cruciais para a compreensão do problema: 1) a autoanálise ocorre somente com o auxílio de “conhecimentos objetivamente adquiridos”; 2) a autoanálise com fins de cura é impossível, pois de outra forma não haveria sintomas neuróticos; 3) Freud está “fadado” a permanecer na autoanálise somente em função dos “enigmas” a solucionar em seus pacientes. Enquanto a primeira afirmação sustenta que o processo autoanalítico se dá pela aplicação de um conhecimento exterior, situado alhures, a segunda assertiva atesta que a autoanálise não possui as características de um tratamento devido ao fato de que o sujeito que supostamente pode curar-se produz seus próprios sintomas. Por fim, a terceira das afirmações freudianas deixa clara a única aplicação possível da autoanálise: produzir “conhecimento objetivo” a fim de responder aos enigmas surgidos em outras análises, o que, em termos adotados posteriormente, significa promover a própria formação enquanto psicanalista a partir da produção teórica.

Dessa forma, Freud comunica a Fliess o fim das esperanças terapêuticas na autoanálise e o início da intenção de promover a aquisição do “conhecimento objetivo” capaz de auxiliar na condução das análises de seus pacientes. A aquisição desse conhecimento através da autoanálise, conforme Freud conceberá posteriormente, é equivalente ao ato de pesquisa em psicanálise sustentado pela análise pessoal do analista. No próximo tópico, veremos que a aplicação freudiana do “saber a mais” obtido na autoanálise não ficará restrita à solução dos enigmas de seus pacientes, ela se estenderá até a construção da estrutura teórica e da identidade epistemológica da psicanálise.

2.2. *Aspectos teóricos e epistemológicos da autoanálise*

Vimos no tópico anterior que a crença de Freud nos efeitos de cura da autoanálise tornou-se vacilante, embora tenha insistido nela por certo tempo. Salvo as escassas referências ao trabalho de autoanálise na busca de remissão de seus sintomas neuróticos, Freud, ao longo de sua correspondência com Fliess, tende a conceber de forma progressiva a autoanálise como subsídio empírico aos questionamentos suscitados pela atividade clínica.

Freud passa, então, a utilizar a autoanálise – cujo acesso, em tese, seria irrestrito – como uma privilegiada fonte de informação sobre os mecanismos psíquicos em jogo na neurose e no tratamento psicanalítico.

Minha análise prossegue e continua a ser meu principal interesse. Tudo ainda é obscuro, até mesmo os problemas, mas há um sentimento reconfortante de que basta que vasculhe a própria despensa para retirar dela aquilo que se precisa num determinado momento (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.277).

Destacamos do trecho acima transcrito dois pontos específicos: o interesse preponderante de Freud em sua autoanálise e, principalmente, a curiosa metáfora da autoanálise como uma despensa de onde se pode retirar algo sempre que preciso. Esse “algo” retirável da “despensa” da autoanálise é o material psíquico, que está sempre à disposição, produzido pelo próprio sujeito pesquisador no ato da pesquisa. Basta buscá-lo.

Já abordamos anteriormente o abandono paulatino de Freud de suas esperanças de cura na autoanálise. Há uma proporcionalidade inversa entre as ambições de cura e de pesquisa da autoanálise. Quanto menor foi ficando o interesse na remissão dos próprios sintomas, maior tornou-se a aposta de que o escrutínio das próprias formações do inconsciente poderia

contribuir na compreensão dos fenômenos observados na clínica. A autoanálise, portanto, passou a servir como uma generosa dispensa de material empírico. Tão generosa que foi nela que Freud foi buscar o material para construir a sua principal obra, a *Interpretação dos Sonhos* (1900).

Não há dúvida de que a autoanálise de Freud está profundamente implicada na elaboração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), obra que lançou a formalização conceitual da chamada “primeira tópica”. Embora a experiência clínica de Freud já o fizesse considerar a existência de uma divisão psíquica em seus pacientes, a formalização teórica do aparelho psíquico formado por dois sistemas com dinâmicas distintas, pré-consciente/consciente e inconsciente, encontrou subsídio fundamental na autoanálise, mais especificamente, no trabalho de interpretação dos sonhos. A constatação dessa divisão psíquica, aliás, é feita em relação à própria autoanálise, quando Freud afirma que só poderia autoanalisar-se como se fosse outra pessoa.

O interesse de Freud em relação ao sonho, fenômeno banal e entendido por seus contemporâneos como impróprio ao interesse científico, surge com os relatos de seus pacientes no trabalho de associação livre:

Meus pacientes assumiam o compromisso de me comunicar todas as ideias ou pensamentos que lhes ocorressem (...); entre outras coisas, narravam-me seus sonhos, e assim me ensinaram que o sonho pode ser inserido na cadeia psíquica a ser retrospectivamente rastreada na memória a partir de uma ideia patológica (FREUD, 1900/1996, p. 135).

Freud, embora já houvesse abandonado o método catártico na ocasião, manteve a postulação de que os sintomas neuróticos tinham em sua origem uma “ideia patológica” a ser recordada e, dessa forma, desvinculada do *quantum* energético responsável por seu fator traumático. Os sonhos teriam, portanto, a mesma estrutura dos sintomas. Dessa forma, o método adotado para a análise dos sintomas poderia ser utilizado na interpretação dos sonhos. Como Freud afirma, “faltava então apenas um pequeno passo para se tratar o próprio sonho como um sintoma e aplicar aos sonhos o método de interpretação que fora elaborado para os sintomas (FREUD, 1900/1996, p.135)”.

Mesmo tendo seu interesse direcionado aos sonhos por seus pacientes, Freud esclarece no prefácio à primeira edição de *A Interpretação dos Sonhos* (1900) que o material utilizado na confecção do livro é composto em sua totalidade por seus próprios sonhos. Na

ocasião da escrita da obra, Freud já se dedicava à clínica de neuróticos há pelo menos dez anos, sendo, portanto, esperado que viesse a utilizar como fonte de informação acerca dos sonhos o vasto material trazido por seus pacientes. A ausência desse material clínico é justificada pelo autor no mesmo prefácio pela “presença adicional de características neuróticas (FREUD, 1900/1996, p.29)”.

A opção pelos próprios sonhos como material empírico para o livro, quando considerada à luz de sua justificativa – a extração de “características neuróticas” –, sugere a existência do interesse de Freud de inserir suas descobertas relativas à vida onírica e suas consequentes elaborações teóricas no terreno mais amplo da “psicologia geral” e não no campo restrito da “psicopatologia”. Essa hipótese ganha força quando levamos em consideração os temas dos livros seguintes de Freud, sendo o primeiro dedicado às cotidianas experiências dos lapsos e atos falhos e o segundo empenhado em explicitar os ditos espirituosos e suas relações com o inconsciente.

Na realidade, Freud buscou desvencilhar-se da pecha negativa que caía sobre aqueles que se dedicavam ao estudo e ao tratamento da histeria, pois, conforme coadunavam seus colegas de profissão, um médico respeitável não poderia deter-se num quadro clínico tão arredo aos tratamentos disponíveis e que sugeria a existência de uma causa sexual. De certa forma, a recepção negativa ao trabalho em conjunto com Josef Breuer, *Estudos sobre a Histeria* (1983), havia deixado Freud de sobreaviso em relação à utilização de material clínico extraído de pacientes histéricos.

Além do desdém dos círculos médicos em relação à histeria, havia uma razão prática para a opção de Freud por seus próprios sonhos: o conteúdo latente do sonho possui estreita ligação com elementos da vida de vigília. Nessa perspectiva, no trabalho de decifração do sonho, Freud poderia avançar mais na interpretação dos seus próprios sonhos do que em relação aos de terceiros, pois poderia retomar com mais facilidade os acontecimentos do dia anterior ao sonho e, dessa forma, demonstrar o processo de elaboração onírica. De forma breve, Freud menciona os fatores práticos que justificam a opção por seus próprios sonhos como “matéria prima” para a obra dedicada ao tema: “(...) dá-se que sou levado aos meus próprios sonhos, que oferecem um material abundante e conveniente, oriundo de uma pessoa mais ou menos normal e relacionado com múltiplas circunstâncias da vida cotidiana (FREUD, 1900/1996, p. 139).”

A afirmação de Freud (1900) de que os sonhos são a via régia para o inconsciente não se aplica somente aos pacientes em análise, mas também a ele mesmo em seu processo de autoanálise. Na realidade, o trabalho de interpretação de seus próprios sonhos coincide, em grande medida, ao processo de autoanálise. O escrutínio onírico de Freud permitiu-lhe formalizar o conceito de inconsciente na primeira tópica e encontrar nestes processos os mesmos mecanismos de formação do sintoma. Nessa perspectiva, o introspectivo trabalho freudiano de autoanálise pela via da interpretação dos sonhos é fundamental para a clínica psicanalítica, lançando reflexos a todas as análises posteriores.

Freud teve acesso a inúmeros relatos e associações de sonhos de seus pacientes e de terceiros, mas foi em seus próprios sonhos que ele encontrou o suporte empírico para seus enunciados. Entre esses sonhos, o da “Injeção de Irma” é considerado o ponto de partida das concepções freudianas relativas ao assunto. Este, segundo o relato de Freud, ocorreu logo após o recebimento da notícia de que Irma, uma ex-paciente sua, estava mal, o que trouxe a dúvida sobre a eficácia de seus procedimentos analíticos. Sabendo disso, Freud permaneceu até tarde da noite escrevendo sobre este caso clínico. Ao dormir, sonha que o responsável pelo estado de saúde da paciente é um colega seu e não ele. O sonho realiza o desejo de Freud, conforme fica patente, de não ser o responsável pela saúde de Irma.

Freud extrai do sonho da “injeção de Irma” – e de outros – a existência da estrutura de uma linguagem cifrada que compõe o conteúdo manifesto do sonho e do sintoma. A cifração da linguagem do sonho se deve à formação de compromisso entre duas instâncias psíquicas distintas, o inconsciente e o consciente. O conteúdo manifesto atende, portanto, aos interesses dessas duas instâncias, pois possibilita aos pensamentos oníricos, eivados de desejo inconsciente, burlar a censura consciente de forma cifrada.

Enquanto o trabalho de elaboração onírica caracteriza-se na transformação dos pensamentos latentes em conteúdos manifestos, o trabalho de interpretação corresponde ao processo inverso, ou seja, parte do conteúdo manifesto e busca chegar ao desejo inconsciente na raiz dos pensamentos latentes. De outra forma, podemos afirmar que o trabalho de interpretação do sonho corresponde à passagem do sonho propriamente dito a seu relato. O relato do sonho segue a via da associação de ideias, retroagindo, dessa forma, no processo de elaboração onírica, cujos mecanismos são o deslocamento e a condensação. Ambos os mecanismos da elaboração onírica são efeito da censura consciente. O deslocamento consiste na substituição de um elemento do pensamento latente por um distinto no conteúdo manifesto

ou, então, na mudança de acento de um elemento importante para outro sem importância. A condensação, por sua vez, corresponde à abreviação do pensamento latente no conteúdo manifesto.

É importante salientar que Freud percebe a existência de um ponto a partir do qual o trabalho de interpretação dos sonhos não avança. Esse limite de significação recebe de Freud o nome de “umbigo do sonho”.

(...) durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido (FREUD, 1900/1996, p. 556).

Diante desse limite, onde o sonho “mergulha no desconhecido”, as associações estancam e uma parcela significativa do pensamento latente permanece como enigma. Na realidade, esse enigma é sustentado pela ausência de um sentido último – ou primeiro – do sonho. Em função do caráter inacabado de qualquer interpretação, além da descrição pessoal, Freud concentra sua atenção na compreensão dos mecanismos psíquicos em jogo na elaboração onírica e, por consequência, no sintoma.

Entretanto, o trabalho de autoanálise baseado na interpretação dos sonhos não forneceu material somente para a apreciação teórica da vida onírica. Aquilo que mais tarde será denominado “complexo de Édipo” foi esclarecido por Freud pela primeira vez em sua autoanálise. É o que podemos observar na carta enviada a Fliess em 15 de outubro de 1897.

Ser totalmente franco consigo mesmo é um bom exercício. Uma única ideia de valor geral despontou em mim. Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas. (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.273)

Desde o início de sua clínica com pacientes neuróticos, Freud não deixou de observar determinados sintomas que ensejavam a cogitação da existência de desejos incestuosos infantis em suas origens. Em 1897, ano em que o processo de autoanálise tornou-se regular, a etiologia sexual das neuroses já era ponto pacífico para Freud. Nesse mesmo ano, Freud abandona a teoria da sedução e postula o conceito de fantasia inconsciente. A noção de que o assédio sexual ocasionado por um adulto próximo à criança estaria na origem dos sintomas

históricos foi substituída pelo conceito de fantasia, que estabelece que o suposto assédio, na realidade, consiste numa fantasia sexual infantil.

Todas as postulações teóricas desse período estão articuladas, de uma forma ou de outra, à autoanálise freudiana. É possível acompanhar na correspondência de Freud a Fliess as formulações da teoria da sedução, do conceito de fantasia, da sexualidade infantil e daquilo que será chamado posteriormente de complexo de Édipo. O processo é o mesmo que culminou na formalização do conceito de inconsciente em *A Interpretação dos Sonhos* (1900): as questões surgidas nos tratamentos de terceiros repercutem na autoanálise de Freud, que busca nela soluções aos impasses da clínica.

É na “despensa” da autoanálise que Freud encontra uma fonte privilegiada de verificação empírica de suas hipóteses. Conforme podemos observar no trecho transcrito anteriormente, é a percepção em si, através da autoanálise, que permite a Freud cotejar a ideia da universalidade dos desejos incestuosos infantis. Aquilo que ele apenas vislumbrava na análise de terceiros passa a ser considerado de forma consistente após a prova extraída de seu autoescrutínio. Retornando outra afirmação freudiana já citada, “basta que vasculhe a própria despensa para retirar dela aquilo que se precisa num determinado momento (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.277)”.

Todavia, as verificações empíricas feitas na autoanálise não estão livres de desconfiança por parte do próprio Freud, que, em diversos momentos, submete o material psíquico à ratificação na realidade. São inúmeros os trechos na correspondência em que o autor narra seu trabalho investigativo acerca de alguns fatos da infância trazidos à tona na autoanálise. Freud buscava no testemunho de terceiros a comprovação ou não da realidade factual de suas elaborações psíquicas.

A busca freudiana pela verossimilhança do material autoanalítico aparenta ser incongruente com seu percurso teórico, pois as primeiras referências regulares à autoanálise na correspondência com Fliess se iniciam no mesmo período em que Freud abandona a teoria da sedução e passa a considerar a existência das fantasias inconscientes. A carta de 21 de setembro de 1897 é elucidativa em relação às causas que o levaram a abandonar a teoria da sedução, estando entre elas o insucesso de suas análises, a acusação de perversão sobre os pais dos pacientes histéricos e, principalmente, “o conhecimento seguro de que não há indicações de realidade no inconsciente, de modo que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção que foram catexizadas pelo afeto (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.265)”.

Destacamos uma das causas dessa reviravolta teórica: Freud constata a indistinção entre a realidade e a ficção no inconsciente. Se essa indistinção se aplica também à autoanálise, então as conclusões extraídas desta perdem confiabilidade. Embora Freud não trate diretamente do assunto sob essa perspectiva, sua atitude demonstra desconfiança sobre o material psíquico extraído da autoanálise. Nesse sentido, a busca por testemunhos de terceiros a fim de atestar ou não a veracidade dos fatos “recordados” na autoanálise pode ser compreendida como a tentativa de conceder ao material autoanalítico valor empírico, possibilitando, com isso, generalizações teóricas.

Após a publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), as referências de Freud à autoanálise em sua correspondência com Fliess terminaram quase que de forma abrupta. O fato de Freud não fazer qualquer referência ao processo autoanalítico como fonte empírica para suas conclusões teóricas depois de *A Interpretação dos Sonhos* (1900) nos faz crer que este perdeu importância como fonte de pesquisa. As análises de terceiros, conduzidas tanto por Freud como por outros psicanalistas, forneceria material inesgotável para a pesquisa e o debate psicanalíticos. Dessa forma, solapada pela assunção teórica do conceito de fantasia e a chegada de novos pesquisadores, a autoanálise freudiana deixou de ser uma “despensa” empírica farta e confiável.

2.3. *A autoanálise e a formação de Freud como psicanalista*

Nos tópicos anteriores, tratamos de dois aspectos distintos da autoanálise freudiana: o clínico e o teórico/epistemológico. Observamos que Freud partiu do interesse clínico na autoanálise, visando a encontrar nela o alívio de alguns sintomas neuróticos como distúrbios gástricos e de inibição intelectual. Assinalamos que o autor, com o passar do tempo, passou a encontrar em sua autoanálise fenômenos semelhantes às análises que conduzia até então, estando entre eles o apego ao ganho trazido pelo sintoma e o estancamento do trabalho associativo. Destacamos também que o criador da psicanálise foi abandonando de forma paulatina suas pretensões terapêuticas na autoanálise e concentrando seu interesse no processo como uma fonte privilegiada de observação de fenômenos de natureza semelhante aos que se apresentavam na clínica. De posse do material empírico extraído da autoanálise, ele cunhou conceitos que extrapolavam, de alguma forma, as exigências imediatas do manejo clínico.

Estes conceitos proporcionaram a construção do edifício teórico da psicanálise e sua identidade epistemológica.

Freud, ao abandonar a terapêutica médica de sua época, avançou em campo totalmente inexplorado e fundou a um só golpe a psicanálise e, por consequência, a função do psicanalista. No início do capítulo, afirmamos que a autoanálise de Freud se justifica, em termos puramente lógicos, pela inexistência de um analista que pudesse analisá-lo, pois antes dele não havia analistas. Contudo, Lacan (1967) e Mannoni (1968) afirmam que o processo de escrutínio das próprias formações do inconsciente realizado pelo criador da psicanálise – processo que possibilitou o avanço da clínica, da teoria e, obviamente, de Freud como psicanalista – consistiu de fato numa análise, “a análise original” (LACAN, 1967/2003, p. 258), cuja função de analista teria sido ocupada por Fliess, seu amigo e interlocutor científico. Porge (1998), por sua vez, em trabalho dedicado especificamente ao assunto da autoanálise freudiana, critica a noção da “análise original”, pois encontra nela uma série de incompreensões relativas ao papel de Fliess como interlocutor de Freud e que, segundo suas palavras, “mantém uma cortina de fumaça encobrendo os estudos das origens da psicanálise (PORGE, 1998, p.8)”.

Em função do objetivo deste capítulo, evitaremos chegar a um “veredicto” favorável a uma das teses contrárias, pois consistiria numa digressão em relação ao nosso intuito de analisarmos as influências da autoanálise de Freud no desenvolvimento de suas concepções posteriores sobre a experiência do inconsciente para o analista em formação. Todavia, cotejaremos as duas teses a fim de extrairmos suas contribuições à compreensão do papel da chamada autoanálise na formação de Freud como psicanalista, bem como seus reflexos para os psicanalistas posteriores.

Mannoni, em *Freud, Uma Biografia Ilustrada* (1968), concebeu o trabalho autoanalítico de Freud como uma análise em que Fliess, investido da suposição de saber, encarnou a função de analista. O autor vai mais longe ao afirmar que a pretensa análise de Freud com Fliess instaurou um modelo que seria seguido posteriormente por outros analistas.

A psicanálise não seria o que é sem esse encontro. (...) com Breuer, Freud aprendera muitas coisas; mas com Fliess ele fez sua própria análise, e fixou de certo modo o modelo da psicanálise (a sua) de tal maneira que as análises ulteriores não poderão senão repeti-lo. (MANNONI, 1968, p. 58)

De acordo com o autor acima citado, a autoanálise de Freud consistiu, na realidade, numa análise com Fliess. Entretanto, não se trataria de uma análise qualquer, sem consequência alguma para além de seus personagens. O analisante em questão não é outro que não o próprio criador da psicanálise. Para Mannoni, a pretensa análise de Freud com Fliess, ancorada nas demandas de afeto e saber, fixou o modelo da psicanálise, que seria depois reproduzido por todos os futuros analistas. O biógrafo de Freud compreende o processo autoanalítico como uma análise princeps, que se repetiria em cada consultório a partir de então.

Lacan também concebe, conforme exposto na *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola* (1967), a interlocução de Freud com Fliess como a análise original, onde Freud passa de analisante a analista e, dessa forma, engendra todas as futuras passagens.

(...) a verdadeira análise original só pode ser a segunda, por constituir a repetição que da primeira faz um ato, pois é ela que introduz o a posteriori próprio do tempo lógico, que se marca pelo fato de que o psicanalista passou a ser psicanalista. (Refiro-me ao próprio Freud, que com isso sanciona não ter feito uma autoanálise.) (LACAN, 1967/2003, p. 258)

O próprio Freud parece coadunar com a tese de que sua autoanálise consistiu de fato numa análise, pois na carta de 14 de novembro de 1897 chega a afirmar que a “(...) verdadeira autoanálise é impossível, caso contrário, não haveria doença. (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.282)”. Além da ineficácia clínica, sua justificativa da descrença na autoanálise envolve o fato de que ele só consegue se analisar com conhecimentos exteriores a si, como fosse uma pessoa de fora. Ora, Freud aprende desde cedo que o sintoma é constituído por um saber alheio à consciência. A afirmação freudiana sustenta a noção de que a autoanálise consistiu, na verdade, numa análise conduzida por Fliess, pois, afinal de contas, quem mais encarnaria essa suposição de saber alhures que não o amigo correspondente?

Em *Freud/Fliess: Mito e Quimera da Autoanálise* (1998), Porge esclarece que a principal – e quase exclusiva - fonte de informação acerca da autoanálise de Freud é sua correspondência com Fliess. Entretanto, conforme assinala o autor, essa fonte privilegiada possui três características que não podem ser ignoradas: 1) a apresentação das cartas, pois tudo o que nos chegou da correspondência entre Freud e Fliess é composto somente pelas cartas enviadas pelo primeiro ao segundo; 2) a natureza escrita da correspondência; 3) a

relação da distribuição temporal da correspondência com a elaboração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900).

Porge levanta a questão de que a forma como a correspondência de Freud com Fliess sobreviveu – composta pela metade das cartas, isto é, somente aquelas enviadas por Freud – possibilita a conclusão precipitada de que a autoanálise do criador da psicanálise consistiu de fato numa análise, cujo analista seria Fliess:

A falta das cartas de Fliess desequilibra a correspondência e induz a sua leitura no sentido de uma história na qual um dos personagens – no caso, Fliess – ocupa o lugar do ausente, do Outro silencioso, que não responde. É muito fácil, a partir daí, dar um passo a mais e dizer que Fliess encarnou a posição de analista para Freud (...) (PORGE, 1998, p.27).

A correspondência se apresenta de tal maneira que só é possível observar as demandas de afeto e saber dirigidas por Freud a Fliess, já que as respostas deste não possuem qualquer registro. Há o nítido contraste, portanto, entre a “ruidosa” demanda de Freud e o aparente silêncio de Fliess. O autor afirma que é de fácil constatação, nas cartas de Freud, a presença de réplicas às respostas fornecidas pelo amigo, o que, por si só, já permite a dedução da presença dessas respostas. Além disso, a existência do ato psicanalítico não se resumiria ao silêncio diante de um apelo, pois sua existência está condicionada pela demanda de um saber sobre o desejo inconsciente e pela presença de um sofrimento psíquico como origem dessa demanda, para citar apenas os aspectos que estão no início de um tratamento psicanalítico.

A segunda característica da correspondência de Freud com Fliess que teria inviabilizado a “análise princeps” refere-se à regra fundamental da psicanálise. Segundo Porge, a natureza escrita das cartas impede a associação livre, pois se dá de forma sintética, excluindo, portanto, a massa disforme das associações que estão em seu bojo. Lacan, ao constatar que o diálogo entre Freud e Fliess deu-se pela escrita chamou o processo de “writing cure²⁸”, numa clara alusão à “talking cure²⁹”, conforme Anna O. denominou o método catártico. Lacan ainda acrescenta à sua observação relativa à pretensa análise de Freud com Fliess: “(...) acho que foi por isso que ela fracassou (LACAN, 1976 apud PORGE, 1998, p.32)”.

A terceira característica da correspondência entre Freud e Fliess apontada por Porge é a relação da distribuição das cartas com a redação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900). O

²⁸ Tratamento pela escrita.

²⁹ Tratamento pela fala.

autor, após um minucioso levantamento da quantidade de cartas enviadas por Freud a Fliess ano a ano, percebeu que o número de cartas tem seu ápice nos momentos que antecedem a publicação da obra sobre os sonhos e que, imediatamente depois, sofre uma queda vertiginosa. Essa análise quantitativa da correspondência não seria suficiente para qualquer conclusão, mas o autor, ao analisar o conteúdo das cartas posteriores à publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), constatou que Freud interrompeu bruscamente a, até então, intensa demanda a Fliess de interlocução científica. O fato permite a Porge perguntar-se sobre os aspectos da suposição de saber de Freud em Fliess.

Sobre isso, Lacan chega a afirmar em seu segundo seminário que toda a obra do mestre vienense é um “vasto discurso endereçado a Fliess (LACAN, 1954-1955/1985, p.158)”. De fato, nos anos compreendidos entre 1897 e 1900, período no qual conduziu e testemunhou sua autoanálise a seu correspondente, Freud endereçou a Fliess uma demanda de interlocução científica, que, sem sombra de dúvida, ancorava-se numa suposição de saber específica. Nesse sentido, podemos cotejar com Lacan que a autoanálise de Freud consiste num “vasto discurso” endereçado a um sujeito suposto saber.

A demanda de saber dirigida por Freud a Fliess é evidente em suas cartas. Entretanto, a suposição de saber feita por Freud a Fliess era, acima de tudo, uma suposição de saber sobre as almeçadas bases biológicas das descobertas psicanalíticas e não uma suposição de saber sobre seu desejo inconsciente. Freud buscava em Fliess respostas de uma ciência natural para os embaraços de sua nascente “ciência do inconsciente”. Como afirma Porge,

De aparecimento relativamente recente e de contornos imprecisos, a biologia era um campo que Freud esperava que trouxesse uma certa garantia ou confirmação para o caminho que ele ia abrindo. Fliess permitiu que ele ligasse seu desejo de ser analista – que já exercia no tocante a seus pacientes – à ciência, por intermédio de uma ciência em devir (PORGE, 1998, p.33)

Fliess, conforme o trecho acima transcrito, teria sido fundamental para ligar o desejo de Freud de ser analista ao projeto de fazer da psicanálise uma ciência do inconsciente. Não à toa, esta demanda de interlocução atingiu seu ápice por ocasião da elaboração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), obra inaugural da psicanálise. Nesse sentido, podemos afirmar, a presença de Fliess como a encarnação – assumida por ele de forma paranóica – dos ideais de cientificidade de Freud foi crucial para o desenvolvimento da psicanálise.

Conforme assinalamos acima, não tomaremos partido em relação às duas teses expostas sobre a pretensa natureza psicanalítica do diálogo entre Freud e Fliess. Embora consideremos as críticas de Porge consistentes, não podemos deixar de mencionar que, devido aos objetivos deste capítulo, uma série de outros aspectos controversos sobre a suposta análise princeps deixou de ser abordada. Contudo, ficam patentes os fatos, atestados por Freud, de que a autoanálise como forma de tratamento é impossível, mas viável como forma de observação da dinâmica psíquica. Este último aspecto será retomado posteriormente por Freud ao recomendar a autoanálise para os primeiros psicanalistas em formação.

Retomando a carta de 14 de novembro de 1897, onde Freud afirma que só consegue analisar-se com o auxílio de “conhecimentos objetivamente adquiridos (como uma pessoa de fora) (FREUD, 1897 apud MASSON, 1986, p.282)” e que a continuidade de sua autoanálise se deve ao auxílio que esta pode prestar às análises de seus pacientes. No segundo tópico, abordamos os aspectos teórico/epistêmicos da autoanálise e apontamos para o fato de que Freud, após um breve período com pretensões terapêuticas, passou a utilizar seu escrutínio pessoal como fonte daquilo que ele denominou na carta acima mencionada de “conhecimentos objetivamente adquiridos”. Na mesma carta, Freud esclarece que dá prosseguimento à autoanálise devido às contribuições desta às análises de seus pacientes. É evidente, portanto, o fato de que o conhecimento extraído da autoanálise passa a servir a Freud em sua lida clínica.

É justamente no momento em que o saber produzido a partir da autoanálise passa a subsidiar a condução dos tratamentos que podemos apontar para a existência de efeitos de formação para Freud enquanto psicanalista. Devemos recordar que o processo de formação de Freud como psicanalista é concomitante ao da construção da psicanálise e que um termo não seria possível sem o outro. Depois de décadas do surgimento do sistema de formação da IPA, do ensino de Lacan e de outras elaborações freudianas sobre o tema, a ideia de uma autoanálise como único elemento de fomento da formação de um psicanalista, produzindo, assim, o saber a ser utilizado no manejo de outras análises pode parecer absurda, entretanto, era o que Freud tinha disponível. Sem dúvida, o caráter pioneiro da tarefa não deixa de servir de álibi.

Os interesses de Freud no período da autoanálise, conforme já mencionamos, eram fazer avançar a clínica e criar uma “ciência do inconsciente”. Não havia, portanto, a preocupação com sua própria formação enquanto psicanalista, pois esta estaria embutida nos

interesses primordiais. Entretanto, a autoanálise possibilitou ao autor a observação, sem mediações, de alguns fenômenos que ele apenas vislumbrava nas análises que conduzia. No caso específico de Freud, a construção de inteligibilidade para o real da clínica a partir da autoanálise se confunde com a aquisição da teoria. Considerando as recomendações futuras da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação, podemos afirmar que o criador da psicanálise buscou proporcionar aos demais psicanalistas os ganhos de formação que obteve em sua autoanálise.

No próximo capítulo, veremos como Freud passa a propor aos demais psicanalistas a experiência do inconsciente, nas formas da autoanálise, da “interpretação mútua” e, finalmente, da análise pessoal.

CAPÍTULO 3: AS PRIMEIRAS RECOMENDAÇÕES FREUDIANAS: DO GRUPO DAS QUARTAS-FEIRAS À SISTEMATIZAÇÃO DO TRIPÉ DE FORMAÇÃO DO PSICANALISTA

No capítulo precedente, abordamos a autoanálise freudiana. Nesse trajeto, cotejamos inicialmente as esperanças de Freud de encontrar na autoanálise uma forma de tratamento para seus sintomas. Logo depois, tratamos do papel desta na elaboração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900) e do aparato conceitual da psicanálise. Nessa perspectiva, destacamos que as conclusões extraídas por Freud de sua autoanálise contribuíram não apenas para a construção da psicanálise como pretensa ciência do inconsciente, mas também para o manejo das análises empreendidas por ele. Finalmente, atentamos para o fato de que o desenvolvimento da psicanálise enquanto clínica e teoria corresponde à formação de Freud como psicanalista.

Acompanharemos neste capítulo o desenvolvimento das elaborações de Freud acerca da experiência do inconsciente – autoanálise, interpretação mútua e análise pessoal – para o psicanalista em formação, da chegada dos primeiros adeptos, com o “Grupo das Quartas-Feiras”, à composição do tripé de formação do psicanalista no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade* (1919). Nesse percurso, cotejaremos as formulações freudianas sobre o assunto em questão a partir de suas relações com os desdobramentos do movimento psicanalítico.

3.1. A chegada dos primeiros adeptos e o surgimento da demanda por formação em psicanálise

O relato da autoanálise feito por Freud a Fliess praticamente se encerra após a publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Embora Jones, em *Vida e Obra de Sigmund Freud* (1957), afirme que o mestre vienense tenha continuado a autoanálise até às vésperas de sua morte, não dispomos de nenhum testemunho posterior proveniente dele mesmo. Diante da ausência de qualquer menção privada ou pública, o estudo da autoanálise de Freud, tendo esta continuado ou não, torna-se impossível. Entretanto, o criador da psicanálise, embora deixe de fazer referência a seu escrutínio pessoal do inconsciente, passou a recomendar a autoanálise aos primeiros psicanalistas em formação.

Com a ruptura com Fliess, Freud perdeu seu único interlocutor. Contudo, logo o isolamento involuntário de Freud seria quebrado. Em 1902, um ex-paciente de Freud, Wilhelm Stekel, tomou a iniciativa de reunir um pequeno grupo de interessados pela psicanálise. Nesse período, a psicanálise era ignorada nos meios médicos e universitários. A indiferença dos pares de Freud era rompida, via de regra, por manifestações de rechaço, algumas vezes grosseiras, a conceitos como o inconsciente, a sexualidade infantil, a etiologia sexual das neuroses, dentre outros. A chegada de alguns interessados pela psicanálise possibilitou ao mestre vienense a expectativa de sobrevivência de sua práxis, que estava ameaçada pelo desdém de seus contemporâneos. Mas, o que buscavam os primeiros “adeptos” da psicanálise?

Devemos lembrar que no período em questão a psicanálise ainda dava seus primeiros passos. Embora Freud tenha avançado até então de forma significativa na clínica e na teoria, tecendo uma trama consistente no livro sobre os sonhos e em outros trabalhos, a experiência clínica apresentava-se como um imenso campo de pesquisa a ser desbravado. Era preciso fazer a clínica e a teoria avançarem. Freud sabia disso e esperava de seus primeiros adeptos contribuições relevantes.

Os desejos de defesa e de construção da psicanálise mobilizaram Freud e seus primeiros colaboradores. Mesmo não possuindo um sistema de formação caracterizado pela articulação do ensino teórico, da supervisão clínica e da análise pessoal segundo algumas diretrizes, o que só seria criado cerca de duas décadas depois, o Grupo das Quartas-Feiras e a posterior “Sociedade Psicanalítica de Viena” tinham como razão de existência não apenas defender a psicanálise dos ataques e produzir teoria, mas, também, possibilitar o aprendizado da prática psicanalítica. É nesse sentido que podemos afirmar que havia a demanda por formação psicanalítica por parte dos primeiros adeptos e também o interesse de Freud de que novos psicanalistas surgissem.

É digno de nota o fato de que Stekel, o impulsionador da reunião do grupo original em torno de Freud, teve seu interesse despertado pela psicanálise após ter passado pelo tratamento. Retomando a discussão do capítulo anterior sobre a pretensa análise original de Freud com Fliess e fazendo a balança pender para o lado da tese contrária defendida por Porge (1998), poderíamos levantar como hipótese o fato de que a análise de Stekel consistiu na verdadeira análise de formação original. O primeiro psicanalista depois de Freud adveio de uma análise iniciada com uma demanda de cura e que resultou numa demanda de formação.

Nessa perspectiva, a assertiva lacaniana tratada em capítulo anterior de que o desejo de continuar a experiência psicanalítica na condição de analista surge ao fim de uma análise aplica-se de certa forma. Resta a indicação para um estudo posterior, posto que o devido tratamento da questão seria uma longa digressão para o nosso trabalho.

O início da primeira década do século XX foi marcado pela produção teórica sobre o inconsciente. Além do trabalho sobre os sonhos, as obras contemporâneas sobre os lapsos e sobre os chistes atestam o fato. Da produção teórica desse período, destacamos o seguinte: todos os fenômenos que serviram de tema para Freud – o sonho, o lapso e o chiste - eram pertencentes à experiência comum, do cotidiano das pessoas. Freud descobre o inconsciente em sua clínica, mas torna sua descoberta pública através da abordagem de fenômenos banais como o sonho, por exemplo. O que estava em jogo nesse ponto da obra freudiana era a demonstração da materialidade, do aspecto empírico, portanto, investigável pela ciência, do inconsciente.

A mesma ênfase na demonstração da materialidade do inconsciente ocorria nos trabalhos dos primeiros grupos psicanalíticos. No período inicial da institucionalização da psicanálise, Freud incentivava seus adeptos a praticarem a autoanálise, principalmente a interpretação de sonhos, a fim de adquirirem convicção acerca da realidade do inconsciente. Além dessa convicção necessária ao futuro psicanalista, a autoanálise ainda proporcionaria, como aconteceu com Freud, familiaridade e traquejo com as formações do inconsciente.

Em 1909, na ocasião das conferências dadas na Clark University, nos Estados Unidos da América, Freud assim define a importância da interpretação dos sonhos para o psicanalista em formação:

A interpretação dos sonhos é na realidade a estrada real para o conhecimento do inconsciente, a base mais segura da psicanálise. É campo onde cada trabalhador pode por si mesmo chegar a adquirir convicção própria, como atingir maiores aperfeiçoamentos. Quando me perguntam como pode uma pessoa fazer-se psicanalista, respondo que é pelo estudo dos próprios sonhos (FREUD, 1909/1996, p.46).

Já abordamos anteriormente todo o percurso autoanalítico de Freud, que, paulatinamente, vai abandonando as pretensões de cura iniciais em função de sua utilização como fonte empírica. Não há na afirmação acima transcrita qualquer referência a uma

possível ambição de cura na recomendação da autoanálise para os analistas em formação. Freud visa poupar seus adeptos das esperanças malogradas já experimentadas por ele. Entretanto, a noção de que a autoanálise pode subsidiar empiricamente não apenas a apreensão teórica da experiência do tratamento, mas também a aquisição de traquejo clínico é mantida.

Em *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910), trabalho apresentado no Segundo Congresso de Psicanálise, em Nuremberg, cerca de seis meses após as conferências nos Estados Unidos, Freud enfatiza a necessidade do processo de autoanálise para o psicanalista:

(...) nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas; e, em consequência, requeremos que ele deva iniciar sua atividade por uma autoanálise e levá-la, de modo contínuo cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes. Qualquer um que falhe em produzir resultados numa autoanálise desse tipo deve desistir, imediatamente, de qualquer ideia de tornar-se capaz de tratar pacientes pela análise. (FREUD, 1910/1996, p.150)

Comparando a citação acima com a anterior, distanciadas pelo espaço temporal de apenas seis meses, encontramos significativas mudanças das concepções freudianas relativas à função da autoanálise, sua duração e sua necessidade. Neste trecho, Freud enfatiza de tal forma a necessidade da autoanálise que chega a negar o direito de conduzir tratamentos psicanalíticos a aqueles que não alcançam resultados satisfatórios na empreitada. Além disso, o autor ainda recomenda seu aprofundamento contínuo, transformando-a num processo interminável.

As razões para essa mudança de perspectiva em relação à autoanálise podem ser encontradas na mesma passagem em questão: esta deixou de estar restrita ao papel de fornecer convicção sobre a realidade do inconsciente e traquejo com seu modo de funcionamento para ser tomada como o processo pelo qual os “complexos” e as “resistências internas” do psicanalista seriam anulados, deixando de aparecer como entraves ao tratamento. Retomaremos adiante a questão da remoção dos obstáculos ao tratamento provenientes do analista quando abordarmos a recomendação freudiana de análise pessoal. No momento, abordaremos as causas político-institucionais responsáveis pela mudança do ponto de vista de

Freud referente ao papel da autoanálise para o psicanalista em formação, ocorrida no breve espaço de tempo de seis meses.

Durante o período que envolve o Grupo das Quartas-Feiras e a posterior Sociedade Psicanalítica de Viena, o fomento da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação foi caracterizada pela informalidade, pela ausência de qualquer sistema institucionalizado e por constituir-se pela iniciativa do psicanalista em formação. Nesse sentido, a informalidade inicial da formação do psicanalista e do papel da experiência do inconsciente nesta podem ser compreendidas como equivalentes à inserção precária da psicanálise nos círculos científicos e populares. Quanto mais ignorada ou combatida estava sendo a psicanálise, menor era a pressão sobre a formação psicanalítica. Havia ainda a inversão proporcional desse fato, ou seja, quanto maior o sucesso da psicanálise, mais forte tornou-se a exigência social pela sistematização e até mesmo regulamentação da formação do psicanalista.

O momento em que Freud modifica seus pontos de vista acerca da função, da duração e da necessidade da autoanálise para o psicanalista em formação corresponde ao período em que a psicanálise passou a ser aceita e praticada por um círculo mais amplo, engendrando, por consequência, aumento das exigências sociais relativas às qualificações dos psicanalistas. As consequências da maior aceitação da psicanálise e da pressão social pela qualificação dos psicanalistas são evidentes: no mesmo congresso em 1910, a Associação Internacional de Psicanálise (IPA) é criada e Freud comunica o recrudescimento das recomendações relativas à autoanálise para o psicanalista em formação.

Se, em termos puramente lógicos, a autoanálise de Freud se justificava pela ausência de outros psicanalistas, o mesmo não pode ser afirmado em relação aos primeiros psicanalistas. Freud e seus adeptos, obviamente, não estavam sós. Os grupos originais da psicanálise não restringiram o contato com as formações do inconsciente à condução do tratamento de terceiros e à autoanálise. Os membros desses grupos promoviam entre si o compartilhamento e a interpretação mútua de sonhos, lapsos e sintomas de forma semelhante ao que depois será chamado pejorativamente pelo próprio Freud de “psicanálise selvagem” em artigo com o mesmo nome.

Segundo Gay, o recurso da interpretação mútua das formações do inconsciente a fim de fornecer material para as proposições teóricas de Freud e de seus adeptos impôs um preço alto ao Grupo das Quartas-Feiras:

(...) o termo provocativo da investigação psicanalítica, tocando cruamente nos pontos mais solidamente preservados da psique humana, estava cobrando seus tributos e gerando uma irritabilidade difusa. Afinal, nenhuma das pessoas que, nesses anos heróicos de exploração, invadiam atrevidamente e sem tato os mais íntimos santuários próprios e de terceiros havia sido analisada – o tratamento de Stekel com Freud fora curto e incompleto. Freud, evidentemente, tinha feito sua autoanálise, mas ela, por sua própria natureza, era irreprodutível. Os outros, que em sua maioria poderiam ter recorrido à análise, não tinham desfrutado de seus benefícios. (GAY, 1989, p.174)

Destacamos duas questões específicas mencionadas pelo biógrafo de Freud: 1) a interpretação mútua criava certo mal-estar no grupo, pois tocava em questões “delicadas” de cada membro; 2) com a exceção de Stekel, nenhum dos membros fizera análise. O trabalho de interpretação dentro do Grupo das Quartas-Feiras, segundo o autor, tocava nos “pontos mais solidamente preservados da psique humana”, o que, por sua vez, gerou uma “irritabilidade difusa”. Desde cedo, Freud procurou contornar os obstáculos do tratamento psicanalítico. Retomando o que já foi tratado no capítulo anterior, o mestre vienense percebeu a existência do fenômeno da resistência – caracterizado como a interrupção do trabalho associativo diante de um ponto nevrálgico - em sua autoanálise e nas análises de terceiros. Contudo, as resistências psíquicas geradas pela proximidade do núcleo do recalado no trabalho de interpretação mútua no Grupo das Quartas-Feiras tomaram feições inesperadas para Freud. Ao invés do estancamento das associações, conforme ocorria nas análises, a resistência decorrente das sessões de “psicanálise selvagem” provocava hostilidade entre os membros. Diante desse quadro, a questão que se impõe é a seguinte: como vencer as resistências psíquicas quando o processo que as “despertou” – a interpretação mútua – visa demonstrar a realidade do inconsciente e não causar remissão de sintomas?

No artigo de 1914, intitulado *A História do Movimento Psicanalítico* (1914), Freud aponta para a diferença fundamental entre as resistências em análise e fora desta e para a única solução possível:

A única diferença era que com pacientes estávamos em condições de pressioná-los a fim de induzir a perceber (*insight*) suas resistências e superá-las, ao passo que lidando com pessoas pretensamente sadias não contávamos com essa vantagem. Como compelir essas pessoas sadias a examinarem o assunto com espírito frio e cientificamente objetivo constituía um problema insolúvel que era melhor deixar que o tempo elucidasse. (FREUD, 1914/1996, p. 33)

Naquele momento do desenvolvimento do tratamento e da teoria, Freud não dispunha de outra forma de ultrapassagem do obstáculo da resistência a não ser manejar a transferência a fim de fazer com que seus pacientes reconhecessem e superassem o problema. É o que fica evidente no trecho acima transcrito. Entretanto, havia um limite incontornável: o poder de influência capaz de superar a resistência só era possível no tratamento analítico. Dito de outra forma, as resistências geradas no trabalho de interpretação mútua entre os membros do primeiro grupo psicanalítico eram, naquele momento, insuperáveis. Segundo as concepções freudianas da época, as mesmas resistências que se caracterizariam no tratamento como estancamento associativo, impossibilitando a transposição do material psíquico do inconsciente para o consciente, tomaram a forma de uma “irritabilidade difusa” entre os membros.

A segunda das questões apontadas por Gay no trecho anteriormente exposto refere-se ao fato de nenhum dos adeptos de Freud, com a exceção de Stekel, ter passado pela experiência do tratamento. Podemos apenas supor que os membros do Grupo das Quartas – Feiras não fizeram análise pelo simples fato de não possuírem qualquer demanda de tratamento. Já afirmamos que os interesses do grupo eram defender a psicanálise dos ataques exteriores, aprender o método de tratamento psicanalítico e produzir teoria para a ciência do inconsciente. Para tanto, seria necessário algum subsídio empírico, que foi encontrado no escrutínio das formações do inconsciente, como os sonhos, os lapsos e os sintomas. Portanto, diante da ausência de demanda pelo tratamento e da presença do subsídio para a produção teórica encontrados na autoanálise e nas sessões de interpretação mútua, a realização de uma análise pessoal não faria sentido para os primeiros psicanalistas.

Nas conferências proferidas na Clark University, em 1909, Freud comunica à platéia norte-americana que a interpretação dos sonhos fornece, para o psicanalista em formação, convicção e familiarização relativas às formações do inconsciente. Cerca de seis meses depois, no esteio da criação da Associação Internacional de Psicanálise, no trabalho apresentado com o título de *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910),

Freud, de forma enfática, defende o processo contínuo da autoanálise com a finalidade de anular as resistências do psicanalista. Um pouco antes dos trabalhos acima citados, entre 1902 e 1910, ocorriam, no funcionamento dos dois primeiros grupos psicanalíticos, principalmente do Grupo das Quartas-Feiras, interpretações mútuas das formações do inconsciente entre seus membros.

Já tivemos a oportunidade de apontar no capítulo anterior os problemas enfrentados por Freud em sua autoanálise. Obviamente, a repetição do processo autoanalítico pelos primeiros psicanalistas, na ausência de qualquer inovação técnica, comportou os mesmos problemas. Sob outra perspectiva, os ganhos da observação direta do modo de funcionamento do inconsciente e da aquisição de traquejo com o trabalho de interpretação proporcionados pela autoanálise de Freud foram considerados por ele na recomendação exposta nas conferências realizadas nos Estados Unidos da América. No trabalho comunicado no congresso de Nuremberg, Freud, de forma paradoxal, sustenta que a autoanálise deve anular os mesmos fenômenos da resistência que, por sua vez, se impuseram como poderoso obstáculo ao avanço de sua própria autoanálise. Os impasses da autoanálise e da interpretação mútua entre os membros dos primeiros grupos exigiram de Freud, mais uma vez, uma saída inédita.

3.2. A análise pessoal com fins de formação

Balint, em seu artigo *Formação Psicanalítica e Análise Didática* (1953), batiza as primeiras análises com fins de formação empreendidas por Freud de análises de “demonstração”, pois se restringiam a demonstrar a materialidade do inconsciente e a técnica psicanalítica. Como exemplo, cita o trecho de uma carta de Freud destinada a Ferenczi, datada de 22/19/1909, onde fica evidenciada a maneira informal com as quais essas análises eram conduzidas: “Eintingen está aqui. Duas vezes na semana, depois da janta, ele vem comigo para uma caminhada e tem sua análise no percurso (FREUD, 1909 apud BALINT, 1953, p.157)³⁰”

³⁰ No original: ‘Eintingen is here. Twice weekly, after dinner, He comes with me for walk and has his analysis during it.’

Safouan, por sua vez, afirma que as análises conduzidas por Freud nesse período possuíam ambições maiores que a simples demonstração da materialidade do inconsciente e da técnica da psicanálise:

Em torno de 1905, Freud começou a conduzir, com analistas, análises bem mais longas e de ambições terapêuticas maiores. Ele fazia variar a duração da análise e a parte de ensino teórico que ela comportava, segundo os desejos e as circunstâncias de cada aluno-analisante e segundo a natureza dos sintomas neuróticos com os quais lidava; em todo caso, sempre conservou suas didáticas completamente livres da interferência de regras administrativas e de considerações políticas. (SAFOUAN, 1985, p.16)

Destacamos os seguintes pontos da citação acima: 1) Freud, por volta de 1905, começou a conduzir análises com analistas com as características de serem *mais longas e de ambições terapêuticas maiores*; 2) Essas análises em questão comportavam, simultaneamente, interesses terapêuticos e de ensino; 3) O manejo dessas análises por Freud variava em função dos desejos, das circunstâncias e dos sintomas de seus analisantes; 4) As análises em questão não sofriam qualquer interferência institucional.

Vimos em capítulo anterior que a autoanálise provia Freud das observações diretas que, nas análises que conduzia, não possuíam o mesmo valor de constatação. Ainda em relação à autoanálise, apontamos para seus efeitos de formação, pois Freud retirava dela um ganho de saber sobre a dinâmica do inconsciente. Com a chegada dos primeiros interessados em aprender a psicanálise, destacamos a recomendação da autoanálise e a promoção de uma espécie de interpretação mútua, no sentido de que as formações do inconsciente de cada membro do grupo eram oferecidas à interpretação dos demais, proporcionando, por sua vez, contato com a realidade do inconsciente.

Nos trechos acima transcritos, Balint e Safouan apontam para uma mudança significativa na forma de Freud promover a formação psicanalítica de seus primeiros adeptos. O modelo da interpretação mútua, até então promovido nas reuniões mostrara uma série de impasses, estando entre eles o já mencionado mal-estar difuso gerado pela resistência psíquica e a disputa interna pela autoria das contribuições teóricas. Freud também percebeu que a indiscrição relativa ao compartilhamento das questões pessoais somada à arbitrariedade das interpretações dos outros membros e às querelas por destaque no interior do grupo inviabilizou a proposta de demonstrar a materialidade do inconsciente e promover um ganho

de saber através da interpretação mútua. Além disso, a autoanálise dos psicanalistas em formação - defendida inicialmente por Freud a fim de atingir os objetivos do convencimento sobre a realidade do inconsciente e do ganho de traquejo com o trabalho de interpretação e, posteriormente, para anular as resistências dos candidatos a psicanalistas – reproduziu os mesmos impasses encontrados por Freud em sua própria autoanálise.

Freud encontrou uma forma de contornar os impasses acima mencionados: promoveu, de forma individual e privada, longe das querelas grupais, a experiência do inconsciente através da análise pessoal. Embora o pai da psicanálise, segundo Safouan, já conduzisse análises com o intuito de formar psicanalistas desde 1905, ele somente veio a publicar um trabalho contendo a recomendação de análise pessoal para o psicanalista em formação em 1912, no artigo *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise*. De 1905 até 1912, vale lembrar, Freud apresentou trabalhos de relevo em que a autoanálise para o psicanalista em formação foi defendida sem qualquer menção à análise pessoal. Diante do fato, resta-nos uma pergunta: por que Freud, durante cerca de sete anos, empreendeu de forma discreta análises pessoais com fins de formação enquanto expunha publicamente seu posicionamento favorável à autoanálise?

A fim de respondermos essa questão, retomemos às primeiras análises conduzidas por Freud com fins de formação. Safouan afirma que a decisão dos primeiros psicanalistas de submeterem-se a essas análises surgia das dificuldades pessoais e dos entraves da atividade clínica, demonstrando, portanto, a dupla demanda de tratamento e de formação:

O ensino que se tira deste primeiro período é que quem quer que se interesse pela psicanálise, seja como ciência, seja como terapia, acaba muito provavelmente se dando conta de que a autoanálise não pode nem satisfazer sua curiosidade nem ajudá-lo em suas dificuldades pessoais, e, conseqüentemente, vê-se levado, por sua própria iniciativa, a solicitar uma análise pessoal a alguém que lhe pareça tanto conhecê-la um pouco mais quanto merecer sua confiança. (SAFOUAN, 1985, p.17)

O avanço de Freud se deu por ter percebido que o atendimento a essas demandas ocorreria de forma menos embaraçosa fora da esfera de influência dos grupos. Entretanto, esse trabalho possuía uma série de particularidades, conforme apontadas por Safouan. A primeira delas refere-se à duração e à ambição do tratamento. De acordo com o autor, as análises realizadas por Freud com o interesse do acréscimo da formação psicanalítica

duravam mais que as análises comuns. O motivo para a duração maior das análises com fins de formação, ainda segundo o autor, eram suas características de tratamento e de formação. Afora a questão do ensino que lhe está embutida, em que as análises de formação se diferenciavam das análises comuns?

No período em questão, Freud concebia o trabalho do psicanalista como a análise das resistências psíquicas do paciente, cujo objetivo era removê-las a fim de tornar consciente a ideia recalçada e seus derivados próximos. Nesse trabalho, o manejo da transferência, a suspensão de qualquer saber prévio através da “atenção flutuante” e o incentivo à associação livre por parte do paciente eram imprescindíveis. A tarefa do psicanalista, portanto, não se resumiria a uma aplicação de seus conhecimentos teóricos, pois o que estaria em jogo numa análise são as formas singulares assumidas pela resistência como empecilho à recordação consciente.

Cerca de sete anos após o início das análises com intuito de formação, Freud, no artigo técnico *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), chama atenção para o trabalho *sui generis* do psicanalista:

Assim como o paciente deve relatar tudo o que sua auto-observação possa detectar, e impedir todas as objeções lógicas e afetivas que procuram induzi-lo a fazer uma seleção dentre elas, também o médico deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo o que lhe é dito para fins de interpretação e identificar o material inconsciente oculto, sem substituir sua própria censura pela seleção de que o paciente abriu mão. (FREUD, 1912/1996, p.129)

Nesse trecho, Freud deixa claro que a contrapartida da regra fundamental da associação livre é a atenção flutuante por parte do analista, o que significa que ele deve abster-se de selecionar elementos da massa associativa do paciente. Dito de outra forma, ele sustenta que o analista precisa evitar a introdução de quaisquer tipos de pré-concepções no material associativo produzido pelo paciente. A fim de dirimir as dúvidas sobre os impasses trazidos pela interpretação doadora de sentido às associações do paciente, Freud completa que o analista “deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente (FREUD, 1912/1996, p.129)”.

Afastados os perigos “conscientes” da imposição de sentido à massa associativa do paciente, a análise pode encontrar outros, desta feita, provenientes da escuta “inconsciente” a qual Freud faz menção acima. Segundo o autor, o analista

(...) não pode tolerar quaisquer resistências em si próprio que ocultem de sua consciência o que foi percebido pelo inconsciente; doutra maneira, introduziria na análise nova espécie de seleção e deformação que seria muito mais prejudicial que a resultante da concentração da atenção consciente. (FREUD, 1912/1996, p. 129)

As mesmas resistências psíquicas inconscientes que limitam o acesso da ideia recalçada e de seus derivados à consciência, promovem, do lado do analista, uma escuta seletiva e deformadora das cadeias associativas do paciente. Freud chega a afirmar que o resultado da ação das resistências inconscientes do psicanalista é mais prejudicial que sua atenção focal consciente. No período em questão, a principal tarefa do psicanalista para Freud era realizar a análise das resistências, isto é, identificá-las para o paciente a fim de que este pudesse superá-las. Já tivemos a oportunidade de constatar que os processos de autoanálise e de interpretação mútua nos primeiros grupos psicanalíticos encontraram seus maiores impasses, cada qual a sua maneira, no fenômeno da resistência. Como anular as resistências psíquicas no analista já que os processos de autoanálise e de interpretação mútua, ao invés de contorná-las, findaram por recrudescê-las? No mesmo artigo de 1912, logo após afirmar que o analista deve anular suas resistências, Freud esclarece como: “Deve-se insistir, antes, que tenha passado por uma purificação psicanalítica e ficado ciente daqueles complexos seus que poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz (FREUD, 1912/1996, p. 129)”.

O que Freud denomina de “purificação psicanalítica” não é outra coisa que não a experiência do tratamento. Para Freud, a única forma de conduzir análises de forma a não interferir na produção associativa dos pacientes a partir de suas próprias resistências é anulá-las através da experiência do tratamento. É justamente por esse motivo que as primeiras análises freudianas com o objetivo de formação demoravam mais que as estritamente terapêuticas. Era preciso avançar para além do alívio do sofrimento psíquico ou mesmo da remissão dos sintomas para tornar o paciente-analista ciente de suas resistências, para, assim, promover a anulação destas.

Freud apostava tanto no esgotamento das resistências do analista que propôs em *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912) a utilização de um recurso complementar às análises de formação: a autoanálise.

Uma análise como esta, de alguém praticamente sadio, permanecerá incompleta como se pode imaginar. Todo aquele que possa apreciar o alto valor do autoconhecimento e aumento do autocontrole assim adquiridos continuará, quando ela terminar, o exame analítico de sua personalidade sob a forma de autoanálise (...) (FREUD, 1912/1996, p.130) .

Conforme podemos observar, Freud ainda não havia se desvencilhado completamente da autoanálise. Anteriormente, destacamos o fato de que o criador da psicanálise sustentava a utilização da autoanálise em seus trabalhos publicados enquanto, de forma privada, conduzia análises com fins de formação. Em *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910), defende a autoanálise como forma de atingir os mesmos resultados almejados através da análise pessoal no artigo técnico de 1912. Porém, há uma mudança significativa: enquanto no primeiro artigo a autoanálise é exposta como única forma capaz de promover a anulação das resistências do psicanalista, no segundo, Freud propõe a utilização da análise pessoal seguida pela autoanálise, que, por sua vez, daria continuidade ao trabalho de interpretação dos resíduos inconscientes. Uma justificativa plausível para a dupla utilização da análise pessoal e da autoanálise para a formação de psicanalistas é a de que a remissão dos sintomas do analisante-analista impõe um limite à análise, pois a demanda de cura, naturalmente, passa a estar ausente. É o término da ambição de cura na análise de formação que engendra o início da autoanálise. De certa forma, onde o tratamento termina, começa a autoanálise.

A posição freudiana acerca da necessidade de análise pessoal para o analista em formação não deixa de sofrer, como vimos anteriormente, a influência da criação da Associação Internacional de Psicanálise, cerca de dois anos antes. Embora Freud viesse, desde 1905, realizando suas análises de formação fora da burocracia institucional, atendo-se estritamente às demandas de seus analisantes-analistas, no artigo técnico *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), ele defende a adoção da análise pessoal como uma exigência a ser atendida pelo analista em formação e regulada pela instituição.

Enumero como um dos muitos méritos da escola de análise de Zurique terem dado ênfase aumentada a este requisito, e terem-no corporificado na exigência de que todos que desejem efetuar análise em outras pessoas terão de ser analisados por alguém com conhecimento técnico. (FREUD, 1912/1996, p.130)

Posteriormente, Freud modificará seu ponto de vista em relação às exigências institucionais aos analistas em formação. Contudo, naquele momento, tendo como interesses a diferenciação da psicanálise de outras práticas e a promoção da formação de psicanalistas, a ideia da exigência institucional de análise pessoal ao analista em formação pareceu-lhe razoável.

No mesmo parágrafo do artigo em questão, Freud, após a defesa da análise pessoal como uma exigência a ser imposta pela instituição psicanalítica, expõe, entre suas motivações, “a vantagem que deriva do contato mental duradouro que, via de regra, se estabelece entre o estudioso e seu guia (FREUD, 1912/1996, p. 130)”. Conforme se torna evidente, Freud, além de concordar com o controle institucional sobre o processo de formação do psicanalista, assente com o “contato mental duradouro”, uma espécie de tutela do “guia” (o analista) sobre seu “estudioso” (analista em formação). Como a psicanálise ainda buscava inserção nos meios médicos e científicos em geral, seria plausível estabelecer uma formação criteriosa de seu operador que estivesse sujeita ao controle institucional.

A questão é que Freud, mais uma vez, esteve tateando em terreno desconhecido, dessa feita, no campo da burocracia institucional. Conforme teremos a oportunidade de abordar adiante, Freud, ao perceber os rumos clínicos, teóricos e políticos proporcionados pelo “contato mental duradouro” acima citado no interior das instituições psicanalíticas, reverá sua oposição de credulidade em relação às instituições psicanalíticas.

No próximo tópico, veremos que as concepções freudianas relativas à experiência do inconsciente para o psicanalista em formação continuarão sofrendo a influência dos rumos político – institucionais da psicanálise. Segundo essa perspectiva, abordaremos o processo de formalização de Freud, no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), dos elementos fomentadores da formação do psicanalista.

3.3. A formalização do tripé de formação do psicanalista

No tópico anterior, acompanhamos as mudanças das concepções freudianas acerca dos objetivos e das características da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação. Apontamos o fato de que Freud manteve, de forma simultânea, duas posições distintas em relação ao fomento da formação do psicanalista através da experiência do inconsciente: a condução, a partir de 1905, de análises com fins de formação sem qualquer inserção institucional e segundo as necessidades do analisante e, conforme o movimento psicanalítico se expandia, no esteio de sua institucionalização crescente, o recrudescimento paulatino das recomendações e das exigências relativas à autoanálise e à análise pessoal.

Com o intuito de distinguir a psicanálise de outras práxis, Freud e alguns de seus adeptos de Viena e Zurique fundam em 1910 a IPA, a Associação Internacional de Psicanálise.

Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar: “Todas essas tolices nada tem que ver com a análise; isto não é psicanálise”. (FREUD, 1914/1996, p.52)

Além da distinção da psicanálise de outras práxis, Freud pretendia que a IPA formasse psicanalistas, garantisse essa formação e também servisse de espaço de interlocução e apoio mútuo:

Nas sessões dos grupos locais (que reunidos constituiriam a associação internacional) seria ensinada a prática da psicanálise e seriam preparados médicos, cujas atividades recebiam assim uma espécie de garantia. Além disso, visto que a ciência oficial lançara um anátema solene contra a psicanálise e tinha declarado um boicote contra médicos e instituições que a praticassem, achei que seria conveniente os partidários da psicanálise se reunirem para uma troca de ideias amistosas, e para apoio mútuo. (FREUD, 1914/1996, p.52)

No entanto, no momento da fundação da IPA, a questão da formação do psicanalista ainda estava em posição secundária em relação a outras questões. Os dispositivos institucionais destinados a sua fomentação só tornaram-se objetos de discussão posteriormente. O que estava em jogo nesse período da história da psicanálise eram sua

construção, sobrevivência e expansão. Porém, devemos destacar que a criação de uma instituição com as características da IPA, ou seja, centralizadora, burocratizada e com poder de inserção em alguns meios outrora inalcançáveis, foi condição imprescindível para a constituição de um sistema de formação do psicanalista.

Embora já houvesse a ideia da necessidade do percurso da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação desde a autoanálise freudiana, ainda nos primórdios da psicanálise, as primeiras exposições detidas sobre o assunto só ocorreram nos trabalhos *Cinco Lições de Psicanálise* (1909) e *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910). É digno de nota o fato de que os dois trabalhos mencionados, cujas elaborações não estão livres da influência dos rumos tomados pelo movimento psicanalítico, tratam do tema da formação do psicanalista de forma apenas secundária. O fato engendra uma questão: qual seria a causa do aparente descaso inicial com o tema da formação do psicanalista em Freud e na IPA?

Entre 1910 e 1914, período que compreende a criação da IPA e a expansão inicial do movimento psicanalítico pelo mundo, Freud escreveu uma série de artigos dedicados aos aspectos técnicos da psicanálise. Nos artigos em questão, Freud deixa patente que a clínica psicanalítica não se constitui como uma série de procedimentos técnicos rígidos, passíveis de serem dispostos num manual. Abordaremos adiante os efeitos da impossibilidade de um manual técnico para a formação do psicanalista. No momento, apontamos para o fato de que Freud pretendia com seus artigos técnicos, escritos logo após a criação da IPA, o estabelecimento de princípios norteadores para a clínica psicanalítica, de forma a impedi-la transformar-se numa série de procedimentos rígidos, sem qualquer relação com seu princípio fundamental: a singular experiência do inconsciente.

Na ocasião, Freud combatia em dois *fronts* distintos: o externo e o interno. No *front* externo, dando prosseguimento à metáfora militar, os inimigos eram, principalmente, o meio médico e os círculos acadêmicos, que insistiam em incutir na psicanálise a pecha de uma práxis charlatã e depravada. A IPA surgiu, conforme assinalamos anteriormente, como uma possibilidade de sobrevivência e expansão da psicanálise diante dessas ameaças. A IPA, que por um lado defendia a psicanálise dos ataques externos, transformou-se, rapidamente, no *front* interno de Freud. Desde o início das adesões, Freud percebeu que uma das formas de resistência à psicanálise era a triagem de certos pontos da teoria e do tratamento, de forma que aquilo que soasse como desagradável fosse abandonado, enquanto os pontos aceitos

permaneciam destacados e utilizados. Todavia, a resistência interna não se resumia à opção de ignorar determinados pontos. Mais do que isso, não foram raros os casos em que a expressa rejeição de um determinado elemento técnico ou teórico promoveu novos conceitos e manejos.

Para Freud, o problema não residia no caráter de novidade, pois ele sempre tratou, de forma explícita, seus conceitos como construções provisórias, sendo, portanto, substituíveis por outros melhores, mas no fato de que os fundamentos da teoria e da clínica que caracterizavam a psicanálise enquanto tal eram substituídos por outros. Vimos no primeiro capítulo como essa preocupação do criador da psicanálise ecoou na obra de Lacan através da crítica aos rumos da clínica e da formação do psicanalista na IPA.

Freud não demora a perceber que a preservação da integridade da experiência e da teoria psicanalíticas, bem como a formação de psicanalistas de acordo com seus princípios seriam sacrificadas, de alguma forma, em função dos desdobramentos políticos da psicanálise e sua expansão enquanto movimento organizado. Apenas quatro anos depois da fundação da IPA, Freud afirma com um tom melancólico:

Isso, e nada mais, foi o que esperava alcançar com a fundação da ‘Associação Psicanalítica Internacional’. Mas tudo leva a crer que era querer demais. Do mesmo modo que os meus adversários iriam descobrir que não era possível lutar contra a corrente do novo movimento, assim também eu acabaria percebendo que este não seguiria a direção que eu desejava vê-lo seguir. (FREUD, 1914/1996, p.52)

O aparente descaso com a questão da formação do psicanalista nos momentos iniciais da IPA se deve ao fato de que Freud estava interessado, fundamentalmente, na formalização dos princípios da clínica psicanalítica a fim de preservá-la de uma série de desvios que a ameaçavam. Defendida a psicanálise das ameaças externas e internas através das elaborações sobre a técnica e do estabelecimento dos fundamentos da clínica, Freud poderia dedicar-se à abordagem da formação de seu operador, o psicanalista.

Em relação à formação do psicanalista, sua ausência das pautas de discussão da IPA perdurou, salvo algumas referências sem maior repercussão, durante cerca de uma década. Segundo Millot (1976), a situação começou a modificar-se no ano de 1918, quando Herman Numberg, em Congresso da IPA em Budapeste, expressou a ideia de que todo analista em formação deveria passar por uma análise. A sugestão da exigência pela instituição da análise

peçoal do candidato a psicanalista não era nenhuma novidade no movimento psicanalítico. Como mencionamos anteriormente, Freud, em 1912, no artigo *Recomendações aos médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), já havia feito uma referência à análise pessoal do psicanalista em formação como uma exigência da escola de Zurique.

A escola de Zurique, apoiada por Freud, já impunha a análise pessoal ao psicanalista em formação há pelo menos seis anos antes da adoção dessa exigência por parte da IPA. A diferença fundamental entre as exigências na escola de Zurique e, posteriormente, na IPA é o fato de que nesta a oferta da análise pessoal passou a seguir rígidos critérios burocráticos, que articulavam a experiência do inconsciente ao ensino e à supervisão clínica, constituindo, assim, um sistema de formação fechado.

Vimos no primeiro capítulo que Balint (1947) faz a constatação de que o sistema de formação de psicanalistas criado pelo Instituto Psicanalítico de Berlim em 1920 e logo assimilado por outras instituições afiliadas à IPA tornou-se alvo de reflexão teórica somente depois de duas décadas de aplicação, logo após a segunda guerra mundial. No artigo *Sobre o Sistema de Formação Psicanalítica* (1947)³¹, Balint aponta para dois sintomas na formação de psicanalistas nas instituições afiliadas à IPA: a intrigante ausência de produção escrita por parte dos analistas-didatas e o aspecto dogmático dos regulamentos e das técnicas envolvidos no processo de formação.

Em 1919, um ano antes da criação do burocrático sistema de formação de psicanalistas pelo Instituto Psicanalítico de Berlim, Freud publica o artigo *Sobre O Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919). Este sucinto, porém fundamental trabalho de Freud, escrito no contexto de uma agitação dos estudantes de medicina da Universidade de Budapeste em virtude da inserção da psicanálise no currículo do curso, examina a conveniência da inserção da psicanálise na universidade de acordo com dois pontos de vista, o da psicanálise e o da universidade. Embora a formação do psicanalista não seja o escopo principal do trabalho, Freud examina o tripé por ele proposto como constituinte do processo – a análise pessoal, o ensino e a supervisão – não sob a ótica da burocracia institucional, mas segundo os princípios da psicanálise.

É digno de observação o fato de que nesse texto freudiano uma maior atenção é concedida ao papel da psicanálise na formação do médico, enquanto a formação do

³¹ No original: *On the Psychoanalytical Training System*.

psicanalista propriamente dita recebe apenas um parágrafo. Contudo, este parágrafo contém as linhas gerais dos elementos fomentadores da formação psicanalítica.

(...) o que ele necessita, em matéria de teoria, pode ser obtido na literatura especializada e, avançando ainda mais, nos encontros científicos das sociedades psicanalíticas, bem como no contato pessoal com os membros mais experimentados dessas sociedades. No que diz respeito à experiência prática, além do que adquire com a sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão e orientação de psicanalistas reconhecidos. (FREUD, 1919/1996, p.187)

No trecho acima, Freud divide a formação do psicanalista em dois tipos de aquisição: a teórica e a prática. A aquisição teórica é proporcionada pela literatura, encontros científicos e, por fim, atividade de ensino por parte dos membros “mais experimentados”. A aquisição da experiência prática se dá com a análise pessoal e com a condução de tratamentos supervisionados. Observamos, então, o ensino compondo o pólo teórico da formação e a análise pessoal e a supervisão fazendo parte do pólo prático. Nesse pequeno parágrafo, Freud estabelece, pela primeira vez, os elementos componentes do tripé de formação do psicanalista. Na realidade, Freud apenas expõe a composição do tripé de formação do psicanalista sem construir uma elaboração teórica exaustiva a respeito de cada elemento. Há, no entanto, um princípio que norteia essa composição feita por Freud: a íntima articulação entre os pólos teóricos e práticos.

De acordo com seu ponto de vista, a finalidade do ensino da psicanálise para as universidades é apenas a de uma introdução para os estudantes das ciências humanas. Em relação aos estudantes de psiquiatria (não havia ainda o curso autônomo de psicologia), esse estudo possibilita certa familiarização com os fenômenos psíquicos, posto que a universidade não possui condições de proporcionar ao estudante a experiência do tratamento psicanalítico. É importante sublinhar que Freud não esperava mais da universidade do que o fornecimento introdutório da teoria e uma familiarização com os fenômenos psíquicos. Ele sabia da precariedade desses cursos universitários quanto à transmissão da psicanálise:

Esse menino, na verdade, só pode ser ministrado de maneira dogmática e crítica, por meio de aulas teóricas; isso porque essas aulas permitirão apenas uma oportunidade muito restrita de levar a cabo experiências ou demonstrações práticas. Para finalidades de pesquisa, seria suficiente que os professores de psicanálise tivessem acesso a um departamento hospitalar de clientes externos, que suprisse o material necessário, no que diz respeito a pacientes neuróticos. (FREUD, 1919/1996, p. 189)

Segundo o autor, o ensino teórico possui caráter dogmático devido às restritas possibilidades de demonstração prática. Além disso, para fins de pesquisa, seria necessária a condução de tratamentos. Conforme abordamos anteriormente, Freud estabelece, desde o início da psicanálise, a necessidade de manter a teoria referenciada por seu campo empírico de origem. Para Freud, a aquisição teórica só é possível no ato de pesquisa, que, por sua vez, coincide com a experiência do inconsciente.

No artigo em questão, escrito para um público ainda não familiarizado com a psicanálise, Freud apenas salienta a necessidade da experiência do inconsciente para efeito de pesquisa. As elaborações teóricas anteriores sobre a análise pessoal para o psicanalista em formação, que propunham a análise das resistências do futuro psicanalista, foram, em função dos objetivos do artigo, ignoradas. O que estava em jogo era a demonstração de que a formação psicanalítica não encontra na universidade, por suas características, um cenário favorável. Cerca de um ano depois da criação do primeiro sistema de formação da IPA, baseado em exigências meramente burocráticas, sem qualquer relação com os princípios norteadores da psicanálise, Freud expõe o tripé de formação do psicanalista, a articulação entre seus elementos componentes e o papel de destaque da análise pessoal no processo. Mencionamos anteriormente que uma das finalidades dos chamados artigos técnicos de Freud era a preservação dos fundamentos da clínica psicanalítica diante de práticas cada vez mais distantes de seus princípios e que reivindicavam o nome de psicanálise. De certa forma, a exposição freudiana da impossibilidade de formação psicanalítica na universidade, portanto, num cenário institucional de natureza burocrática, pode ser entendida como uma antecipação aos excessos de regulamentação, inclusive sobre a análise pessoal, adotados pela IPA. Mais uma vez, Freud parece chamar a atenção para a coerência com os fundamentos da psicanálise.

Neste capítulo, abordamos as primeiras recomendações de análise para o psicanalista em formação, do funcionamento do Grupo das Quartas-Feiras ao artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), onde Freud sistematiza a composição do tripé de formação do psicanalista. No próximo capítulo, acompanharemos as recomendações

posteriores à criação do sistema de formação de psicanalistas do Instituto Psicanalítico de Berlim, feitas em consonância com os novos paradigmas teóricos da segunda tópica.

CAPÍTULO 4: O DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO DA EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE PARA O PSICANALISTA EM FORMAÇÃO A PARTIR DA SEGUNDA TÓPICA.

Nas páginas seguintes, retomaremos o desenvolvimento freudiano da questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação a partir da segunda tópica e dos desdobramentos do conceito de pulsão de morte. Este conceito, como veremos, proporcionou modificações dos objetivos do tratamento psicanalítico que se refletem na abordagem freudiana referente à experiência do inconsciente. As recomendações de Freud do período em questão também são influenciadas por algumas circunstâncias do movimento psicanalítico, como a criação do sistema de formação de psicanalistas da IPA em 1920, a crescente pressão dos círculos médicos pelo monopólio da psicanálise e as discordâncias teóricas com alguns psicanalistas, entre eles, Ferenczi.

4.1. A questão da análise leiga

Mencionamos no capítulo anterior que Freud escreveu o artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919) por ocasião de um levante estudantil contra a inserção da psicanálise no currículo do curso de medicina da Universidade de Budapeste. Novamente em virtude de um conflito, dessa vez a acusação de charlatanismo promovida pelo estado austríaco contra Theodor Reik, psicanalista de formação não médica, Freud elabora um trabalho, *A Questão da Análise Leiga* (1926). O artigo em questão foi escrito na forma de um diálogo hipotético entre Freud e um personagem fictício, a “Pessoa Imparcial”, cujos questionamentos sobre a psicanálise e a necessidade ou não de uma formação médica para o psicanalista são respondidos pelo autor de forma a contemplar as particularidades da clínica psicanalítica, do trabalho e da formação de seu operador, o psicanalista.

A defesa freudiana da prática da psicanálise por não médicos não se restringe ao contexto do processo promovido pelo estado austríaco. No interior de algumas instituições psicanalíticas européias e, principalmente, dos Estados Unidos da América, havia a pressão exercida pelos próprios psicanalistas de transformar a psicanálise numa prática restrita aos médicos. Em relação aos partidários da formação médica prévia para o psicanalista, Freud escreve o seguinte:

O curso do desenvolvimento deles tem sido diferente do meu, eles ainda não se sentem à vontade em seu isolamento dos colegas, gostariam de ser aceitos pela ‘profissão’ como tendo plenos direitos, e estão preparados, em troca, por essa tolerância, para fazer um sacrifício num ponto cuja importância vital não lhes é evidente. (FREUD, 1926/1996, p. 230)

O sacrifício ao qual Freud faz menção no trecho acima não é a mera restrição da prática da psicanálise aos médicos devido a pressões corporativistas ou mesmo político-institucionais, mas a possível assimilação da psicanálise pela medicina: “(...) não consideramos absolutamente conveniente para uma psicanálise ser devorada pela medicina e encontrar seu último lugar de repouso num livro de texto de psiquiatria sob a epígrafe ‘Métodos de Tratamento’ (FREUD, 1926/1996, p. 238).”

Em *A Questão da Análise Leiga* (1926), Freud faz uma longa exposição das especificidades que fazem da psicanálise uma práxis de natureza distinta da médica. É justamente em função das diferenças entre as práxis psicanalíticas e médicas que Freud sustenta que a clínica psicanalítica requer uma formação específica de seu operador. Mas, como Freud concebe, no artigo em questão, a formação do psicanalista e, principalmente, o papel da experiência do inconsciente nela?

Antes de abordarmos os meios pelos quais alguém se torna psicanalista, perguntamos: quais são as qualificações necessárias a um psicanalista? Para Freud,

(...) qualquer um que tenha sido analisado, que tenha dominado o que pode ser ensinado em nossos dias sobre a psicologia do inconsciente, que esteja familiarizado com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, a arte da interpretação, de combater as resistências e de lidar com a transferência – qualquer um que tenha realizado tudo isso *não é mais um leigo no campo da psicanálise*. (FREUD, 1926/1996, p.220)

As qualificações necessárias ao psicanalista às quais Freud faz menção no trecho acima transcrito não se referem, como podemos observar, à pessoa do psicanalista, mas sim à sua atividade. Para Freud, deixa de ser leigo quem consegue efetivar um tratamento psicanalítico de acordo com seus princípios. Nessa perspectiva, são fundamentais os aspectos técnicos envolvidos no trabalho psicanalítico e que devem ser aprendidos pelo psicanalista em formação, que são a “arte da interpretação”, o combate às resistências e a lida com a transferência.

No trabalho sobre a análise dita leiga, Freud aborda o trabalho de interpretação no bojo da resposta a uma hipotética intervenção do personagem “Pessoa Imparcial”, que atribui ao recurso técnico em questão a pecha de ser uma ação arbitrária, estando sujeita, portanto, aos caprichos subjetivos do psicanalista. Utilizando uma metáfora, Freud afirma para seu interlocutor imaginário que a massa associativa do paciente é como o minério, do qual o metal precioso almejado deve ser extraído. Em outros termos, a prática da regra fundamental da associação livre por parte do paciente, realizada sob os efeitos da transferência, produz derivados do recalado, que, através do trabalho de interpretação, são “extraídos” do resto da fala do paciente pelo psicanalista. Segundo Freud, o psicanalista está em condições de apontar para o paciente a cadeia associativa que se encontra mais próxima do núcleo do recalado e, dessa forma, auxiliar no processo de transformação do que é inconsciente em consciente.

Freud sustenta que a “autodisciplina” e o “conhecimento” garantem à interpretação do psicanalista independência de suas características pessoais: “Quando o senhor atingiu certo grau de autodisciplina e possui certo conhecimento à sua disposição, suas interpretações serão independentes de suas características pessoais e atingirão o alvo (FREUD, 1926/1996, p. 212).”

Conforme podemos observar acima, a interpretação psicanalítica, desde que sob determinadas condições, não se trata de um ato arbitrário, podendo ser independente das características pessoais do psicanalista. Mas, como adquirir a “autodisciplina” e o “conhecimento” necessários para a interpretação isenta?

Não estou afirmando que a personalidade do analista seja uma questão de indiferença para essa parte da tarefa dele. Uma espécie de agudeza em ouvir o que está inconsciente e reprimido, que não está na posse igualmente de todos, tem seu papel a desempenhar. E aqui, antes de tudo, somos levados à obrigação do analista tornar-se capaz, por uma profunda análise dele próprio, da recepção sem preconceitos do material analítico (FREUD, 1926/1996, p.212).

O trecho acima explicita o ponto em que o trabalho de interpretação se articula com a formação do psicanalista, mais precisamente com a análise pessoal com efeitos de formação. Conforme Freud deixa evidente, o trabalho de interpretação não requer a anulação da pessoa do psicanalista, posto que impossível, “mas uma espécie de agudeza em ouvir o que está inconsciente e reprimido (FREUD, 1926/1996, p.212)”. A “agudeza” a qual Freud se refere só pode ser adquirida na experiência com o próprio inconsciente através da análise pessoal.

Em outros trabalhos, Freud menciona a possibilidade de familiarização com o funcionamento do inconsciente através da autoanálise e/ou da análise pessoal. No artigo de 1926, ele retoma o fomento, pela via de uma “profunda” análise pessoal, do ganho de traquejo com as formações do inconsciente, elemento necessário ao psicanalista no exercício de sua função. A diferença fundamental da abordagem do assunto no artigo sobre a análise dita leiga e nos demais trabalhos é que Freud, no primeiro, não se limita a recomendar a experiência do inconsciente para o psicanalista em formação com uma breve justificativa, mas articula de forma detida sua proposição com os fundamentos da clínica psicanalítica.

Abordamos no capítulo anterior as ambições freudianas de anulação das resistências psíquicas no psicanalista através da experiência do inconsciente. Os trabalhos teóricos de Freud que levantamos em nossa análise, *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) e *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), circunscreveram o problema da resistência do psicanalista num momento teórico distinto do artigo *A Questão da Análise Leiga* (1926), escrito logo após o estabelecimento da segunda tópica. Das concepções anteriores sobre o fenômeno da resistência, caracterizado como uma força que se opõe ao avanço do trabalho associativo do paciente, permanecem no artigo de 1926 o “lucro secundário da doença” e a proximidade, na cadeia associativa, do núcleo do recalado.

No artigo sobre a análise leiga, Freud utiliza sua nova construção teórica do aparelho psíquico e aponta para a existência de outros fatores para a resistência psíquica: o “sentimento de culpa inconsciente”, ação rigorosa da instância psíquica do supereu sobre a instância do eu, e as “resistências do isso”, compreendidas como uma espécie de inércia pulsional diante de novos caminhos para a satisfação possibilitados pelo tratamento psicanalítico. O supereu, como afirma o autor, “(...) pode confrontar-se o ego e tratá-lo como um objeto; e ele muitas vezes o trata com grande aspereza (FREUD, 1926/1996, p.215)”. Dessa forma, o sujeito encontra no sintoma uma forma de expiar suas culpas, resistindo, portanto, à cura. As “resistências do isso”, por sua vez, correspondem às formas inflexíveis do sujeito encontrar satisfação pulsional. De acordo com Freud, “(...) é provável que haja dificuldades se se esperar que um processo instintual que tenha seguido um caminho específico durante décadas de súbito siga uma nova trilha que acabe de ser aberta para ele (FREUD, 1926/1996, p.216)”. Conforme abordamos no primeiro capítulo, a idéia de uma inércia relativa aos aspectos econômicos da pulsão assume para Ferenczi (1927) papel fundamental em sua abordagem

sobre a formação do psicanalista, feita logo após a publicação do artigo de Freud sobre a análise leiga. No próximo tópico, abordaremos o tratamento dado pelo criador da psicanálise às formulações de Ferenczi relativas ao assunto.

Em *A Questão da Análise Leiga* (1926), Freud retoma a ideia do manejo da transferência por parte do psicanalista como elemento capaz de induzir o paciente a superar suas resistências. Dessa forma, o manejo da transferência torna-se a tarefa mais exigente para o psicanalista. Mas, como Freud concebe a transferência no momento teórico em questão e quais são seus reflexos para a formação do psicanalista? Mantendo as concepções apresentadas nos artigos técnicos escritos uma década antes, o mestre vienense afirma que a transferência coincide com a repetição - que inclui em sua trama a figura do psicanalista - de uma série de clichês estereotípicos inconscientes apresentados pelo paciente no decorrer de sua vida. “Assim, o que ele está mostrando é o núcleo da história íntima de sua vida: ele o está reproduzindo de forma tangível, como se ele realmente estivesse acontecendo, em vez de recordar-se dele (FREUD, 1926/1996, p.218)”.

Os clichês inconscientes reproduzidos pelo paciente, que incluem a figura do psicanalista, e, por consequência, seu próprio tratamento, exigem formas de manejo singulares, portanto, imprevisíveis para qualquer manual técnico. Diante do fato, a principal pergunta para o psicanalista é como fazer a transferência trabalhar a favor do tratamento. A esse respeito, Freud comenta: “A única saída possível da situação de transferência é remontá-la ao passado do paciente, como ele realmente a experimentou ou como ele a imaginou através da atividade realizadora de desejos de sua imaginação (FREUD, 1926/1996, p. 219).”

Fazer a transferência influir positivamente no tratamento requer que o psicanalista não ignore sua existência como uma produção fantasiosa, deslocada da realidade do paciente, como pretende Ferenczi. Pelo contrário, os sentimentos hostis ou amorosos dirigidos ao psicanalista devem ser levados em conta e manejados, dentro do princípio de abstinência, de forma a permitirem a transformação do conteúdo inconsciente em consciente.

Freud afirma que a experiência do inconsciente – autoanálise e/ou análise pessoal - é imprescindível para que o psicanalista em formação possa anular suas próprias resistências de modo a não interferir no curso associativo do paciente. O mesmo percurso da experiência do inconsciente é defendido, como forma de precaução, para o fenômeno denominado “contratransferência”. Em *As Perspectivas Futuras da Psicanálise* (1910), Freud, assim, define a contratransferência: “Tornamo-nos cientes da ‘contratransferência’, que, nele, surge

como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes (...) (FREUD, 1910/1996, p. 150)”. Esse “resultado da influência do paciente sobre os sentimentos inconscientes” do psicanalista, da mesma forma que as resistências do analisante, pode inviabilizar o tratamento psicanalítico. No mesmo parágrafo, Freud afirma que “(...) nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas (FREUD, 1910/1996, p. 150)” e que a autoanálise é o remédio indicado para livrar o psicanalista daquilo que porventura possa inviabilizar suas análises.

Vimos no primeiro capítulo como Balint articula a noção de contratransferência aos impasses do tratamento psicanalítico e à demanda pelas chamadas “análises pós-didáticas³²”. No trabalho intitulado *Formação Psicanalítica e Análise Didática* (1953)³³, o autor afirma que a partir da década de 1920 os analistas passam a notar que suas breves análises didáticas, realizadas com o intuito de demonstrar a materialidade do inconsciente e fornecer um primeiro contato com a técnica da psicanálise, não os preparavam para a contratransferência. Esse fato ensejou o que o autor denominou “epidemia de migração dos analistas sênior³⁴”, que consistiu na saída dos analistas de seus grupos psicanalíticos originais em busca de análises pós-didáticas.

As análises pós-didáticas, realizadas fora das exigências burocráticas das instituições, tinham como principal objetivo avançar para além da simples demonstração da materialidade do inconsciente e da técnica da psicanálise até os atributos pessoais do analista. Dessa forma, os sentimentos despertados pelo paciente no analista não surgiram na análise como obstáculos, mantendo, portanto, a “objetividade” do manejo clínico. Balint afirma que a emigração em busca de uma solução para os impasses da contratransferência só foi estancada com a adoção das proposições de Ferenczi de uma “superterapia³⁵” para o analista em formação.

De acordo com o que podemos observar até então, a exposição de Freud sobre o papel da experiência do inconsciente na formação do psicanalista não segue uma linearidade. Nas primeiras referências freudianas à experiência do inconsciente em *Cinco Lições de Psicanálise* (1909) e *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) – distantes pelo espaço de tempo de apenas seis meses -, Freud defende inicialmente que o objetivo da

³² No original: *post-training analysis*.

³³ No original: *Analytic Training and Training Analysis*

³⁴ No original: *epidemic of migrating senior analysts*.

³⁵ No original: *supertherapy*.

experiência do inconsciente seria o de proporcionar convicção sobre a realidade do inconsciente e, no segundo trabalho, faz referência aos atributos pessoais do analista. Em *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), volta a referir-se, embora de forma menos enfática, aos atributos pessoais do analista para, nos artigos posteriores, retornar aos primeiros objetivos concedidos à experiência do inconsciente, que são possibilitar contato com a materialidade do inconsciente e obter algum traquejo com a técnica da psicanálise.

Retornando à questão da contratransferência, no artigo *Observações Sobre o Amor Transferencial* (1915[1914]), Freud recomenda que o psicanalista não considere como “encantos de sua própria pessoa (FREUD, 1915[1914]/1996, p.178)” os sentimentos amorosos oriundos da situação transferencial. A observação de Freud deixa evidente o fato de que os sentimentos transferenciais não se devem aos atributos pessoais do psicanalista, mas à sua função específica no tratamento. É nesse sentido que a chamada contratransferência surge como possível obstáculo à análise, pois retira o psicanalista de sua função, que é a de promover o tratamento psicanalítico, e o coloca na posição de um mero interlocutor. Para Freud, a recomendação da experiência do inconsciente a fim de aplacar os efeitos da contratransferência não significa, já que impossível, uma exclusão dos aspectos subjetivos do psicanalista em sua escuta clínica, mas sim uma suspensão dos mesmos. O intuito é permitir a efetivação da associação livre, que, em outros termos, se trata da única forma possível de apreciação das idiossincrasias do inconsciente.

Lacan, conforme vimos no primeiro capítulo, inicia a *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola* (1967) anunciando seus objetivos: “vamos tratar de estruturas asseguradas na psicanálise e de garantir sua efetivação no psicanalista (LACAN, 1967/2003, p.248)”. Dito de outra forma, Lacan examina a questão da formação do psicanalista à luz das “estruturas asseguradas na psicanálise”. O que está em jogo para o autor francês é o fato de que o analista é aquele que empreende análises, sendo, portanto, fundamental estabelecer os princípios do tratamento psicanalítico para, só a partir daí, cotejar o fomento da formação do psicanalista.

Possibilitar aos analistas as condições para a efetivação do tratamento psicanalítico também consistia nos objetivos dos pós-freudianos. Entretanto, de forma distinta dos chamados pós-freudianos, Lacan contorna a noção de contratransferência com a postulação de uma passagem, ao fim da análise, do sujeito de analisante à analista. Essa passagem, que pode ser compreendida como a travessia da fantasia fundamental, permite que o sujeito constate a

inconsistência do Outro e possa ocupar a função de analista, suportando o objeto causa de desejo para o analisante.

O desejo do psicanalista surgido ao fim da análise consiste no desejo que se coloca ao analisante como uma incógnita. Nesse sentido, o analista, ao operar a análise pela via de um desejo “mudo”, que não fornece significantes com o intuito de representar o sujeito, passa ao largo da noção de contratransferência, que aponta para os atributos pessoais do psicanalista. De certa forma, Lacan substitui, com o conceito de desejo do psicanalista, os atributos pessoais do analista pela função do psicanalista.

Retornemos a Freud. No período do artigo sobre a análise leiga, a interpretação, o combate às resistências e o manejo da transferência possuem como função primordial permitir que o paciente produza associações de forma a possibilitar a transformação do conteúdo inconsciente em elaborações conscientes. Os elementos técnicos em questão visam, fundamentalmente, à efetivação do tratamento psicanalítico através do respeito a sua regra fundamental: a associação livre. Diante disso, a formação de um psicanalista é o percurso pelo qual ele adquire as qualificações necessárias para permitir que análises ocorram.

Não deixa de ser interessante mencionar a impaciência do interlocutor fictício de Freud diante da ausência de uma resposta direta a sua insistente pergunta: “como alguém se torna psicanalista?” Já assinalamos o fato de que Freud propõe responder a essa questão de forma a não restringir a formação do psicanalista a um conjunto de postulados burocráticos. Pelo contrário, vimos que o autor insere sua resposta nas formulações sobre as especificidades da práxis psicanalítica, contemplando a formação do psicanalista de acordo com a teoria e, principalmente, com as exigências da clínica da psicanálise. Segundo o mestre vienense, a formação do psicanalista não possui qualquer *a priori* institucional ou corporativo, como estabelecem os defensores do monopólio médico da psicanálise.

Entretanto, a impossibilidade de promover a formação do psicanalista a partir de critérios burocráticos apartados das especificidades da práxis psicanalítica se aplica também à aquisição teórica estrita. Embora seja componente do tripé de formação do psicanalista formulado em *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), o estudo teórico fora do eixo da experiência do inconsciente, como atesta Freud, não produz nenhum efeito de formação.

Quando ministramos aos nossos alunos instrução teórica em psicanálise, podemos ver quão pouca impressão lhes estamos causando, para começar. Eles absorvem as teorias da análise tão friamente quanto outras abstrações com as quais são alimentados (FREUD, 1926/1996, p. 194).

Segundo Freud, o ensino estrito da teoria psicanalítica peca por apartar o conteúdo transmitido de sua condição de fomentação, isto é, a experiência do inconsciente. Em outros termos, Freud sustenta que a teoria só pode ser apreendida quando submetida ao campo empírico que a originou, caso contrário, ela não passaria de uma espécie de “abstração qualquer”.

(...) exigimos que todo aquele que quiser praticar a análise em outras pessoas se submeta ele próprio a uma análise. É somente no curso dessa ‘auto-análise’ (como é comumente denominada), quando eles realmente têm a experiência de que sua própria pessoa é afetada (...) pelos processos afirmados pela análise, que adquirem as convicções pelas quais são ulteriormente orientados como analistas. (FREUD, 1926/1996, p. 194)

De acordo com o trecho acima transcrito, Freud afirma que a “autoanálise” – descrita numa nota de rodapé acrescentada posteriormente como a análise pessoal – possui duas funções específicas: demonstrar ao analista em formação os processos afirmados pela análise e gerar convicção em relação à existência do inconsciente e desses mesmos processos.

Essa forma de conceber os objetivos da análise de formação, denominada por Balint (1953) de “demonstração” atravessa todo o percurso de Freud, das primeiras referências em *A Interpretação dos Sonhos* (1900) ao artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937). Foi com o intuito de possibilitar a aquisição por parte dos leitores da “convicção” que adquiriu na clínica e na própria autoanálise que Freud apresentou suas descobertas através de trabalhos que tratavam de fenômenos comuns a todos como os sonhos, os lapsos e os chistes.

Jorge (2006), traçando um paralelo com o conceito lacaniano de “travessia da fantasia”, utiliza o termo “travessia da teoria” para definir o processo pelo qual o analista abre mão das “abstrações teóricas” da psicanálise e empreende a construção de uma inteligibilidade teórica para a clínica a partir de sua própria experiência com o inconsciente. Segundo o autor, a travessia da teoria

(...) é igualmente uma fantasia que tenta dar sentido ao não-senso do real da experiência psicanalítica. Ao mesmo tempo, possibilita um acesso ao real da experiência por meio da produção de uma articulação simbólico-imaginária sobre essa experiência (JORGE, 2006, p.102).

Nessa perspectiva, a proposição freudiana da análise de formação com o objetivo de fornecer convicção ao analista consiste num percurso com sentido retroativo, que se inicia nas abstrações teóricas da psicanálise e termina em suas condições de fomento. O resultado desse percurso é a reconstrução da teoria psicanalítica a partir da apreensão subjetiva do real da clínica.

No próximo tópico, veremos como Freud concebe a experiência do inconsciente para o psicanalista em formação no artigo *Análise Terminável e Análise Interminável* (1937), que trata, fundamentalmente, das questões trazidas por Ferenczi no artigo *O Problema do Fim da Análise* (1927).

4.2. A interminável formação do psicanalista

No tópico anterior, analisamos a questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação da forma em que se apresenta no artigo *A Questão da Análise Leiga* (1926), trabalho dedicado a explorar os aspectos divergentes entre as práticas médicas e psicanalíticas, bem como seus reflexos nas formações de seus respectivos operadores. Nas próximas páginas, veremos a elaboração feita por Freud da questão da experiência do inconsciente no artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937), obra cujo escopo principal, conforme o título sugere, é o término do tratamento analítico. É conveniente destacarmos que esta obra, que enfatiza os desdobramentos econômicos da pulsão de morte para o processo psicanalítico, traz a mais extensa abordagem de Freud sobre a análise pessoal para o psicanalista em formação.

Vimos no primeiro capítulo que André (1993) sustenta que Ferenczi dedicou-se à teorização sobre o fim da análise e a formação do psicanalista devido à existência de “um resto incompreendido e não formulado” (p.51) em sua análise de formação com Freud. Destacamos também que Balint, acusou Freud, de forma explícita, de negligenciar os aspectos hostis da transferência de Ferenczi. Deixando de lado as questões dessa análise específica, observamos que, de fato, a obra de Ferenczi é marcada, a partir dos anos 1920, pela busca de uma definição sem resto para o tratamento psicanalítico e para a formação do psicanalista.

Ferenczi, em *O Problema do Fim da Análise* (1927), articula os efeitos de formação de uma análise a seu término. Para o autor, o analista em formação deve avançar em sua análise

para além da remissão dos sintomas até o ponto em que os fundamentos da economia pulsional, conforme denomina o caráter, sofre um processo de flexibilização. Os efeitos de formação do término de uma análise não se restringem, segundo Ferenczi, aos aspectos econômicos da pulsão, proporcionando, inclusive, a restauração da realidade efetiva no lugar da fantasia como realidade psíquica particular.

Em *A Elasticidade da Técnica Psicanalítica* (1928³⁶), Ferenczi radicaliza suas ambições relativas à formação do psicanalista através da análise levada a seu termo. Nesse artigo, os ganhos da “segunda regra fundamental da psicanálise”, conforme denomina o autor, não se resumem a uma maior “objetividade” do analista na condução de suas análises de forma a evitar os embaraços da contratransferência, mas chegam a atingir a práxis psicanalítica como um todo, nas formas de manejo técnico e nas conclusões teóricas.

O artigo de Freud *Análise Terminável e Interminável* (1937) comporta várias referências diretas e indiretas ao trabalho de Ferenczi sobre o fim da análise. Podemos supor que seria inevitável que Freud assim o fizesse, pois o artigo de Ferenczi foi o primeiro a tratar de forma detida sobre o assunto e, além disso, trouxe concepções que passaram a influenciar o movimento psicanalítico. Balint atesta o fato em *Formação Psicanalítica e Análise Didática* (1953³⁷) quando afirma que a proposição de Ferenczi de uma “superterapia³⁸” para o psicanalista em formação estancou, na década de 1930, a chamada “emigração dos analistas sênior³⁹”. O fato é que o trabalho de Freud sobre o fim da análise parece ser uma resposta, quase que ponto a ponto, às proposições de Ferenczi. Veremos adiante como Freud tece suas elaborações acerca do fim da análise e sua relação com a formação do psicanalista.

No segundo capítulo do artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud estabelece duas definições para a expressão “término de uma análise”. A primeira é aparentemente trivial, pois corresponde à cessação dos encontros do analisante com o analista em função do tratamento. Entretanto, o autor aponta duas condições nada triviais para essa definição do término da análise, sendo uma referente ao analisante e a outra ao analista. Do lado do analisante, a análise termina quando ele “não mais esteja sofrendo de seus sintomas e tenha superado suas ansiedades e inibições (FREUD, 1937/1996, p.235)”. Para o analista, não

³⁶ No original: The Elasticity of Psycho-Analytic Thechnique.

³⁷ No original: *Analytic Training and Training Analysis*.

³⁸ No original: *supertherapy*

³⁹ No original: *epidemic of migrating senior analysts*

bastam os efeitos de cura da análise para que esta seja considerada terminada. São necessárias outras condições:

(...) que o analista julgue que foi tornado consciente tanto material reprimido, que foi explicada tanta coisa ininteligível, que foram vencidas tantas resistências internas, que não há necessidade de temer uma repetição do processo psicopatológico em apreço (FREUD, 1937/1996, p.235)

Conforme exposto no trecho acima, o analista pode considerar uma análise terminada quando constata que uma parte do recalado e de seus derivados tornou-se consciente e que uma parcela do que era anteriormente ininteligível tenha sido explicada. Além disso, Freud sustenta ainda que o analista deve perceber uma relativa anulação das resistências psíquicas de forma a não mais temer a possibilidade dos sintomas que originaram a demanda de análise retornarem. Freud não faz qualquer menção à contemplação total das condições estabelecidas para o diagnóstico de uma análise terminada. Pelo contrário, o autor deixa evidente a incompletude do trabalho analítico.

A outra definição de término da análise mencionada por Freud é muito mais ambiciosa que a primeira.

(...) o que estamos indagando é se o analista exerceu uma influência de tão grande conseqüência sobre o paciente, que não se pode esperar que nenhuma mudança ulterior se realize neste, caso sua análise venha a ser continuada. É como se fosse possível, por meio da análise, chegar a um nível de normalidade psíquica absoluta (...) (FREUD, 1937/1996, p. 235).

A definição de que o término da análise não comporta nenhum resto e que alcança êxito em “solucionar todas as repressões do paciente e em preencher todas as lacunas em suas lembranças (FREUD, 1937/1996, p.235)” corresponde, como observamos, à definição trazida por Ferenczi no artigo *O Problema do Fim da Análise* (1927). Neste artigo, o autor deixa explícita sua ambição de encontrar na análise de formação levada a seu “término natural” um “nível de normalidade psíquica absoluta” para o analista.

No primeiro capítulo, nos arriscamos a afirmar que as concepções existentes sobre a experiência do inconsciente carregam as marcas de duas análises distintas: a autoanálise freudiana e a análise de Ferenczi com Freud. Já abordamos a autoanálise de Freud no segundo capítulo. Em relação à segunda análise, Freud parece reconhecer sua importância, pois propõe

examinar a questão dos obstáculos do tratamento a partir de dois exemplos, sendo um deles facilmente identificável, como afirma Jones (1957) como a análise de Ferenczi. Esse dado, por si só, não seria suficiente para justificar a importância atribuída à análise de Ferenczi. Todavia, quando acrescentamos a esse dado o fato de que a análise de Ferenczi com Freud engendrou a primeira teorização de relevo sobre o final da análise e a formação do psicanalista e, por consequência, impulsionou Freud a dedicar-se aos temas no artigo de 1937, torna-se difícil ignorar seu papel de relevo.

Segundo Freud, um homem que “praticara a análise com grande sucesso (FREUD, 1937/1996, p.237)” procurou análise em função de algumas inibições neuróticas. Após um breve período de tratamento, o homem que identificamos como Ferenczi teve uma significativa melhora em seus sintomas. Entretanto, pouco tempo depois, sem qualquer razão justificável, Ferenczi passou a demonstrar uma atitude inamistosa em relação a Freud e a censurá-lo por não ter levado sua análise a termo. O resultado disso, segundo sua acusação, foram os restos não analisados de uma transferência negativa. Freud afirma que na época da análise não havia sinal de transferência negativa e, dessa forma, não poderia ativá-la sem gerar hostilidade na análise.

Diante desse exemplo, Freud levanta duas posições distintas em relação à totalidade do sucesso do tratamento psicanalítico: a cética e a otimista. Na “posição cética”, que se confunde com a sua, extrai-se do exemplo o fato de que uma análise depois de ter alcançado a remissão dos sintomas não livra o sujeito do desenvolvimento de novos sintomas: “(...) mesmo um tratamento analítico bem-sucedido não protege o paciente, que numa determinada ocasião foi curado, de cair doente mais tarde de outra neurose – ou, na verdade, de uma neurose derivada da mesma raiz instintual (...) (FREUD, 1937/1996, p.238).”

Na “posição otimista”, sustentada pela teorização de Ferenczi, Freud aponta para as seguintes pressuposições: 1) a análise levada a seu termo pode pôr fim ao conflito entre o eu e a pulsão; 2) a análise cumpre uma função profilática; 3) é viável, para efeito de profilaxia das neuroses, despertar o conflito entre o eu e a pulsão quando ainda não é patente. Essa posição

Presume, de início, que há realmente uma possibilidade de livrar-se de um conflito instintual (ou, de modo mais correto, de um conflito o ego e um instinto) definitivamente e para todo o sempre; em segundo, que enquanto estamos tratando alguém por causa de determinado conflito instintual, podemos, por assim dizer, vaciná-lo contra a possibilidade de quaisquer outros conflitos desse tipo; e, em terceiro, que temos o poder, para fim de profilaxia, de despertar um conflito patogênico dessa espécie que não se está revelando, na ocasião, por nenhuma indicação, e que aconselhável fazê-lo (FREUD, 1937/1996, p. 239).

Freud propõe examinar as duas posições distintas à luz de suas formulações teóricas do período e esclarecer a questão do fim da análise. Com esse intuito, Freud detém-se na primeira ambição da “posição otimista”, que é a de pôr um fim ao conflito entre o eu e a pulsão. Conforme abordamos no primeiro capítulo, Ferenczi defendeu a idéia de que o analista, pela via de sua análise, deve alcançar uma série de atributos pessoais, entre eles a flexibilização dos modos de satisfação pulsional. Dessa forma, o analista integraria às funções do eu o excesso da economia pulsional que estaria vinculado a maneiras “impróprias” de satisfação. Freud, por sua vez, recorre à “bruxa metapsicológica”, mais precisamente ao conceito de recalque, para lançar luz ao conflito entre os aspectos econômicos da pulsão e a instância psíquica do eu que Ferenczi acredita ser possível extinguir.

No artigo metapsicológico *O Recalque* (1915), Freud assinala que, guiado pelo princípio de prazer, o aparelho psíquico busca com o mecanismo do recalque encontrar uma saída para o excesso de excitação pulsional através da separação do representante ideativo da quantidade de afeto vinculada a ele inicialmente. Entretanto, o que ocorre com a quantidade de afeto desvinculada do representante pela ação do recalque? No artigo metapsicológico, Freud aponta para três destinos possíveis; 1) a vinculação ao corpo, como na histeria; 2) o deslocamento de representante para representante, de acordo com o que ocorre na neurose obsessiva; 3) a desvinculação das inervações somáticas e dos representantes ideativos, irrompendo para o sujeito em forma de angústia.

Como Freud afirma em *Análise Terminável e Interminável* (1937), o recalque é absolutamente dependente do *quantum* de afeto em jogo e que, em algumas ocasiões, não consegue manter-se frente ao aumento desse *quantum*. Dessa forma, mesmo uma análise obtendo total sucesso na remissão dos sintomas não haveria qualquer garantia de que o eu conseguiria dar conta de um possível aumento da excitação psíquica. Como afirma Freud, seu “controle sobre o instinto é melhorado, mas permanece imperfeito porque a transformação no mecanismo defensivo é apenas incompleta (FREUD, 1937/1996, p.245)”. Fica evidente, portanto, que duas ambições da “posição otimista” não podem ser contempladas: o conflito entre o excesso econômico da pulsão e as propriedades vinculadoras do eu não seria extinto e, por consequência, os objetivos profiláticos da análise não seriam alcançados.

Em relação à terceira ambição da análise segundo a “posição otimista” - a de despertar um conflito não manifesto -, Freud afirma que, de certa forma, a psicanálise já o faz com a adoção do princípio de abstinência. Entretanto, o estado de frustração em que ocorre a análise

atinge somente conflitos já existentes e manifestos. Aqueles que não se apresentam dessa forma não podem ser postos à baila a não ser pela mão do destino. Qualquer tentativa do analista de criar ou trazer à tona um conflito não manifesto produziria sentimentos inamistosos no analisante e inviabilizaria o tratamento.

A acusação feita por Ferenczi de que Freud não havia conduzido sua análise até um termo onde ocorresse o esgotamento da transferência e da possibilidade de retorno dos sintomas foi rebatida de forma teórica. Freud desenvolve suas formulações de forma a deixar claro que as ambições de Ferenczi apresentadas no artigo *O Problema do Fim da Análise* (1927) – a extinção do conflito psíquico, a profilaxia das neuroses e a ativação de conflitos não manifestos - mostram-se desmedidas e não se justificam em termos fenomenológicos e metapsicológicos.

Nessa perspectiva, Freud toma partido da “posição cética” em relação ao término da análise. Retomemos as definições freudianas do término da análise para o analisante e para o analista. Para o analisante, o final da análise se confunde com o fim da demanda de cura, fato só possibilitado quando o sujeito “não mais esteja sofrendo de seus sintomas e tenha superado suas ansiedades e inibições (FREUD, 1937/1996, p.235)”. Vimos que esta definição não exclui a possibilidade de que, sob determinadas circunstâncias, uma quantidade excessiva de afeto produza novos sintomas. Do lado do analista, Freud define o término da análise a partir da avaliação de três condições: a transposição para o consciente de parte do recalcado e de seus derivados mais próximos, a elucidação parcial do outrora incompreensível e a relativa anulação das resistências inconscientes. Essas três condições, como afirmamos anteriormente, são preenchidas de forma apenas parcial, ou seja, o analista avalia se os resultados da análise podem ser considerados satisfatórios, posto que o pleno sucesso é impossível.

No sétimo capítulo de *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud desenvolve o tema da formação do psicanalista através da análise pessoal tomando como referência as formulações de Ferenczi expostas no artigo *O Problema do Fim da Análise* (1927). Neste, Ferenczi sustenta que a análise com fins de formação deve avançar até a transformação subjetiva do psicanalista, de forma a torná-lo mais “(...) digno de confiança, em todas as circunstâncias, em especial que deve mostrar uma benevolência inabalável em relação ao paciente (...) (FERENCZI, 1927/1992, p.20)”. O autor considera que o sucesso do tratamento depende da remoção das debilidades pessoais do psicanalista - sendo elas, principalmente, a impaciência, a inexistência de uma nítida separação entre os mundos da fantasia e da

realidade e a fixidez das formas de satisfação pulsional - através de uma análise mais aprofundada que a análise com fins de cura.

Assinalei amiúde, no passado, que não via nenhuma diferença de princípio entre análise terapêutica e didática. Gostaria de completar essa proposição no sentido de que nem sempre é necessário, na prática clínica, aprofundar o tratamento até o ponto que chamamos de término completo da análise; em contrapartida, o analista, de quem depende o destino de tantos seres, deve conhecer e controlar até as fraquezas mais escondidas de sua própria personalidade, o que é impossível sem uma análise inteiramente terminada. (FERENCZI, 1927/1992, p.21)

Freud, no sétimo capítulo de *Análise Terminável e Interminável* (1937), destaca dois pontos específicos do artigo de Ferenczi expostos no trecho acima transcrito: 1) a análise com o objetivo de formação de analistas deve avançar em relação à análise com fins de cura, caminhando até seu término completo; 2) o objetivo da análise de formação é tornar conhecidas e controláveis as “fraquezas” da “personalidade” do futuro analista. Retomaremos adiante a apreciação freudiana, no artigo de 1937, das proposições feitas por Ferenczi. No momento, assinalamos o seguinte: a ideia de Ferenczi de que a análise de formação deve ser conduzida para além da remissão dos sintomas - onde findaria a análise com fins de cura – com a finalidade de “fortalecer a personalidade” do psicanalista poderia, em tese, ser justificada por alguns trabalhos freudianos.

Em *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910), Freud afirma que “(...) nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas (...) (FREUD, 1910/1996, p.150)”. Vimos que o criador da psicanálise concebia o psicanalista como possível entrave ao sucesso do tratamento. Todavia, o que estava em jogo não eram as características pessoais do psicanalista, mas sua capacidade de permitir o livre curso das associações do paciente sem interferir em seus rumos. Em outras palavras, Freud esperava, simplesmente, que o psicanalista permitisse que o paciente associasse.

No tocante aos “complexos” do psicanalista, necessitamos de uma definição do termo em questão. Segundo Freud, “(...) convém dar o nome de complexo a um grupo de elementos ideacionais interdependentes, catexizados de energia afetiva (FREUD, 1909/1996, p.45)”. Em outros termos, podemos afirmar que “complexo” consiste numa cadeia associativa fortemente investida de afeto que, seguindo o princípio do prazer, sofre a ação do recalque, tornando-se,

por consequência, inconsciente. Munidos dessa compreensão fornecida por Freud, observamos que a ideia de que os complexos impedem o progresso do tratamento se deve ao fato de que os derivados dos representantes ideativos recalçados podem impor, do lado do analista, resistência à fala do paciente. Dito de outra forma, os complexos consistiriam, de fato, em resistência psíquica. Conforme observamos, Freud desloca a questão do ser do psicanalista, da forma que é trazida por Ferenczi, para a capacidade do operador da psicanálise de obedecer à contrapartida da associação livre, isto é, a atenção flutuante.

Entretanto, no que se refere à “profundidade” da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação, Freud entra em relativa concordância com Ferenczi. No artigo sobre as perspectivas do tratamento psicanalítico acima mencionado, ele afirma que o psicanalista deve “(...) iniciar sua atividade por uma auto-análise e levá-la, de modo contínuo cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes (FREUD, 1910/1996, p. 150)”.

Cerca de dois anos depois, em *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), Freud retoma a necessidade do aprofundamento da experiência do inconsciente com uma significativa mudança em sua abordagem. Conforme abordamos em tópico anterior, o autor sustenta no artigo de 1912 que a análise pessoal do psicanalista pretensamente sadio é incompleta, exigindo, em virtude da necessidade de autocontrole e autoconhecimento, a continuidade do processo da experiência do inconsciente através da autoanálise. Freud diferencia a demanda pelo tratamento, que parte de um sofrimento psíquico, da demanda por formação, que, pretensamente, independe do desejo de remissão de algum sintoma. Com a proposição da autoanálise, Freud visava avançar para além da queixa neurótica, caso ela existisse. Segundo a exposição freudiana no artigo técnico de 1912, o fim da demanda terapêutica abre espaço para a autoanálise e seus acréscimos de “autoconhecimento” e de “autocontrole”.

Fica evidente que nos dois artigos acima mencionados, *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) e *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), Freud defende que a experiência do inconsciente para o psicanalista em formação deve ser um processo contínuo. Vale salientar que o autor não havia ainda, no período dos dois artigos, teorizado sobre o fim da análise e, muito menos, articulado o desenlace analítico com a formação do psicanalista. Para ele, no período em questão, o término do tratamento coincidia com a remissão dos sintomas e a ausência de demanda de cura decorrente do fato. A

continuidade da experiência do inconsciente teria, portanto, o objetivo de avançar para além da remissão dos sintomas de maneira a subsidiar ganhos de formação. Freud enfatiza a continuidade do processo e não, como faz Ferenczi, seu fim.

Restam duas questões importantes: Freud, ao defender os ganhos de “autocontrole” e “autoconhecimento”, não estaria abdicando de sua posição de que a formação do psicanalista deve focar somente a viabilização do tratamento através do respeito à sua regra fundamental? Caso afirmativo, as idéias de autocontrole e autoconhecimento não estariam reproduzindo o intuito de Ferenczi de fazer das características pessoais do psicanalista o escopo de sua formação? Os termos em questão não possuem o *status* de conceito, pois não recebem qualquer formulação e não são expostos novamente na obra freudiana. Na realidade, são menções de Freud sobre determinadas características do psicanalista no exercício de sua função que são consideradas imprescindíveis para o bom andamento do tratamento psicanalítico. Mas, que características são essas?

Podemos compreender o termo “autocontrole” considerando as elaborações freudianas sobre a resistência inconsciente do psicanalista a determinados pontos da cadeia associativa do analisante. Dito de outra forma, Freud não ambiciona que a experiência do inconsciente transforme o candidato a psicanalista numa pessoa “normal”, plenamente adaptada ao *status quo*. O ser do psicanalista não está em jogo para Freud. Para ele, o que importa é a maneira pela qual a pessoa do psicanalista opera o tratamento, viabilizando-o ou não. Obviamente, como vimos anteriormente, o tratamento psicanalítico requer abstinência e um manejo técnico correto, mas, desde que o psicanalista consiga realizá-lo a contento, suas características pessoais são de importância secundária. O mesmo se aplica ao termo “autoconhecimento”, que se refere, fundamentalmente, à experiência pessoal do inconsciente fomentando traquejo com sua dinâmica e à convicção acerca de certos limites na escuta analítica impostos pelas próprias resistências psíquicas. Como podemos observar, Freud, no período dos artigos *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) e *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), que corresponde ao da criação da IPA, não pretende encontrar na experiência do inconsciente para o psicanalista em formação um nível de “normalidade psíquica” que não é possível nem mesmo entre seus pacientes.

Entretanto, no artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud afirma ser necessário “um grau considerável de normalidade e correção mental” para a devida condução das atividades de um psicanalista.

(...) as condições especiais do trabalho analítico fazem realmente com que os próprios defeitos do analista interfiram em sua efetivação de uma avaliação correta do estado de coisas em seu paciente e em sua reação a elas de maneira útil. É, portanto, razoável esperar de um analista, como parte de suas qualificações, um grau considerável de normalidade e correção mental. (FREUD, 1937/1996, p.264)

Freud não se restringe à “exigência de normalidade” para o psicanalista no exercício de sua função. Dando prosseguimento ao trecho acima transcrito, Freud ainda afirma que o psicanalista “deve possuir algum tipo de superioridade, de maneira que, em certas situações analíticas, possa agir como modelo para seu paciente e, em outras, como professor (FREUD, 1937/1996, p. 265)”. O autor, no artigo de 1937, deixa entender a concordância com Ferenczi em relação às grandes exigências feitas ao psicanalista e sua necessidade de “normalidade”, de “correção mental” e de “superioridade” a fim de atendê-las. Todavia, perguntamo-nos: como Freud concebe as nobres características almejadas para o psicanalista?

No mesmo artigo, Freud afirma que a psicanálise é uma das três profissões “impossíveis” – as outras são o governo e a educação -, em que seus resultados jamais serão totalmente satisfatórios. Da mesma forma que as exigências feitas à psicanálise não são correspondidas de forma integral, os ideais de normalidade para o psicanalista não são alcançáveis. “Evidentemente, não podemos exigir que o analista em perspectiva seja um ser perfeito antes que assuma a análise, ou em outras palavras, que somente pessoas de alta e rara perfeição ingressem na profissão (FREUD, 1937/1996, p.265).”

A apreciação freudiana sobre os ideais de normalidade do psicanalista segue os rumos da abordagem sobre a eficácia do tratamento feita no artigo em questão. Partindo da constatação de que a eficácia total do tratamento psicanalítico é impossível devido ao *quantum* excessivo da força pulsional - que lança constantemente uma exigência de trabalho inassimilável ao aparelho psíquico, Freud conclui que a normalidade absoluta do psicanalista, igualmente sujeito ao acosso da energia pulsional, não é alcançável.

Nessa perspectiva, podemos concluir que Freud não utiliza os termos “normalidade”, “correção mental” e “superioridade” como atributos adquiridos pelo analista ao fim de sua análise de formação, mas sim como ideais sociais de adequação. Na realidade, Freud faz menção aos ideais presentes no movimento psicanalítico de que o analista corresponderia a um exemplo de retidão psíquica. Esses ideais - apartados das observações empíricas, como

Freud poderia afirmar – sustentaram formulações como as de Ferenczi e outras que vieram depois, como a de que o analista deve servir de objeto de identificação para o analisante.

A constatação freudiana de que a pessoa do analista não é capaz de corresponder ao alto grau de exigência estabelecido pelos ideais de normalidade está embasada, como afirmamos anteriormente, em suas elaborações teóricas sobre o término da análise. Aqui encontramos uma inversão em relação às formulações de Ferenczi. O psicanalista húngaro afirma que as debilidades da pessoa do psicanalista consistem no principal obstáculo do tratamento e que, diante disso, a análise de formação teria como função removê-las a fim de transformar o analista numa pessoa “confiável” diante das exigências do tratamento. Freud, por sua vez, sustenta que a normalidade psíquica no sentido atribuído por Ferenczi é impossível justamente pelo limitado alcance da análise, que não extingue, como pretende Ferenczi, o conflito psíquico e suas consequências que se apresentam no trabalho clínico. Nesse sentido, cabe repetirmos a pergunta com a qual Freud rebate a acusação de seu interlocutor fictício no artigo *A Questão da Análise Leiga* (1926) de que a interpretação do analista não está isenta de suas singularidades: “Por que o senhor escolhe excluir seus próprios processos mentais da norma da lei que reconhece nos de outras pessoas ? (FREUD, 1926/1996, p.212)”.

Em relação às características da análise de formação, Freud, mais uma vez, diverge de Ferenczi. Enquanto para este a análise de formação possui uma ambição maior que a análise estritamente “terapêutica” e avança em relação a esta, encontrando seu fim num desenlace natural, para Freud, por “(...) razões práticas, essa análise só pode ser breve e incompleta (FREUD, 1937/1996, p.265)”. Mas, quais seriam os objetivos da análise de formação alcançáveis - de forma parcial, como frisa Freud - num curto espaço de tempo?

Freud, assim, define os objetivos da análise de formação:

Seu objetivo principal é capacitar o professor a fazer um juízo sobre se o candidato pode ser aceito para formação posterior. Essa análise terá realizado seu intuito se fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente, se o capacitar, quando o material reprimido surge, a perceber em si mesmo coisas que de outra maneira seriam inacreditáveis para ele, e se lhe mostra um primeiro exemplo da técnica que provou ser a única eficaz no trabalho analítico (FREUD, 1937/1996, p. 265).

Já tivemos a oportunidade de abordar anteriormente três dos objetivos acima citados da análise pessoal com fins de formação: a convicção acerca da existência do inconsciente, o

conhecimento de seu modo de funcionamento e, por fim, o aprendizado do manejo da técnica psicanalítica. Esses três objetivos estiveram presentes no decorrer de toda a obra freudiana sem qualquer alteração. A convicção relativa à materialidade do inconsciente e a familiarização com sua dinâmica foram, inicialmente, percebidos por Freud como efeitos de sua autoanálise. Como vimos no segundo capítulo, esse fato engendrou suas recomendações futuras da experiência do inconsciente, atravessando, portanto, toda sua abordagem do tema da formação do psicanalista. O objetivo do ganho de traquejo com a técnica psicanalítica surgiu, conforme abordamos no terceiro capítulo, com a chegada dos primeiros psicanalistas, que encontravam na “interpretação mútua” uma forma de “exercício” do trabalho do psicanalista. Posteriormente, com as primeiras recomendações de análise pessoal para o psicanalista esse objetivo tornou-se alcançável por método mais apropriado.

No trecho acima transcrito, Freud menciona um objetivo, classificado por ele como “principal”, que ainda não havia aparecido em sua obra: o “juízo” do analista didata em relação às capacidades do “candidato” para dar prosseguimento à sua formação. Nessa perspectiva, podemos recordar a afirmação freudiana expressa no artigo *A Questão da Análise Leiga* (1926) de que a formação do psicanalista “requer certa dose de liberdade de movimentos, não sendo compatível com restrições mesquinhas (FREUD, 1926/1996, p.239)”. Retomando o desenvolvimento da questão dos ideais de normalidade do psicanalista, podemos apenas deduzir que o autor, em relação ao objetivo em questão, pretende evitar certas imposturas que ele aponta no artigo sobre o término da análise.

Parece que certo número de analistas aprende a fazer uso de mecanismos defensivos que lhes permitem desviar de si próprios as implicações e as exigências da análise (...), de maneira que eles próprios permanecem como são e podem afastar-se da influência crítica e corretiva da análise (FREUD, 1937/1996, p. 266).

Considerando o conjunto das formulações freudianas sobre a análise de formação, a afirmação da necessidade de um “juiz” capaz de avaliar a capacidade do futuro analista a partir de sua análise parece uma ingerência desmedida. Freud já havia se referido, nos artigos publicados no período próximo à criação da IPA – *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) e *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912) –, à exigência da análise de formação para quem pretendesse ocupar a função de analista. Porém,

nesses trabalhos, não há qualquer menção à avaliação da instituição ou do analista didata sobre a capacidade do analista em formação de empreender atendimentos. De qualquer forma, diante da ausência de outras referências ao julgamento do analista didata e da constante menção às imperfeições do analista, só nos resta deduzir que Freud pretende com esse objetivo encontrar um “mínimo de normalidade” no analista, ou seja, evitar certas imposturas que povoaram o movimento psicanalítico desde seu início.

Em função das imperfeições da análise e do analista, Freud sustenta a necessidade do analista retomar sua análise com o intervalo aproximado de cinco anos. “Isso significaria, portanto, que não seria apenas a análise terapêutica dos pacientes, mas sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável (FREUD, 1937/1996, p.266)”. Evidentemente, Freud não estabelece esse intervalo de cinco anos de retorno à análise como uma exigência. Na realidade, o que está em jogo nesse retorno constante à análise de formação é sua natureza incompleta e, portanto, interminável.

Conforme abordamos no primeiro capítulo, Lacan realiza a retomada dos fundamentos da psicanálise e estabelece um profícuo questionamento sobre o sistema de formação de psicanalistas da IPA e, principalmente, das formas assumidas neste pela análise didática. Em função dos impasses relativos aos fundamentos da psicanálise encontrados nesse modelo de formação, o psicanalista francês propõe o dispositivo do passe, tendo como balizamento teórico suas formulações sobre o final da análise.

Entretanto, na solução apontada por Lacan para a questão da formação do psicanalista, construída no esteio do movimento de “retorno a Freud”, há uma considerável divergência em relação às elaborações do criador da psicanálise sobre o assunto: enquanto este chega à constatação de que a análise de formação consiste numa tarefa interminável, Lacan sustenta a existência de um final bem delimitado para a análise. A divergência entre os autores não se restringe à duração da análise de formação, pois, como consequência, temos o fato de que para Freud a formação do psicanalista possui características de incompletude, enquanto para Lacan, em tese, seria completa.

Lacan, de certa forma, reproduz alguns aspectos da abordagem de Ferenczi sobre o fim da análise e sua relação com a formação do psicanalista. Da mesma forma que o psicanalista húngaro, Lacan teoriza sobre o final da análise e encontra no desenlace analítico - também compreendido como “natural” - uma transformação subjetiva radical que engendra no analista certas aquisições necessárias ao trabalho analítico.

Para Lacan, assim como para Ferenczi, o ponto de passagem do sujeito de analisante a analista é o fim da análise. São as vicissitudes do sujeito proporcionadas pela análise que o colocam em condições de conduzir tratamentos analíticos de forma satisfatória. Entretanto, ambos os autores divergem no que se refere a essas “transformações subjetivas”. Para Ferenczi, o fim da análise traz como principais consequências a flexibilização das formas de satisfação pulsional outrora rígidas e a nítida separação entre as fantasias inconscientes e a realidade efetiva, o que pode ser entendido como uma conquista do inconsciente. Lacan, por sua vez, sustenta que ao final da análise, depois de atravessada a fantasia, o sujeito percebe a inconsistência do Outro e adquire a capacidade de fazer semblante, no lugar de analista, de objeto causa de desejo para o analisante. Podemos afirmar que Lacan não encontra na pessoa do analista, como o fez Ferenczi, a garantia do tratamento analítico, mas sim numa operação lógica só possível pela emergência do desejo do psicanalista como uma incógnita que se coloca ao analisante.

Observamos que Lacan e Ferenczi, embora próximos em relação à definição da formação do psicanalista como correspondente ao final do tratamento psicanalítico, guardam uma diferença não menos importante em relação ao que opera numa análise: respectivamente, o desejo do psicanalista e a pessoa do psicanalista. Resta ainda uma questão que consideramos fundamental: como Lacan, partindo do movimento de “retorno a Freud”, chega a conclusões aparentemente distintas do criador da psicanálise no que se refere à duração da análise de formação e à sua completude?

Em relação à duração da análise, Lacan postula a existência de um fim. Contudo, o final da análise para Lacan não coincide com o esgotamento do inconsciente, nem mesmo com uma profilaxia das neuroses. Em outros termos, o término da análise não corresponde a uma solução para a divisão e o conflito psíquicos. Dessa forma, os ideais de “confiabilidade” e “normalidade” do analista que sustentaram as formulações de Ferenczi não são alcançáveis, existindo, portanto, um resto inassimilável na análise.

Em função desse resto, Lacan cria os dispositivos do passe e do cartel a fim de, respectivamente, produzir um saber sobre o real da experiência psicanalítica e dar continuidade ao trabalho de construção desse saber. A existência desses dispositivos, ao invés de possibilitar uma conclusão definitiva, atesta o fato de que a análise com efeitos de formação e, em termos gerais, a formação do psicanalista são incompletas. Nesse sentido, Freud e Lacan estão de acordo em relação à incompletude da formação do psicanalista.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa teve como objetivo acompanhar o desenvolvimento freudiano da questão da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação. No decorrer da pesquisa bibliográfica constatamos que a literatura psicanalítica relativa à formação do psicanalista é vasta. Entretanto, no que se refere ao tratamento conceitual dado por Freud à formação do psicanalista e, principalmente, ao papel da experiência do inconsciente nesta, percebemos a carência de exames detidos nos trabalhos atinentes ao assunto. Via de regra, os autores restringem a abordagem da questão em Freud à formulação do tripé de formação do psicanalista no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919) e ao objetivo concedido à experiência do inconsciente de promover convicção sobre a realidade do inconsciente na forma em que é exposto no artigo *A Questão da Análise Leiga* (1926).

Balint, um dos autores abordados no primeiro capítulo, afirma que a história da formação do psicanalista começa com a adoção das chamadas “análises de demonstração”. Na realidade, como pudemos constatar, ela se inicia antes, ainda no período batizado por Freud de “isolamento esplêndido”. Nesse período, Freud começa a empreender o trabalho associativo relativo às suas próprias formações do inconsciente – sonhos, lapsos e sintomas - com o intuito de encontrar alívio para o sofrimento decorrente da morte de seu pai, trabalho este que vai culminar na elaboração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), obra inaugural da psicanálise.

No nosso trabalho, levantamos três questões que divergem das noções correntes sobre a autoanálise freudiana. Em primeiro lugar, a partir da leitura do conteúdo das cartas endereçadas por Freud a Fliess, de suas formas de distribuição no tempo e do livro de Porge sobre o assunto, questionamos a ideia amplamente aceita de que a autoanálise de Freud consistiu na primeira análise com efeito de formação, onde Fliess teria ocupado a função de analista. Fazendo a balança pender para a tese antagônica, destacamos o fato de que Stekel, o impulsionador das “reuniões das quartas-feiras”, passou a demandar formação em psicanálise após ter passado pelo tratamento. Esta informação, observada à luz da afirmação de Lacan de que o analista emerge do tratamento, ensejou o levantamento da hipótese de que a análise de Stekel, caso desconsideremos a tese mais aceita, consistiu, de fato, na primeira análise de formação. Contudo, devido ao desvio que o tratamento adequado dessas questões implicaria ao nosso trabalho e a falta de acesso a uma bibliografia mais extensa, deixamos a interrogação

suspensa. De qualquer forma, esperamos que nossos questionamentos sobre o “mito das origens” da psicanálise abram espaço para pesquisa futura.

Nossa segunda contribuição à discussão sobre a autoanálise freudiana reside na demonstração de seu papel – nada secundário – na formação da trama conceitual da psicanálise e nas recomendações futuras da experiência do inconsciente para os psicanalistas. Como observamos, Freud levava suas interrogações sobre a clínica à autoanálise. Mais ainda, conforme pudemos perceber em sua correspondência com Fliess, o criador da psicanálise encontrava subsídio empírico relativo às hipóteses que formulava a partir da clínica em sua própria experiência do inconsciente. Nessa perspectiva, a clínica dividiu com a autoanálise o papel de laboratório para a pesquisa psicanalítica naquele momento. Entretanto, o papel da autoanálise também se confunde com a transmissão da psicanálise, pois Freud passou a recomendar a experiência do inconsciente para o psicanalista em formação como forma de promoção da convicção sobre a realidade do inconsciente, da familiarização com sua dinâmica e da aprendizagem da técnica psicanalítica que adquiriu em sua própria autoanálise. Este foi o principal legado da autoanálise que foi sustentado por Freud a cada recomendação posterior da experiência do inconsciente para o psicanalista em formação.

A terceira contribuição de nossa abordagem sobre a autoanálise refere-se às causas da difusão da psicanálise. Freud recorreu a fenômenos banais como os sonhos, os lapsos e os chistes. Considerando essa forma específica de veicular a razão científica, como afirma Fontenele (2002), levantamos uma questão que ainda não foi devidamente examinada pela literatura psicanalítica: Freud, ao fundamentar suas formulações em fenômenos acessíveis a qualquer um não teria estendido os princípios da autoanálise a seus leitores? Se o interesse de Freud foi promover a convicção de seus leitores a respeito da materialidade do inconsciente através da observação de fenômenos que lhes acometem à revelia de sua vontade, então poderíamos afirmar a existência, nesse contexto, da proposta velada da experiência do inconsciente. E se levássemos esta hipótese às últimas consequências, poderíamos cogitar que a indução freudiana à experiência do inconsciente, mesmo com as reservas de considerável parcela dos meios médicos e científicos, consistiu numa das causas da popularização da psicanálise, a ponto da interpretação mútua tornar-se joguete de salão. Infelizmente, mais uma vez, em virtude do tempo e da escassa bibliografia disponível, não tivemos a possibilidade de cotejar essas questões de forma apropriada.

Com o fim do “isolamento esplêndido” surgiu a questão da formação do psicanalista propriamente dita. No primeiro momento, como observamos, os pioneiros praticavam a autoanálise e a interpretação mútua das formações do inconsciente. Concluímos que as reações hostis provocadas pela invasiva prática da interpretação mútua, que posteriormente recebe o nome de “psicanálise selvagem”, levaram Freud a restringir a experiência do inconsciente à autoanálise. Nessa perspectiva, como pudemos demonstrar, a prática da autoanálise, com sua natureza estritamente privada, manteve a questão da experiência do inconsciente, naquele momento, desvinculada das querelas grupais.

Contudo, alguns psicanalistas, em função dos próprios sintomas e das dificuldades do trabalho clínico, perceberam a insuficiência de suas autoanálises e passaram a demandar de Freud, simultaneamente, tratamento e formação em psicanálise. Freud, então, a partir de 1905, passou a empreender análises que se caracterizavam, inicialmente, por estarem mescladas ao ensino da teoria e à supervisão clínica. Em função disso, essas análises eram mais longas que as comuns, além de serem informais e completamente dissociadas das atividades do grupo. Conforme o próprio Freud atesta em *Análise Terminável e Interminável* (1937) essa prática – a partir de certo momento, destituída dos aspectos de ensino e de supervisão – foi mantida ao longo de toda sua trajetória. Encontramos nesse fato uma questão ignorada pela bibliografia utilizada em nossa pesquisa: Freud, durante cerca de sete anos, empreendeu análises com fins de formação enquanto expunha, em sua obra publicada, a autoanálise como única modalidade de experiência do inconsciente no fomento da formação do psicanalista. A primeira referência à análise de formação só veio a aparecer no artigo *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912). Mesmo nesse artigo, Freud manteve a autoanálise como modalidade complementar para a formação do psicanalista.

Apontamos duas justificativas para a concomitância entre a publicidade da autoanálise e a discricção relativa às análises de formação. Em primeiro lugar, como já assinalamos, Freud pretendia manter a experiência do inconsciente livre das interferências grupais. A autoanálise e a análise de formação de natureza informal serviam a essa finalidade, pois ocorriam de forma estritamente privada, distante do olhar dos demais psicanalistas. Contudo, com a progressiva aceitação da psicanálise por círculos cada vez mais amplos, a questão da formação do psicanalista passou a ser objeto de interesse. No período de apenas dois anos, Freud foi substituindo a recomendação inicial da análise dos próprios sonhos pelo aprofundamento do processo de autoanálise e, finalmente, pela análise de formação seguida

da autoanálise. Extraímos da observação do desenvolvimento das formulações sobre a experiência do inconsciente no período em questão que Freud procurou mantê-la distante das ingerências institucionais. Contudo, diante do aumento do interesse e, por consequência, das pressões relativas à qualificação do analista, Freud se viu forçado a recrudescer suas recomendações concernentes à experiência do inconsciente. Por esse motivo, a experiência do inconsciente deixou de ser um assunto privado e tornou-se público.

Vimos no primeiro capítulo que Ferenczi, em *O Problema do Fim da Análise* (1927), concede especial atenção às reações do analista em relação ao analisante. Essas reações, chamadas de “contratransferência”, justificaram suas preocupações com a análise de formação como maneira de possibilitar os atributos pessoais necessários ao sucesso do tratamento psicanalítico. Freud, antes de Ferenczi, no período de expansão do movimento psicanalítico acima mencionado, faz algumas referências ao papel dos atributos pessoais do psicanalista na condução do tratamento. Nessa perspectiva, a análise de formação deveria, pretensamente, incorporar a função de prover o analista dos atributos necessários a seu trabalho. Entretanto, pudemos constatar que essas referências são tímidas, pois não engendram maiores reflexões teóricas e são rapidamente substituídas pela ênfase na função do psicanalista de operador do tratamento psicanalítico. Após o advento da segunda tópica, nos artigos *A Questão da Análise Leiga* (1926) e *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud deixa explícita a indiferença dos atributos pessoais do psicanalista para o tratamento.

Percebemos no decorrer da pesquisa que as concepções de Freud referentes ao papel da experiência do inconsciente na formação do psicanalista não possuem um desenvolvimento linear. Nas primeiras referências freudianas em *Cinco Lições de Psicanálise* (1909) e *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910) – distanciadas pelo breve espaço de tempo de seis meses -, o objetivo da experiência do inconsciente restringe-se ao de proporcionar convicção sobre a materialidade do inconsciente, enquanto no segundo trabalho, surgem, como abordamos antes, algumas referências aos atributos pessoais do analista. Em *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1912), Freud volta a referir-se, embora de forma mais tímida, aos atributos pessoais do analista. Nos artigos posteriores, entretanto, Freud retorna às primeiras funções concedidas à experiência do inconsciente, que são possibilitar convicção relativa à materialidade do inconsciente, proporcionar familiaridade com sua dinâmica e viabilizar o traquejo com a técnica da psicanálise. Constatamos que essas mudanças das concepções freudianas são produto da influência de três fatores que, por sua

vez, também se modificam ao longo do tempo: a clínica, a teoria e o movimento psicanalítico. No entanto, devemos destacar que as três funções da experiência do inconsciente para a formação do psicanalista – a demonstração da materialidade do inconsciente, o conhecimento de sua dinâmica e a aprendizagem da técnica da psicanálise - atravessaram todo o desenvolvimento da questão na obra de Freud, do início com sua própria autoanálise às formulações finais no artigo *Análise Terminável e Interminável* (1937).

Freud, em *Análise Terminável e Interminável* (1937), artigo escrito às vésperas de sua morte, enfatiza as três funções da experiência do inconsciente, que, diante das ambições de normalidade psíquica para o analista estabelecidas por Ferenczi, demonstram um limitado alcance. Enquanto Ferenczi sustentou que a análise de formação consistia numa “superterapia”, para utilizar um termo de Balint, Freud formulou que a análise de formação possuía as características da brevidade e da incompletude. São dois os motivos para esta concepção freudiana: em primeiro lugar, a análise com fins de cura não impede - devido à natureza excessiva da economia pulsional que não cessa de não se inscrever psiquicamente - o retorno dos mesmos sintomas ou o surgimento de outros. Nesse sentido, as análises comuns não possuem o poder profilático que Ferenczi esperava encontrar. Além disso, a tentativa de trazer à tona os conflitos latentes a fim de dar uma solução a eles inviabilizaria a análise em virtude dos possíveis sentimentos hostis que irromperiam na transferência. Em segundo lugar, as formulações freudianas sobre a análise de formação no artigo em questão trazem a marca da impossibilidade da normalidade psíquica ocasionada pelos restos psíquicos do *quantum* excessivo da pulsão de morte. Se, por esse motivo, não há profilaxia possível das neuroses, também não há normalidade psíquica possível para o analista. Diante da exigência injustificável de normalidade psíquica para o analista, Freud acentua os limitados alcances da análise de formação, que, segundo ele, visam atender a objetivos práticos.

Por fim, levantamos a hipótese de que Lacan, baseado nos fundamentos da psicanálise desenvolvidos por Freud, elaborou uma teorização que divergiria do criador da psicanálise em dois pontos cruciais: as formulações sobre o fim da análise e sobre a análise de formação. Afinal de contas, sustentar a noção de uma transformação subjetiva radical do analista ao término da análise de formação que chega a seu termo estaria muito mais próximo de Ferenczi que de Freud. No percurso de nosso trabalho, encontramos duas distinções fundamentais entre Lacan e Ferenczi: primeiro, para Lacan, o operador da psicanálise não é a pessoa do psicanalista, como postula Ferenczi, mas o desejo do psicanalista, compreendido pelo

psicanalista francês como um desejo que se recusa a fornecer significantes para o analisante. De certa forma, o Outro do desejo do psicanalista emudece. É justamente essa mudez que provoca no analisante a audição dos ruídos deixados pelos Outros de sua história. Em segundo lugar, o fim da análise postulado por Lacan não coincide com a cessação do conflito psíquico e com o esgotamento do inconsciente como sustentou Ferenczi. Nessa perspectiva, a normalidade psíquica do analista ambicionada por Ferenczi não encontra respaldo nas formulações de Lacan. Observamos, então, que Lacan, da mesma forma que Freud, estabelece como escopo para a análise de formação não a pessoa do psicanalista, mas a operação do tratamento. Além disso, no segundo ponto da aparente discordância entre os autores, encontramos o fato de que ambos concebem a análise de formação como uma tarefa, já de partida, incompleta.

No decorrer do trabalho, vimos que a experiência do inconsciente para o psicanalista em formação se confunde com o ato de pesquisa em psicanálise. Nossa pesquisa, da mesma forma que a experiência do inconsciente, começa e termina incompleta. Entretanto, em seu percurso, conseguimos produzir um saber capaz de responder algumas questões e de lançar outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Serge. **A Impostura Perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BALINT, Michael. On the Psychoanalytic Training System. In: SAFOUAN, Moustapha. **Jacques Lacan e a Questão da Formação dos Analistas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- _____. **Changing Therapeutical Aims and Techniques in Psycho-Analysis**. Psycho-Analytical Congress. Zurich, August, 1949.
- _____. **Analytic Training and Training Analysis**. International Psycho-Analytical Congress. London, 28 July, 1953.
- FERENCZI, Sandor. A Técnica Psicanalítica. In: SALEME, Maria Helena. **A Normopatia na Formação do Analista**. São Paulo: Escuta, 2008.
- _____, Sandor. The Elasticity of Psycho-Analytic Technique. In: BALINT, Michael. **Analytic Training and Training Analysis**. International Psycho-Analytical Congress. London, 28 July, 1953.
- _____, Sandor. O Problema do Fim de Análise (1927). In: **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FONTENELE, Laéria Bezerra. **A Interpretação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- FREUD, Sigmund. Volume II (1893 – 1895): Estudos sobre a Histeria. In: **Estudos sobre a Histeria**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Volume IV (1900): A Interpretação dos Sonhos. In: **A Interpretação dos Sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Volume V (1900): A Interpretação dos Sonhos. In: **A Interpretação dos Sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Volume XI (1910 [1909]): Cinco Lições de Psicanálise. In: **Cinco Lições de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Volume XI (1910 [1909]): As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica. In: **Cinco Lições de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Volume XI (1910 [1909]): Psicanálise ‘Silvestre’. In: **Cinco Lições de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Volume XII (1911– 1913): A Dinâmica da Transferência. In: **O Caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XII (1911– 1913): Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise. In: **O Caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XII (1911–1913): Observações sobre o Amor Transferencial (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise III). In: **O Caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XIV (1914–1915): A História do Movimento Psicanalítico. In: **A História do Movimento Psicanalítico**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O Recalque (1915b). In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004. v. I.

_____. Volume XVII (1918[1914]). Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades. In: **História de uma Neurose Infantil**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XVIII (1920). Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. In: **Além do Princípio de Prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XX. A Questão da Análise Leiga. In: **Um Estudo Autobiográfico**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XXIII (1937 – 1939a): Análise Terminável e Interminável. In: **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Volume XXIII (1937 – 1939a): Esboço de Psicanálise. In: **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAY, Peter. **Freud: Uma Vida para nosso Tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JONES, Ernest. **Vida e Obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1975.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. Lacan e a Estrutura da Formação Psicanalítica. In: JORGE, Marco Antonio Coutinho (org). **Lacan e a Formação do Psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

LACAN, Jacques. (1954-1955) **O Seminário Livro II: O Eu na Teoria e na Técnica da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1955b) Situação da Psicanálise e Formação do Psicanalista em 1956. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1960-1961). **O Seminário Livro XIII: A Transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1964). Ato de Fundação. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1967). Discurso na Escola Freudiana de Paris. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MANNONI, Octave. **Freud: uma Biografia Ilustrada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

MASSON, Jeffrey M. **A Correspondência Completa de Freud para Fliess (1886-1904)**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MILLER, Jacques-Alain. **La Experiencia de lo Real en la Cura Psicoanalítica**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MILLOT, Catherine. Sobre a História da Formação dos Analistas. In: JORGE, Marco Antonio Coutinho (org). **Lacan e a Formação do Psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

PORGE, Erik. **Freud/Fliess: Mito e Quimera da Auto-análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

QUINET, Antonio. **A Estranheza da Psicanálise: a Escola de Lacan e seus Analistas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SAFOUAN, Moustapha. **Jacques Lacan e a Questão da Formação dos Analistas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

SALEME, Maria Helena. **A Normopatia na Formação do Analista**. São Paulo: Escuta, 2008.